

CONCERTAÇÃO SOCIAL: DIÁLOGOS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA



CONCERTAÇÃO SOCIAL: DIÁLOGOS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Rio Grande do Sul
2011

CONCERTAÇÃO SOCIAL: DIÁLOGOS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

REDE CONCERTO SOCIAL

Arildo Miguel Crespan
Armgard Lutz
Cláudia Ribeiro Kohler
João Carlos Pereira Junior
Jussara Muller de Assis
Lise Mari Nitsche Ortiz
Lizeli Barbosa Scartassini
Maria Delci Klunck

INVESTIDOR

Instituto HSBC Solidariedade

PARCEIROS

Associação Cidadão Atitude – Bento Gonçalves
Associação para o Desenvolvimento de Alternativas de Trabalho e Renda Auto-Sustentáveis – ATRAS
Círculo de Pais e Mestres do Colégio Estadual Jacob Arnt – Bom Retiro do Sul
Esquina da Solidariedade – Frederico Westphalen
Federação das APAES do Rio Grande do Sul
Fides Desenvolvimento Pessoal e Social – Porto Alegre
Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social – São Paulo
ITECSOL – Incubadora de Economia Solidária – UNIJUI - Ijuí
ONG Construindo a Diferença – Palmeira das Missões
ONG Parceiros Voluntários – Porto Alegre
UNIJUI- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Ijuí

CAPA

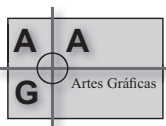
Marcelo Tomazzi

DIAGRAMAÇÃO E PLANEJAMENTO GRÁFICO

Imagine Design
51 3024.8497

IMPRESSÃO

Assis Artes Gráficas
(51) 9901.3770



C744 Concertação social : diálogos sobre economia solidária / Arildo Miguel Crespan ... [et al.]. - Gravataí : Assis Artes, 2011. - 216 p.

1. Economia solidária. 2. Mutualidade. 3. Redes alternativas. 4. Processo pedagógico. I. Crespan, Arildo Miguel. II. Título: Diálogos sobre economia solidária.

CDU: 334
334.I
334.I:332.I

ISBN: 334

Aline Morales dos Santos Theobald
CRB10/1879

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	15
FUNDAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	21
Na concertação se faz necessário pensar a cooperação!	23
Gilson Luiz dos Anjos, João Carlos Pereira Junior, Kettia Kellen, Patricia de Camillis, Rogério Knebel, Roque Graziolla, Sandra Andrea Assumpção e Maria Valter Morigi	
Resgate Histórico da Economia Solidária	31
Maria Delci Klunck	
Construção e apropriação de conceitos e práticas da Economia Solidária	45
João Carlos Pereira Junior	
A mutualidade como doutrina do cooperativismo e da economia solidária	61
Egon Inácio Bieger e Lizeli Barbosa Scartassini	
Apontamentos sobre as dimensões assumidas no conceito de solidariedade que orientam as ações em economia solidária	77
Enio Waldir da Silva	
EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	105
As padarias comunitárias	107
Ariildo Miguel Crespan	
Educação Profissional para pessoas com deficiência	125
Jussara Muller de Assis	
Turismo Rural: uma possibilidade solidária	145
Cláudia Ribeiro Kohler e Heron Denis Leite	

Uma experiência de organização de catadores: trabalho e preservação ambiental.....	155
Elizandra Cristiane Pinheiro da Silva, Fabio Roberto Moraes Lemes, Pedro Carlos Rasia e Luciana Schreiber Baldissera	
Relações familiares de mulheres inseridas na economia solidária: estudo de caso.....	179
Adriana Machado Dias e Lise Mari Nitsche Ortiz	
História de Vida e Exclusão Social: os catadores de lixo reciclável em Ijuí	189
Nadia Scariot	
A cultura indígena, a economia solidária e os desafios da sustentabilidade.....	201
Armgard Lutz e Dulci Claudete Matte	

PREFÁCIO

Este livro não foi feito para ser usado como um livro normal. Mais do que ler os diferentes artigos e depois colocá-lo em um canto como “conhecimento” e informação apropriada individualmente, esperamos que da sua leitura ele permita identificar elementos para, não só compreender o mundo da economia solidária, mas também para transformar a forma como produzimos e promovemos a riqueza de uma sociedade.

Ele é pretensioso. É composto por ideias, imagens que falam de experiências de trabalho, remetem a pressupostos que contestam a economia do cada-um-por-si, pois o tempo todo seus artigos falam de que se faz necessário aprender a trabalhar com os outros. Ele fala/narra diferentes experiências de solidariedade, diz expressamente: **encontre um grupo de pessoas, descubra com o que cada um pode contribuir e como podemos cuidar uns dos outros para mudar e, assim o fazendo, se caracteriza como uma proposta contra-hegemônica.**

A hegemonia, no seu sentido mais amplo, pode ser entendida como sendo a direção política e cultural de uma sociedade, não é algo que se encontre em um só lugar, senão que está presente em todos os espaços sociais. Todos os sujeitos sociais possuem uma construção biográfica prévia sua construção como sujeitos sociais. Isto significa que há subjacente um processo de formação de sujeitos institucionalizados, ou seja, assalariados, escolarizados, cidadãos.

Podemos afirmar que os campos hegemônicos não são espaços sociais compactados, ao contrário, dentro deles existem lutas de sentido, disputas de interesse. Portanto, quando pensamos no hegemônico pensamos também na resistência.

É disto que trata este livro, **é um livro de resistência que se manifesta nos diferentes artigos**, pois cada um deles na sua diferença temática aponta para um elemento de resistência contra-hegemônica que pode ser encontrado nas balizas propostas por aqueles que tem na Economia Solidaria elementos para pensar uma Educação cooperativa e uma pedagogia crítica.

É importante destacar que o conjunto de artigos, não está marcado pelo medo ou pelo ressentimento, eles são apaixonados na defesa de suas idéias e estão dotados de uma potencia e de uma responsabilidade que se manifesta no eixo condutor – não dito – de que chegou o momento de cada um de nós tomarmos como responsabilidade de proteger o mais frágil e de reconhecer as diferenças.

Por isso, não é possível hesitar em relação à escolha que se impõe. Recuperar o sentido de um projeto de transformação social é, hoje, mais importante do que nunca. E, ainda mais que o passado, ter presente a solidariedade, supõe

um projeto social que nada tem a ver com o “novo capitalismo”, pautado por “voluntariado(s) assistencialista(s)” para dar conta da precariedade social.

A constituição do cidadão como sujeito social implica em entender e repensar o que significa na solidariedade: o social, o político dos oprimidos e explorados (sem falsos vanguardismos); compreender a necessidade de praticar a articulação, o diálogo, a reflexão, traduzido nas distintas lutas e experiências sociais (antipatriarcais, antirracistas, anticapitalistas, de afirmação da identidade cultural, ecológica, de liberação, etc.) sem perder as raízes comunitárias.

Os artigos que hora se apresentam buscam de diferentes modos recuperar os espaços de resistência, a capacidade de rebeldia e indignação, demonstrando que existe uma memória que materializada nas micro-experiências evidencia a possibilidade de resistir/construir um campo de alternativas econômico-políticas.

E isto aparece na reflexão que faz o primeiro artigo

Na concertação se faz necessário pensar a cooperação! (Gilson Luiz dos Anjos, João Carlos Pereira Junior, Kettia Kellen, Patricia de Camillis, Rogério Knebel, Roque Graziolla, Sandra Andrea Assumpção, Maria Valter Morigi). Nele seus autores fazem um movimento lógico que aponta para um imperativo: que defender os processos democráticos, é também crucial para evitar o predomínio do medo e que nenhum de nós será, em momento algum, inteiramente “integrado” à sociedade em que vive, sem uma integração na base do pacto social associativo e cooperativo.

No segundo artigo, Resgate Histórico da Economia Solidária (Maria Delci Klunck) permite visualizar a estratégia epistêmica e o recurso de usar a pesquisa histórica como elemento chave para re-significar o trabalho e, a partir daí, resgatá-lo como categoria analítica para re-conhecer seu(s) sentido(s) nas diferentes formas da economia. O artigo aponta para a relação existente entre cultura de determinada sociedade; ao exprimirmos um juízo sobre uma, avaliamos inevitavelmente a outra.

Por isso, o terceiro – **Construção e apropriação de conceitos e práticas da Economia Solidária** (João Carlos Pereira Junior) insinua e permite pensar que para superar o peso das antigas maneiras de pensar e ver, para descobrir soluções, se faz necessário analisar os marcos explicativos com outro olhar.

O quarto, **A mutualidade como doutrina do cooperativismo e da economia solidária** (Egon Inácio Bieger, Lizeli Barbosa Scartassini) apresenta a mutualidade como um instrumento sócio-econômico que tenta responder às diferentes necessidade sociais, mas fundamentalmente sinaliza que na mutualidade há um sistema de idéias que predetermina a ação –tanto individual como coletiva – e se dá em um meio social e econômico determinado.

O quinto, **Apontamentos sobre as dimensões assumidas no conceito de solidariedade que orientam as ações em economia solidária** (Enio Waldir da Silva), por sua vez, se propõe a alinhar que a possibilidade de outro modo de pensar a economia passa necessariamente pelo entendimento de que a Economia Solidária (como conceito e como modo de produzir a riqueza) é instrumento de luta para poder romper com as ataduras da dependência que limitam a mudança e...a emergência de um outro modo de pensar o mundo.

A segunda parte do livro começa com um conjunto de EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – tem um caráter mais pragmático que busca materializar a dúvida do leitor que se insinua na primeira parte: mas isso não é utópico?

Sim é claro que é utópico.

É utópico no seu sentido, mais retrógado, que considera desejos, vontades como especulação teórica estéril ou que as idéias de mudança são projetos fechados e pré-definidos.

Não é utopia quando as idéias e as aspirações, as vontades podem tornar-se realidade e que a vida ou o cotidiano das pessoas permita encontrar elementos ou condições para realizar os desejos.

As experiências ou temas analisados são variados e podem remeter o leitor para diferentes lugares, mas é importante destacar que eles se apresentam como signos de esperança e de renovação das lutas sociais, dos movimentos sociais anticapitalistas e que hoje, a economia solidária joga um papel chave para contrapor-se a barbárie capitalista e neo-liberal cada vez mais acentuada e/ou da crise ideológica das esquerdas a nível global, onde uns e outros só têm presente a economia de escala e produtivista.

Os artigos são diferenciados, mas permitem crescer em consciência e capacidade de transformação social: supõe uma articulação em densidade ou “de dentro dos movimentos sociais”: permite aprender a ler estrategicamente que nas formas orgânicas há um referente utópico eficaz para promover o “poder local” que favorece o sujeito social.

As padarias comunitárias (Arildo Miguel Crespan), **Educação Profissional para pessoas com deficiência** (Jussara Muller de Assis), **Turismo Rural: uma possibilidade solidária** (Cláudia Ribeiro Kohler e Heron Denis Leite), **Uma experiência de organização de catadores: trabalho e preservação ambiental** (Elizandra Cristiane Pinheiro da Silva, Fabio Roberto Moraes Lemes, Pedro Carlos Rasia e Luciana Schereiber Baldissera), **Relações familiares de mulheres inseridas na economia solidária: estudo de caso** (Adriana Machado Dias e Lise Mari Nitsche Ortiz), **História de Vida e Exclusão Social: os catadores de lixo reciclável em Ijuí** (Nadia Scariot), **A cultura indígena, a economia solidária e os desafios da sustentabilidade** (Armgard Lutz, Dulci Claudete Matte).

Estes artigos demonstram e nos fazem acreditar, sentir de fato a possibilidade de que “uma outra economia é possível” e que podemos conseguir tudo o que queremos neste mundo e que para corrigir os absurdos da economia dominante existem espaços que estão ao nosso alcance.

Demonstram que como fenômeno social – a Economia solidária – permite não só uma vida independente e produtiva, o aumento da auto-estima e a inclusão social, mas fundamentalmente encarar a terrível possibilidade de que nossas vidas realmente estão em nossas próprias mãos.

Na verdade, este conjunto de artigos nos leva a pensar que agir coletivamente é não aceitar a angústia e compreender o ridículo que é viver uma vida toda sem jamais esticar os braços para mudar uma historia que se apresenta oficial e linear.

Por isso, pedimos que ao ler este livro, não fiquemos presos as narrativas, mas o vejamos como um mapa (oculto) de lugares, de tempos que existem e que podem nos mostrar que a vida (econômica) está em outro lugar.

Bom proveito e boa leitura.

Paulo Peixoto de Albuquerque
Outono de 2011

APRESENTAÇÃO

Concertação social: diálogos sobre Economia solidária

Concertação social, essa expressão encabeçando o título desse livro tem sua razão de ser enquanto indicador da utopia que move o grupo da Rede Concerto Social, bem como outros grupos Brasil afora, em movimento pela justiça social e por formas alternativas de construir a sustentabilidade solidária. A expressão, longe de ter relação com o “remendo social”, remete à harmonia de um concerto musical enquanto fruto dos esforços e responsabilidades individuais, que afinados na diversidade, promovem a unidade. A unidade que a *concertação social* pretende é a que, respondendo às exigências do mundo atual, experimente articulações na construção de um mundo melhor, mais justo, solidário e democrático. Por isso, a *concertação* tem a ver com a existência da Rede Concerto Social, ou melhor, a RCS pretende exercitar e construir práticas de concertação. A Rede Concerto Social reúne diferentes projetos sociais que, em ensaios intermináveis, se voltam proativamente a diferentes e complexas problemáticas da realidade social e foi se fortalecendo ao descobrir a possibilidade de existir, de ter liberdade para crescer, aprender, definir por onde andar, com quem e como andar. Sua unidade iniciou pela mudança paradigmática da crença nos movimentos isolados. Se é tempo de rede, a partir da compreensão sobre o esvaziamento das ações isoladas, ainda que efetivas, então a Rede Concerto Social está alinhada ao que se pretende na contemporaneidade: evitar o isolamento, os retrabalhos, a reinvenção da roda numa época em que são múltiplas as formas de aprender o já aprendido e de forma mais rápida, com um único objetivo: conquistar compartilhadamente a justiça social e por conseguinte a transformação da realidade tendo, por centralidade, o homem com suas melhores qualidades conquistando para si e para seus contemporâneos o bem viver, a felicidade.

A Rede Concerto Social reúne os projetos sociais do Rio Grande do Sul, aprovados para apoio financeiro pelo Instituto HSBC Solida-

riedade. O Instituto estendeu seu compromisso social ao proporcionar formação continuada aos gestores dos projetos sociais e ao desencadear a experiência piloto de provocar a constituição de uma Rede.

A formação continuada, a partir de 2007, uma parceria entre a ONG Parceiros Voluntários, o Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social e o IHS, foi movida por fundamentos teóricos que exigiram dos participantes colocar-se totalmente “dentro” da formação e ação reflexivas, “dentro” de um compartilhamento entre os diferentes projetos e coordenadores, aos moldes da metodologia de Paulo Freire de ação-reflexão-ação. O processo do grupo se constituir *grupal*, de cada coordenador se constituir menos fazedor e mais pensador, é compreensível a partir das palavras de Paulo Freire “Ser cultural ou ser consciente é a forma radical de ser dos humanos, enquanto seres que, refazendo o mundo que não fizeram, fazem o seu mundo e neste fazer e refazer se refazem a si mesmos. *São porque estão sendo!*”. Foi assim que a Rede se fez e se faz nos fazendo!

O processo de gestação da Rede mapeou as forças das diferenças e das semelhanças entre os projetos. O resultado foi o encontro com a Economia Solidária definida como um dos eixos de afinidade. A construção desse Livro como proposta de diálogos sobre Economia Solidária, expandindo a Rede através da integração com pessoas mobilizadas pela mesma causa, reafirma outro eixo de afinidade alinhado à mudança paradigmática: o de tornar a Rede acolhedora, evitando encapsulá-la.

Temas relacionados a Economia Solidária como a empregabilidade das pessoas com deficiência, a potencialização das belezas naturais associada aos costumes rurais e étnicos através do turismo rural solidário, a etnosustentabilidade de grupos indígenas, a solidariedade através de padarias comunitárias, as mulheres na economia solidária e os efeitos nas relações familiares, os catadores dos resíduos sólidos e a exclusão social, a organização social dos catadores como forma de afirmação e conquista dos direitos humanos, o processo educacional que constrói consciência dos valores e das capacidades para o desenvolvimento progressivo e permanente das pessoas e das coletividades humanas, o direito a ser diferente, a relação entre o trabalho dos catadores com a preservação ambiental, a mutualidade como o sistema de soli-

riedade na base de ajuda mútua, são alguns dos aspectos abordados nessa publicação. São temas que oferecem diferentes subsídios para conhecer, debater, buscar novas aprendizagens. As produções reunidas nesse espaço não são pretenciosas, são antes de mais nada, um convite para discussões, provocações, para formulação de outros caminhos e outras interpretações cabíveis na perspectiva de promover vida digna a todas pessoas, em especial, àquelas que buscam saídas justas no espaço da sociedade competitiva, consumista e cumulativa.

Retornando à reflexão sobre a Rede Concerto Social, encerramos a abertura dessa publicação anunciando os desejos dos membros da Rede: que ela seja espaço para firmar laços, pelo compartilhar reflexões e experiências com outras redes, sujeitos e entidades; seja um banco de projetos com potencial de reaplicação aperfeiçoada; um movimento auto-sustentável, de reunião, produção e difusão de tecnologias sociais às instituições voltadas à geração do bem viver e renda, enfim, rede acolhedora e fortalecedora dos seus membros, integrada a conselhos a fim de se manter pró-ativa na temática da inclusão não assistencial.

Armgard Lutz

*Professora Dra. do Departamento de Pedagogia,
da UNIJUI/RS, coordenadora do projeto social*

*Vãfy: Identidade e Dignidade,
no Salto do Jacuí/RS, 2007 a 2011.*



INTRODUÇÃO

Este livro é fruto da caminhada iniciada em agosto de 2007 pelos responsáveis técnicos pelos projetos sociais acolhidos para apoio pelo Instituto HSBC Solidariedade. O Instituto, numa atitude contemporânea, movida pela concepção emergente de Rede, propôs a experiência piloto de proporcionar formação para o desenvolvimento humano dos responsáveis técnicos dos projetos, com a expectativa de constituírem uma rede e replicarem o aprendizado junto aos beneficiários dos projetos.

A Rede, integrando projetos do Rio Grande do Sul, foi tomando forma gradativamente a partir da socialização entre as instituições, da identificação das propostas dos projetos, descobrindo os elementos comuns entre eles, como articuladores, bem como, os elementos que os diferenciam, que enriquecem e desafiam o conjunto dos projetos e dos coordenadores.

Os responsáveis técnicos que integraram a rede desde o início e seus respectivos projetos e cidades são a seguir enumerados como uma forma de homenagear a todos: 1. Ana Paslawski – Fundação Semear, projeto *Geração Empreendedora* – Novo Hamburgo; 2. Arildo Miguel Crespan – Associação de Vilas: é preciso repartir o meu viver com todos - Esquina da Solidariedade. Projeto *Transformar mãos que pedem em mãos que fazem* - Frederico Westphalen; 3. Armgard Lutz e Dulci Claudete Matte– Unijui, instituição proponente: INKA – Instituto Kaingang, projeto *Váfy: Identidade e Dignidade* – Salto do Jacuí; 4. Cláudia Köhler – Circulo de Pais e Mestres do Colégio Estadual Jacob Arnt, projeto *Inclusão: Somos todos diferentes* - Bom Retiro do Sul; 5. Claudia Rodrigues – Centro Social Madre Francisca, projeto *Escola Cidadã Nova Comunidade: Aprendendo a Existir* - Santa Maria; 6. João Carlos Pereira Junior, Associação Cidadão Atitude, projeto *Atitude Responsável: aquecendo a comunidade* – Bento Gonçalves; 7. Jussara Muller de Assis, Federação das Apaes do Estado do Rio Grande do Sul, projeto: *Trabalho, cidadania e renda para a pessoa com deficiência intelectual e múltipla* - Porto Alegre - Santo Antonio da Patrulha; 8. Lizeli Barboza Scartassini, ONG Fazendo a Diferença, projeto *Língua de sinais e a construção da diferença* - Palmeira das Missões; 9. Luciana Dimpério, Lar Vila das Flores, projeto *Carros*

sel da Alegria – Santa Maria; 10. Simone Bochi Dorneles, Fundação Regional Integrada - URI – Campus Santiago, projeto *Profetas da Ecologia* – Santiago; 11. Sonia M. Grass, Centro de Formação Teresa Verzeri, projeto *Costureiras da Cidadania* - São Borja.

A vida é dinâmica, condição essa que tanto nos faz pessoas em permanente inacabamento e burilamento, quanto altera o ritmo, o rumo, do que é projetado e por conseguinte, do que está em desenvolvimento. Aplica-se essa reflexão às intenções e ações projetadas pelas diferentes instituições. Exemplo disso, foram os acontecimentos que, em concomitância ao desenvolvimento dos projetos e da formação continuada, trouxeram alterações inesperadas, ora no rumo dos projetos, ora afetando os coordenadores de alguns projetos ao serem substituídos. Esses desafios foram fortalecendo as crenças do grupo, ainda neófito no paradigma da convivência em rede, quanto presencial como virtual. A ausência de um colega durante a formação era acolhida de forma solidária. Os motivos eram analisados e os avanços conquistados durante a formação eram compartilhados virtualmente com o colega ausente, num movimento constante de aprender a ser grupo e solidário. A substituição de algum responsável técnico de projeto era regada a respeito, a compreensão e a quem chegava era devotado o acolhimento afetuoso e inteligente. Foi o caso da coordenadora Claudia Kohler que viveu o grande dilema de assumir a candidatura à vice-prefeita de Bom Retiro do Sul ou prosseguir na coordenação do projeto. Sua substituta, Maria Delci Klunck, se integrou ao grupo de maneira muito ativa e cativante. Com o passar do tempo, Claudia, voltou a se integrar ao grupo. A coordenadora Simone, do projeto *Profetas da Ecologia*, foi substituída pela Michele Noal Beltrão, que não mediu esforços para iluminar muitos debates com sua peculiar capacidade de trazer argumentos novos. A cada novo membro, o grupo experimentou um balanço positivo pelos desafios de integrar, acolher e aprender a se relacionar com o novo membro. O projeto *Carrossel da Alegria* teve uma trajetória curta, mas deixou boas lembranças. Os projetos da Irmã Sonia - *Costureiras da Cidadania*, o coordenado por Michele - *Profetas da Ecologia* e o da Cláudia Rodrigues – *Aprendendo a existir* e o projeto *Geração Empreendedora*, sob a coordenação da Ana, não acompanharam a Rede até o presente momento. Foram projetos que apresentaram resultados de efetiva transformação das pessoas envolvidas e de suas realidades. Projetos esses, cunhados pela dedicação, insistência

qualificada e pró-ativa de suas coordenadoras. Inesquecível a alegria da Irmã Sonia trazendo os produtos das costureiras, os quais ganhavam novos contornos de acordo com o período do ano – no Natal, as bolas de Natal feitas de feltro multicolorido e ricos adereços alegraram o grupo. Cláudia foi uma parceira tenaz que enriqueceu o grupo tanto com suas contribuições inteligentes, como pelas oportunidades proporcionadas, com destaque ao Seminário de Economia Solidária (2009). O seminário culminou com visitas técnicas a vários empreendimentos solidários espalhados pela região de Santa Maria. A experiência trouxe de forma palpitante as diferentes formas de organizar a economia solidária, com a cara do brasileiro que arrisca uma outra economia, um outro modo de traçar o bem viver. Outro destaque foi a inclusão do grupo no Seminário Internacional de Economia Solidária, Santa Maria, quando o livro do parceiro Arildo Miguel Crespan foi lançado e autografado, quando os empreendimentos resultantes dos projetos sociais expuseram e comercializaram seus produtos. Impossível esquecer a prestativa Jussara que jamais esqueceu de nos brindar com lanches trazidos diretamente de Santo Antonio da Patrulha, com destaque às rapadurinhas.

A união das tecnologias sociais do Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, na figura do Alexandre Randi, da Ong Parceiros Voluntários, na figura da Lise Mari Ortiz e o Instituto HSBC Solidariedade, na figura de Odilon A. Junior, proporcionou a formação dos técnicos responsáveis pelos projetos de forma didática e instigante. Os encontros, sob a modalidade de imersão, além de colocar o grupo em contato a natureza, mobilizaram suas forças criativas e de reinvenção. As dinâmicas reflexivas construíram com o grupo uma cultura em que o fazer e os resultados deixaram de estar em primeiro plano. Os holofotes foram jogados sobre o processo e ele, tornou-se um caminho a ser feito a cada passo. Por isso, o aprendizado estruturante da realidade da Rede partiu do movimento de deslocamentos de si para os outros. Cada membro foi envolvido pelas dinâmicas e estratégias preparadas para a formação, para fazer da transformação da realidade uma transformação de concepções a começar pelo interior de cada um. Foi um processo de tornar-se grupo e não apenas, estar em grupo. Aprender a escutar, a esperar, a acolher as expectativas do outro, a dar respostas, aprender a se comunicar assertivamente, a trabalhar sem hierarquias, a viver a compaixão, a solidariedade, enfim, aprender a ser verdadeiro, profundamente e em cada nova situação.

As formações foram eventos que trouxeram novos desafios tanto que em geral, cada técnico desenvolvia a releitura do projeto com outros olhos e propunha alterações metodológicas. O acompanhamento dos técnicos era complementado pela assessoria pessoal, pontual, desenvolvida pela assessora Lise Mari Ortiz. A leitura e as orientações que fazia sobre o desenvolvimento do projeto jamais estava descolada da generosa orientação ao técnico, fortalecendo justamente as capacidades e possibilidades de cada um. A rede foi tecendo seus fios pelos contatos e informações sistemáticos através da formulação periódica de um boletim virtual, cuja responsabilidade funcionou em forma de rodízio. Os registros e os relatórios de cada encontro teceram a memória das contribuições, aprendizados e compromissos futuros. Em decorrência desses exercícios de construção de conhecimento surgiu um evento organizado em Bento Gonçalves pela Associação Cidadão Atitude. Sua autenticidade foi marcante enquanto resultado do envolvimento dos seus beneficiários como aprendizes e com mais intensidade, como multiplicadores do aprendido através das oportunidades ofertadas pelo projeto. O ponto alto do evento foi que o grupo representante dos beneficiários de cada projeto teve espaço para demonstrar os efeitos dos projetos em suas vidas.

No decorrer das formações o grupo foi manifestando novas necessidades e entre elas a de entender a Economia Solidária, o microcrédito, a dinâmica de um plano estratégico. Esse conhecimento permitiu compreender as fragilidades, as ameaças, as forças e as oportunidades de cada projeto e da REDE em construção. Se de um lado há quem defenda planos minuciosamente previstos, por outro lado, com a rede e o desenvolvimento dos projetos, as práticas baseadas em relações aumentaram as probabilidades de gerar processos abertos, criativos e participativos em torno de objetivos.

O grupo passou a estudar a concepção de rede e em vários autores encontrou aportes como em Whitaker (1993) que a entende como uma alternativa à estrutura piramidal – seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que os cercam. O conjunto resultante é como uma rede de múltiplos fios, que **se pode espalhar indefinidamente** para todos os lados, sem que nenhum de seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Segundo essa concepção, todos têm o mesmo poder de decisão porque só decidem sobre sua própria ação e não a dos outros. Todos têm o mesmo nível

de responsabilidade – que se transforma em **co-responsabilidade** – pela realização dos objetivos da rede. Há outras noções mais amplas de rede, apresentando-a com uma perspectiva espacial, na qual os elos básicos – **os fios** – que dão consistência à rede **são as informações que transitam pelos canais que interligam seus integrantes**. Para Najmanovich e Dabas (1995), **as redes criam vínculos** entre os participantes por estarem eles em contínuo processo de aprendizagem, **produzindo novos conhecimentos** e mudando suas concepções originais, ultrapassando o local de partida. Alves (1999) tem formulado, no Brasil, a noção de rede com o aporte da teoria da complexidade de Morin, com os estudos de Boaventura de Sousa Santos sobre a ciência pós-moderna e de Prigogine investindo pelas incertezas de todo o conhecimento contemporâneo, entre outros autores. Propõe Alves a metáfora da rede, porque exige tridimensionalidade, já que seus fios se espalham por todas as direções ¹.

Os textos que compõem esse livro não de todo expressam os aprendizados, as dificuldades, os sonhos alimentados durante o processo de se estar em REDE. A lição que o grupo vivencia é que desproblematizar o futuro é matar o sonho, que arriscar-se como sujeitos, é romper com a determinação. Tomando as palavras de Paulo Freire (2000:57) o grupo em Rede vem se afirmando porque,

Só na história como possibilidade e não como determinação se percebe e se vive a subjetividade em sua dialética relação com a objetividade. É percebendo e vivendo a história como possibilidade que experimento plenamente a capacidade de comparar, de ajuizar, de escolher, de decidir, de romper.

Se o ponto convergente entre os projetos está sendo a Economia Solidária, este recorte para se pensar um outro mundo possível, inclusivo e justo, o grupo também intui que outros movimentos podem gerar outras formas de construir o bem viver para todos.

Cabe mencionar ainda que os colaboradores que integram este livro com seus artigos, expressam conhecimentos e experiências que estão contribuindo profundamente para o desenvolvimento do grupo em rede. Essa parceria é uma soma que a Rede Concerto Social pretende multiplicar e expandir.

Armgard Lutz

¹ PAIVA, Jane. Educação de Jovens e Adultos: questões atuais em cenário de mudanças. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane(orgs) Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.





FUNDAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA



Na concertação se faz necessário pensar cooperação!¹

Gilson Luiz dos Anjos, João Carlos Pereira Junior, Kettia Kellen,
Patricia de Camillis, Rogério Knebel, Roque Graziolla,
Sandra Andrea Assumpção Maria, Valter Morigi

RESUMO

O artigo debate a hipótese de que o modelo técnico-organizacional não pode servir como um exemplo de afirmação de ação coletiva segundo a proposta de um projeto de emancipação e autonomia. Parte da afirmação de que cooperar é muito mais do que a coesão social, é um processo complexo. Cooperar tem a ver com conectar perspectivas de ação e com formas de tomar decisões coletivas, tendo por resultado a resignificação dos espaços de poder. Defende-se que se trata de um processo pedagógico e ético. O artigo conclui que a resignificação do conceito busca a individualidade e a pluralidade como elementos complementares e fundamentais em qualquer processo de concertação social.

Palavras chave: cooperação, educação, ética, individualidade, concertação social.

¹ Texto Coletivo Pesquisadores PPGEDU/FACED/UFRGS/UFSM
Seminário Paradigmas da Cooperação

Introdução

Este texto se propõe pensar a cooperação como um processo aberto que se modifica ao longo das experiências; por isso é um processo pedagógico. A seguir, o debate defende que cooperar é um projeto de conectar perspectivas de ação e diferentes formas de tomar decisões coletivas, gerando a resignificação dos espaços de poder. Encerra apontando para a necessidade de resignificar o conceito de cooperação de forma a não definir a individualidade a pluralidade como forças contrárias, mas complementares.

[...] a cooperação só acontece com a aceitação do outro. Em relação de dominação e submissão não há cooperação, há obediência, há submissão. A cooperação existe como fenômeno somente no espaço em que a relação é uma relação em que os participantes surgem como legítimos na convivência (MATURANA, 1993, pág. 69).

A crise nos obriga a voltar às velhas questões e exige respostas e, quer sejam novas ou antigas, propõem julgamentos diretos. Uma crise só se torna desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Essa atitude não apenas aguça a crise como nos priva de experimentar outros modos de pensar. Com os processos associativos e cooperativos isto também ocorre, principalmente quando os sentidos da coesão social são apropriados pela lógica do capital que, ao travestir os significados, propõe que cooperar é uma forma de organizar o trabalho. Interessante que os arranjos organizacionais referendados pelas cartilhas neoliberais apresentam a cooperação como processo coletivo, de ação individual (“a minha parte eu fiz...”) incentivando o individualismo como única possibilidade de mudança. É certo que na América Latina parte dos processos de cooperação foram sancionados, externamente, pela força ou por autoridade de pessoas de referência, porém a sua história destaca que, apesar das suas particularidades, há elementos comuns de invariância que parecem indicar que, apesar da exploração e da desigualdade social, sempre existiram estratégias baseadas em modelos de cooperação e ação coletiva para contestar (ou refutar) a dominação. Tais fatos constituem, ainda hoje, formas de manifestação

que expressam identidades e diferenças, dois constitutivos necessários à emancipação e autonomia de indivíduos ou grupos.

Essa forma de organização propõe que os processos de cooperação se transformem em processos de competição, onde os grupos associativos e cooperativos, para sobreviver, precisam cooperar entre si e competir com os outros. Cooperar como processo aberto, plural, democrático, caracteriza-se como uma experiência vital; uma experiência histórica que muda com o contexto e, por isso mesmo, passa a ser, também uma experiência pedagógica: somos resultados das propostas/modelos de cooperação social e na cooperação aprendemos a ser o que somos. É importante lembrar que não podemos nos tornar o que devemos ser, se continuarmos a ser o que somos. (Max De Pree²).

Como experiência pedagógica, devemos compreender que a cooperação é uma prática histórica e social e que de certa forma institui um espaço de aprendizagem. É importante compreender que a cooperação é uma prática histórica e social e que, de certa forma, institui um espaço de aprendizagem sendo, portanto, uma experiência pedagógica. Esse aprendizado se dá desde a organização ou instituição através das práticas dos associados, da linguagem, do diálogo, produzidos no processo de construção de conhecimento e socialização. Essas práticas podem ser construídas, ou mesmo desconstruídas, nos estabelecimentos educativos, pois a educação também é um processo que não acontece sem a cooperação e a cooperação não ocorre sem a educação.

O fenômeno da cooperação como processo plural causa tensões e contradições tanto na auto-representação, quanto na ação social. Cabe distinguir essa ação coletiva do conjunto de papéis sociais definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações que propõem a cooperação como fator fundamental da coesão social.

Nossa hipótese é de que o modelo técnico-organizacional não pode servir como um exemplo de afirmação da ação coletiva que favoreça à construção de um projeto de emancipação e autonomia, porque a ação afirma-se e enfatiza comportamentos individualistas. Cooperar não é

² Max De Pree é um escritor americano. Um dos filhos de DJ De Pree, fundador da Herman Miller, empresa de mobiliário de escritório, ele e seu irmão Hugh De Pree assumiram a liderança da empresa no início de 1960. Ele sucedeu seu irmão Hugh como CEO em meados da década de 1980 e seguiu até 1990. Seu livro *A liderança é uma arte* já vendeu mais de 800.000 cópias.

apenas momento de coesão social; trata-se de um agir na reciprocidade que, mesmo provocada por interesses diferentes, remete, necessariamente, a tomada de decisões coletivas. Tomada de decisão contém, à primeira vista, dois elementos diferenciados, mas complementares: um grau de racionalidade (e comportamento) particular, que determina a compreensão da realidade e o reconhecimento das limitações da capacidade individual e de grupo em desenvolver ações de maior alcance.

Parece-nos, no entanto, que não basta pensar a cooperação apenas a partir desses dois fatores. É preciso levar em conta outros, mais complexos, e que se não são incorporados na análise, podem dar a idéia simplória de que cooperar resulta apenas de um alinhamento de vontades. O não ajustamento das vontades nos espaços associativos sinaliza:

- a) que o desconhecimento e a percepção fragmentada da realidade favorece a naturalização das hierarquias;
- b) que o centralismo técnico-gestor apresenta-se como modelo único nos processos organizativos da ação coletiva e justifica-se por urgências manipuladas por quem detém o poder;
- c) que alienação ou desinteresse dos indivíduos e grupos por tudo aquilo que diga respeito ao coletivo é explicação ligeira e simplista de um processo mais amplo.

Cooperar tem a ver com conectar perspectivas de ação, com formas de tomar decisões coletivas, onde os envolvidos ao estabelecer linguagens e parâmetros comuns, são capazes de resignificar os espaços de poder existentes no grupo.

É preciso ter presente que a radicalidade da cooperação fica prejudicada ou inviabilizada quando no cenário social há modos de conviver que privilegiam comportamentos individualistas, egocêntricos, cujos interesses e valores se apresentam como concorrentes e, não raro, abertamente conflitantes, dificultando tomadas de decisões consensuais. Para Maturana (1993): Na contemporaneidade, o reinventar e o deslocar conceitos concorre para que haja equivalência entre fatos e processos que são diferenciados: reciprocidade nos processos cooperativos não tem nada a ver com domesticidade ou formas de estabilização das relações sociais.

Nesse sentido, a escola ou os espaços educativos assumem um lugar de destaque, pois podem trabalhar a emancipação como um processo que decorre de uma intencionalidade política e luta pela libertação de homens e mulheres comprometidos com a transformação das condições e de situações limites da vida e existência dos oprimidos. (Paulo Freire, 1996).

Se “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”, então cabe lembrar que há muito os trabalhadores e outras pessoas procuraram formas organizativas capazes de garantir proteção contra a lógica que pensa a coesão social apenas nos seus elementos instrumentalizantes. A cooperação requer uma preocupação com o outro, ou seja, pensar no coletivo. Certamente os sujeitos que fazem parte desta construção, ao mesmo tempo em que colaboram, também tiram desta cooperação algo que lhes convém. Este processo que promove a subjetividade é uma forma de buscar o desenvolvimento coletivo e ao mesmo tempo individual.

Quando se coloca que a escola tem o papel de trabalhar a autonomia, a emancipação e o cuidado com o outro, como um sujeito legítimo, é preciso pensar no contexto atual em que estamos inseridos, de formas plurais, grupos diversificados, gostos, formas de ser e atuar, entre outros, sendo que a escola recebe todas estas diferentes formas de ser. Portanto, há que se pensar estratégias que desenvolvam a cooperação em diferentes espaços sociais e culturais. Segundo McConnel (1998), o sistema educacional pode não estar particularmente preocupado em promover a cooperação no processo de aprendizagem, mas, de alguma forma, os alunos trabalham juntos informalmente e compartilham sua aprendizagem, dependendo do contexto específico. Os alunos cooperam porque percebem as vantagens de compartilhar o que sabem e intuitivamente adotam uma visão social do processo de aprendizagem.

Os alunos estão vivenciando e trazendo outras experiências de vida aliadas principalmente ao uso das tecnologias digitais virtuais (TDVs). Estas estão se constituindo espaços de aprendizagem, convivência e de socialização, criando oportunidades para a disseminação da informação de maneira autônoma e, sobretudo, cooperativa. Assim, torna-se ainda mais emergente, proporcionar espaços de formação docente que favoreçam a utilização desses recursos e a reflexão de sua potencialidade na

educação. Para Piaget (1973: 105), [...] cooperar na ação é operar em comum, isto é, ajustar por meio de novas operações (qualitativas ou métricas) de correspondência, reciprocidade ou complementaridade, as ações executadas por cada um dos parceiros.

Na contramão da lógica individualista e de mercado é possível visualizar outras práticas de ação coletiva. Na atualidade brasileira, como exemplos de grupos de resistência, podemos destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Nacional da Luta pela Moradia (MNLN) e os grupos de trabalhadore(as) organizados em empreendimentos autogestionários de economia solidária. Estes aliam a busca de objetivos específicos – a luta pela democratização e acesso à terra, acesso à terra e moradia urbana, a organização político-econômica autogestionária - com a utopia de transformação da sociedade. Nessa perspectiva, cooperação implica em uma pedagogia política, capaz de dar conta das premências mais urgentes, contraposta à cultura da “competição”, como afirma Marcos Arruda³ (2006).

Campos e Col (2003), colocam que:

Nos cenários cooperativos, alguns fatores são fundamentais para que se estabeleça o processo cooperativo: - responsabilidade individual por informações reunidas pelo esforço do grupo; - interdependência positiva, de forma estudantes que sintam que ninguém isoladamente obterá sucesso a não ser que todos obtenham; - desenvolvimento da habilidade de analisar a dinâmica do grupo e trabalhar com problemas, ou seja, aquisição de conhecimentos para avaliar o funcionamento do grupo e as contribuições dos participantes para o grupo alcançar o seu objetivo, e reconhecer o retorno pessoal obtido na atividade em grupo.

Diversas experiências de construção e reconstrução de modelos cooperativos, associativos e autogestionários têm sido vivenciadas: nas fábricas recuperadas, nos empreendimentos solidários de artesãos, recicladores, na agricultura familiar, nas novas cooperativas e associações

³ Segundo Arruda, a cultura da competição é da essência do modelo de produção capitalista e sua lógica do ganha-perde, com a apropriação privada do capital, das riquezas, do dinheiro, das máquinas, das tecnologias implica a negação do outro, tornado objeto, marionete, manipulável.

constituídas a partir da solidariedade. São configurações sociais que materializam outras formas de com-viver, na qual a soma de experimentações vem permitindo acumular saberes que, por certo, têm por eixo fundamental, novas relações de saber e poder.

É nesse sentido a re-atualização: problematização do conceito de cooperação permite identificar outros espaços de partilha e o reconhecimento das forças contraditórias mas como elementos complementares na qual os ajustes mútuos traduzam no social a experimentação capaz de proporcionar aos indivíduos condições de saber escolher entre varias coisas, entre vários pensamentos, tanto do presente quanto futuros. E escolher é fundamental na concertação.

Referências

- MATURANA, Humberto. Uma nova concepção de aprendizagem. Dois pontos, Belo Horizonte, v.2, n.15, 1993.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- McConnel, D. Computer-supported cooperative learning, 1998.
- PIAGET, Jean. Estudos sociológicos. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- ARRUDA, Marcos. Tornar Real o Possível - a formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Vozes. RJ, 2006.
- CAMPOS, Fernanda e Col. Cooperação e aprendizagem on-line. Rio de Janeiro: DP&A,2003.



Resgate Histórico sobre Economia Solidária

Maria Delci Klunck¹

RESUMO

O artigo desenvolve breve pesquisa histórica sobre o surgimento do trabalho e os sentidos atribuídos à palavra de acordo com as alterações nas formas da economia. Articula o -surgimento da economia solidária, desde a antiguidade, ao trabalho, à necessidade do armazenamento de alimentos para os períodos de crise, bem como a gestão dos excedentes. Retoma o surgimento da economia solidária no Brasil e no Rio Grande do Sul.

¹ Membro da Rede Concerto Social 2007 a 2011. Professora, membro do trio gestor de escola pública de Bom Retiro do Sul/RS.

Introdução

Economia Solidária é uma forma de organização do trabalho cuja origem consta desde o final do século XVIII. A compreensão de sua história está diretamente relacionada aos aspectos histórico-sociais do trabalho, atividade esta, fundamental em nossa sociedade. Num breve resgate histórico, percebemos as diferentes concepções e relações estabelecidas no mundo do trabalho.

I. Resgate histórico sobre o *trabalho*

Na pré-história, Período Neolítico, nas chamadas “comunidades tribais”, consideradas como a última etapa das sociedades sem classes, podemos encontrar os primeiros vestígios do que hoje definimos como trabalho quando a forma de economia girava em torno da caça, pesca, criação e formas rudimentares de agricultura.

Com o passar do tempo, algumas técnicas foram inventadas ou aperfeiçoadas - cortar pedras, construir elementos de transportes, fabricar armas especiais - porém, dentro da estrutura geral da economia predatória. A primeira revolução econômica ocorreu apenas com a descoberta da agricultura e a domesticação de animais.

Nessa época, o trabalho era entendido como uma forma de garantir a sobrevivência do indivíduo e a manutenção da espécie. No mundo antigo, não se conhecia o termo “economia”. A Antiguidade caracterizou-se pela produção que estava ligada à propriedade de terras no trabalho de cultivar o grão ou guardar o rebanho para utilizar a lã no vestuário. A maioria da população vivia da agricultura e reconhecia ser a terra a fonte principal de todo o bem material e moral.

Na era clássica, já existiu uma divisão na esfera do trabalho. Para os gregos, a vida humana e suas atividades desenvolviam-se em duas esferas: a vida particular e a esfera pública. Havia uma distinção entre o trabalho doméstico e o praticado no espaço público. Originam-se aí os diferentes entendimentos sobre o trabalho.

Na antiguidade greco-romana surgiu o modo de produção escravagista. Com o crescimento das propriedades, havia a necessidade de mais e mais trabalhos os quais eram realizados por escravos, fiscalizados por

feitores, também escravos, em proveito do senhor ausente. “Aos poucos, o trabalho do camponês foi substituído pelo escravo, já que era mais conveniente comprar um indivíduo inteiramente submetido ao seu dono do que contratar um homem livre” (DURANT, 1955, p.273).

Após a instalação do Império Romano, apesar das atividades agrícolas continuarem sendo a ocupação predominante, o comércio foi fortalecido, tornando-se Roma o centro do comércio internacional, havendo, então, uma diversificação de atividades que perdurou até o final da Idade Antiga.

No século VI A. C. ou em um período aproximado, com o desenvolvimento das diversas religiões, novas concepções foram atribuídas ao trabalho. Na tradição judaico-cristã, o trabalho associava-se também à noção de punição, maldição. Na Bíblia, o trabalho é apresentado como uma necessidade que leva à fadiga e que resulta de uma maldição: “*comerás o pão com o suor de teu rosto*” (Gn. 3,19). Decorre desse princípio bíblico o sentido de obrigação, dever, responsabilidade, impregnado à noção de trabalho.

O Feudalismo constituiu a última etapa no processo histórico das formações pré-capitalistas, sendo que a característica básica dessa época foi a persistência de formas de coerção direta muito variáveis, traduzidas pelo trabalho compulsório, sob relações de dominação e de servidão, que se concretizavam primordialmente no campo, onde o produtor direto não era proprietário da terra e trabalhava para o senhor sob forma de dependência social e jurídica, legitimada pelo poder político. Os servos, além da força de trabalho, deviam lealdade e respeito ao senhor da terra, fazendo parte, de certa maneira, dos seus domínios. Vemos, na sociedade feudal, o senhor feudal no topo, seguido de seus servos, dimensionando, assim, a divisão de classes.

Neste período, foi criado o “mercado”, local onde era realizada a troca de produtos excedentes. Fazia-se a troca de produtos pela necessidade de consumo e não pela procura do produto. Aos poucos, o processo de troca simples passou à utilização do dinheiro que agilizou o intercâmbio de mercadorias e, conseqüentemente, incentivou o comércio.

Com o crescimento do comércio, a economia feudalista auto-suficiente, do início da Idade Média, transformou-se em economia de dinheiro, de um mundo do comércio em expansão. Um dos efeitos mais

importantes do crescimento comercial foi o desenvolvimento das cidades, pois, cada vez mais, um maior número de pessoas deslocava-se até a cidade para obter os produtos. Surge daí uma relação de trabalho e comércio intimamente ligada ao excedente de produção. Neste contexto, a cidade vai ser o espaço, cada vez mais, do trabalho, rompendo as fronteiras do espaço temporal do dia e do espaço físico dos lares, sendo executado, seja dia ou seja noite, seja em casa ou seja nas fábricas. A cidade assume, então, o papel de centro aglutinador de pessoas e de produtos, frutos do trabalho de agricultores e artesãos.

Entretanto, não só o espaço do trabalho é rompido: a estrutura feudal que vigorou durante quase toda a Idade Média ruiu. Já os últimos séculos medievais caracterizaram a dissolução do sistema feudal e a formação do sistema capitalista. O declínio do feudalismo também faz com que decline o poder dos senhores feudais e, com isso, os reis assumem o poder apoiados pela burguesia emergente. Temos aí a transformação da relação: *senhor versus servo* para *burguês versus proletário* que é a grande marca do sistema capitalista.

Com a ascensão da burguesia à condição de classe dominante do século XIX, se estabeleceu o senso comum entre os burgueses de que a propriedade particular era inviolável, fator de progresso e de que a pobreza era resultado apenas da preguiça e da incapacidade pessoal.

O trabalho, nesta nova sociedade, vai ser diferente do sistema anterior. Os trabalhadores passam de detentores do seu próprio trabalho com domínio total do processo produtivo a trabalhadores que irão vender sua força de trabalho em troca de um pagamento. Estes terão um outro tempo, medido pela quantidade de horas, e um espaço físico que não é mais o lar, mas a fábrica, que vão condicionar os trabalhadores a um processo de disciplina constante. Inicia o processo de industrialização que culminará na Revolução Industrial.

Nas primeiras décadas do século XX, vamos perceber inovações tecnológicas no mundo do trabalho, quando Henry Ford coloca em prática o sistema de produção em série ligado aos fundamentos propostos por Frederick Winslow Taylor, engenheiro norte-americano, para aumentar a produtividade do trabalho industrial. Com base na idéia de que a eficiência aumenta com a especialização, Taylor dividiu o trabalho e limitou cada operário à execução de uma única tarefa, de maneira

contínua e repetitiva. Neste contexto, ocorre o inchaço das cidades de camponeses que migravam em busca de melhores condições de vida e se deparavam com um cenário um tanto quanto desolador. Com o aumento da produção de mercadorias, os proprietários burgueses passaram a buscar formas de aumento do lucro e redução das despesas, não só através do avanço tecnológico, mas também com a exploração dos operários (jornadas prolongadas de trabalho, locais insalubres e baixíssima remuneração). O avanço tecnológico representava, quase sempre, a redução dos postos de trabalho em nome do aumento da produtividade. O descontentamento era lugar comum no meio dos trabalhadores que, expulsos de seus postos de trabalho, sem emprego e sem mínimas condições de sobrevivência, começaram a se organizar. Porém, há uma longa trajetória nesse processo histórico do trabalho até definirem sua organização. Devido à ascensão da medicina sanitária que favoreceu o crescimento demográfico, houve aumento da oferta de operários. Nos países desenvolvidos, surge o fantasma do desemprego.

Essa estrutura de trabalho que se caracterizava por robotizar os trabalhadores, não lhes dando a chance de criar e participar do processo de produção de maneira livre e participativa predominou até o final da Segunda Guerra Mundial, quando surgiu o novo sistema conhecido como toyotismo. Esse sistema buscava otimizar os lucros ao mesmo tempo em que se reduziam as despesas, tendo como característica principal oferecer aos trabalhadores a possibilidade de decidirem qual a melhor maneira de exercerem seus trabalhos para o que era exigida relativa especialização ou conhecimento técnico e ter a capacidade de realizar atividades distintas com máquinas diferenciadas. Permanecia um ponto em comum com o taylorismo, a busca pela maior produção aliada ao menor desperdício.

Contudo, juntamente com a *qualidade total* também foram sendo introduzidas novas máquinas, mais precisas e mais produtivas. Isso gerou uma crescente diminuição dos postos de trabalho industriais e o deslocamento desses trabalhadores para os setores de prestação de serviços, embora isso não tenha resolvido os problemas de demanda de emprego e o desemprego tenha se tornado comum. Apesar das maravilhas e novidades que o toyotismo trouxe, esse mesmo modo desencadeou um elevado aumento das disparidades socioeconômicas. Além destes problemas,

a organização toyotista propiciou o enfraquecimento da categoria e dos sindicatos de trabalhadores, pois dificultou a organização associativa. Antunes assim define essa nova classe trabalhadora:

Essas mudanças criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida em trabalhadores qualificados e desqualificados do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros, etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho. (2000, p. 184)

Essa realidade nos aponta um mundo do trabalho plural, diferenciado, multifacetado e difuso. Vejamos a referida pluralidade nas possibilidades de trabalho no mundo contemporâneo:

Encontramos entre essas formas o trabalho temporário, o estágio, o trabalho em tempo parcial, autônomos, falsos autônomos, cooperados, trabalhadores organizados em forma empresarial, eventuais, avulsos, free-lancers, domésticos, diaristas, horistas, empreiteiros, subempreiteiros, trabalhadores com emprego partilhado (job sharing), trabalhadores a distância, contrato de solidariedade externo ou expansivo, trabalhadores engajados em contratos civis, etc. (CARELLI; 2004, p. 17)

Dando um salto para os últimos 20/30 anos do século passado, conseguimos perceber como a pós-modernidade aponta para dias de significativas transformações, onde a tecnologia e a economia globalizada acentuaram o cenário de caos social e de fortalecimento do capitalismo, que, de alguma forma se assemelha à Era Industrial. Muitas concepções passaram por transformações históricas, mas a atual realidade repete os problemas da excessiva exploração do trabalhador através de distintas relações de emprego e a falta de outras possibilidades em que o trabalho seja fonte de realização e satisfação e não

de exploração. A luta está em buscar outras alternativas para que o homem seja inserido no centro da vida sócio-econômico-cultural, assegurando-lhe seus direitos e sua dignidade, valor maior da Constituição e da própria sociedade.

Neste sentido, encontramos no cenário atual a Economia Solidária que ressurgue como resgate da luta histórica dos (as) trabalhadores (as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como proposta de superação ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e com a natureza.

2. Origem da Economia Solidária

Economia solidária é um modo de produção, consumo e distribuição da economia centrada na valorização do ser humano e não do capital. Distingue-se do cooperativismo, embora seja importante uma referência ao mesmo, tendo em vista a correlação existente entre ambos referente aos problemas relacionados aos trabalhadores desempregados ou subempregados, em situações de miséria e vulnerabilidade social.

Alguns estudos fazem alusão à origem dessas formas de organização na Primeira Revolução Industrial, quando houve reação dos artesãos expulsos dos mercados pelo advento da máquina a vapor, os quais se uniram criando o cooperativismo. No final do século XVIII, surgem na Grã-Bretanha as primeiras cooperativas. Assim que o cooperativismo de consumo se consolida, se espalha pela Europa e depois pelos outros continentes.

As cooperativas de produção surgem, em 1848 na França, a partir de empresas capitalistas abandonadas por seus donos. E mais tarde, na Prússia, são criadas as primeiras cooperativas de crédito urbanas e rurais. Durante a segunda metade do século XIX e a maior parte do século XX, o cooperativismo se desenvolve, adquirindo um considerável crescimento econômico. As grandes cooperativas passam a disputar mercados com grandes empreendimentos capitalistas e acabam assimilando seus métodos de gestão. Nas cooperativas de consumo, profissionais assalariados faziam a administração e os sócios ficavam frequentemente reduzidos à condição de meros clientes, descaracterizando os princípios de “empresa comunitária” com objetivos comuns.

Então, parte das cooperativas havia se distanciado de seus princípios fundamentais com base em interesses individuais.

Além disso, em 1980, surgiu uma crise maior no campo do trabalho, a partir da Terceira Revolução Industrial o que gerou a necessidade de novas formas institucionais de gestão. Isso implicou na criação de um novo jeito de se fazer cooperativismo, surgindo, então, a Economia Solidária, embora pesquisas nos mostrem que práticas econômicas de solidariedade já existiam antes da Revolução Industrial em todos os continentes.

Portanto, a história da economia solidária pode ser retomada a partir da antiguidade, quando as primeiras comunidades se formavam e se organizavam. Além da organização do trabalho, tornou-se necessário o armazenamento para os períodos de maior necessidade, bem como a geração dos excedentes. Os homens começaram a trocar estes produtos com outras comunidades. Foi o início da economia de trocas que no decorrer da história sofreu muitas evoluções e atualmente se caracteriza como forma de economia que resgata os princípios da solidariedade e valorização humana, colocando o ser humano como sujeito e finalidade das atividades econômicas.

3. Economia solidária no Brasil

No Brasil, a partir da década de 80, a Economia Solidária ressurgiu com a reação de movimentos sociais frente à crise de desemprego em massa, intensificada nos anos 90, com a abertura do mercado às importações. Desde a década de 90, a Economia Solidária é tema de debates, pesquisas acadêmicas, políticas públicas e, principalmente, tem sido experimentada por um número cada vez maior de trabalhadores, desempregados e populações marginalizadas.

Neste resgate do processo de surgimento de experiências autogestionárias e solidárias, encontramos a ação de igrejas, ONGs, movimentos sociais, sindicatos, prefeituras, governos e estudiosos que promovem pesquisas e sua organização em feiras, redes e outras formas de organização.

Em 1981, a CNBB, através do seminário “O homem e a seca do nordeste” dá início a ações de apoio a iniciativas de grupos, comuni-

dades e associações informais, a partir de Fundos de Solidariedade, os PACs (Projetos Alternativos Comunitários). Outras iniciativas foram surgindo em diversos locais, dos quais podemos destacar no Rio Grande do Sul a região de Santa Maria que é considerada o berço do cooperativismo original, datado em mais de cem anos. Nesse local ocorre anualmente a Feira de Economia Solidária que abrange os países do Mercosul e são fomentados muitos projetos com instrumentos de apoio a propostas de desenvolvimento solidário e sustentável. Os primeiros grupos de estudo que reimpulsionaram o cooperativismo original surgiram naquela cidade, na década de 80, quando se juntaram professores da Universidade Federal de Santa Maria, técnicos da EMATER/RS e militantes da Igreja Católica para discutirem o modelo econômico da região e buscarem novas alternativas e modalidades de organização econômica no combate à pobreza.

Os projetos se disseminaram, ampliaram-se as articulações e em 1994 realizava-se a 1ª Feira do Cooperativismo, na cidade de Santa Maria, RS, quando participaram 27 grupos de 13 municípios, tendo um público de aproximadamente 4000 pessoas. A partir daí a FEICO-OP constitui-se num importante aporte à economia solidária gaúcha.

Conforme mencionado anteriormente, essa prática já se estabeleceu desde os primórdios dos tempos, porém na literatura os primeiros conceitos ligados à economia solidária apareceram pela primeira vez no Brasil em 1993, no livro Economia de solidariedade e organização popular, organizado por Gadotti, onde o autor chileno Luis Razeto o conceitua como:

Uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas -...-, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (RAZETO, 1993: 40).

Depois disso, outros encontros aconteceram e contribuíram em registros e legislações específicas de um movimento social em prol da economia solidária. O 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, que aconteceu em setembro de 1995 foi um deles, cujos

trabalhos apresentados se basearam em projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira, os quais foram organizados em coletânea a partir de pesquisa por Luiz Inácio Gaiger e publicados em 1996. Consta na apresentação:

“A comparação entre essas diversas experiências permite identificar, como tipo promissor e como alternativa viável para a economia popular, os empreendimentos solidários que reúnem, de forma inovadora, características do espírito empresarial moderno[12] e princípios do solidarismo e da cooperação econômica apoiados na vivência comunitária” (GAIGER, 1996: 11).

Em 1996, durante o III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG, realizado em São Paulo, não foi usado o termo economia solidária, mas Paul Singer, no prefácio do livro que apresenta as intervenções dos participantes, redigido em 1998, escreve:

No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a economia solidária ressurgiu no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva (SINGER, 1998: XXXI)

O Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e outras entidades em 1993, promoveram seminário sobre autogestão em Criciúma (SC) e, em 1993, estas entidades realizaram o seminário sobre “Autogestão, realização de um sonho”, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. E, em dezembro de 1996, Arruda apresentou o texto Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa, para a Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social, onde apresenta o cooperativismo autogestionário e solidário como proposta para um desenvolvimento que “reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional” (ARRUDA, 1996: 27).

É nesse processo que ganha enorme importância a prática de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; (...) o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócio-economia na nova era que se anuncia. (ARRUDA, 1996:4)

No Rio de Janeiro, professores e técnicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro criaram, em meados de 1995, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. A partir desta iniciativa, outras universidades implantam esta modalidade, formando a Rede Universitária de Incubadoras.

Em 1996, na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, um grupo de professores pesquisadores sobre economia solidária publica “Organizações e Democracia”. Como resultado do Iº Simpósio realizado em junho de 1996 surge a publicação “A empresa sem patrão”.

Em 1997, um grupo de trabalho de economia solidária foi criado na Fundação Unitrabalho A coordenação dos trabalhos foi feita pelos professores Cândido Vieitez, da UNESP, Newton Brian da UNICAMP e Paul Singer da USP. Foram chamados pesquisadores universitários de todo Brasil para participar do grupo. Até que em janeiro de 1999, após a realização de vários seminários, foi elaborado um projeto de pesquisa de âmbito nacional intitulado Economia Solidária e Autogestionária. Essa proposta consta do livro “Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia”. Após isso, Paul Singer organizou, com André de Souza, a obra *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, onde mais uma vez os três autores foram reunidos. Além de investigar como as experiências de autogestão e associações voluntárias tornaram-se objeto de estudo e pesquisas, elas foram batizadas com os conceitos de economia solidária, socioeconomia solidária, economia popular autogestionária e solidária etc. definindo-se quais as fronteiras que os autores estabelecem entre estes termos e a economia social ou ainda com o terceiro setor.

Embora os empreendimentos fossem diferentes e dispersos pelo Brasil, mas o fato deles terem suas ligações com movimentos ou instituições com visibilidade e contatos a nível macro, permitiram-lhes evoluir para uma nova concepção social do momento. O final do século XX viu nascer um novo paradigma socioeconômico, político e cultural fundamentado na solidariedade.

Na última década, verificou-se no Brasil o crescimento da organização da economia solidária enquanto um movimento – ou seja, a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas foi ultrapassada no que se refere à sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, configurando-se uma articulação nacional e o estabelecimento de uma plataforma comum, embora muitas iniciativas não progrediram devido à falta de crédito e inexperiência de muitos.

Atualmente, existem quase 15 mil empreendimentos no Brasil no setor de economia solidária. Essa tendência dá um salto considerável a partir das várias edições do Fórum Social Mundial, sendo, na edição de 2003, em Porto Alegre, RS, anunciada pelo Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Esta secretaria começou a funcionar no ano seguinte, tendo como responsável o economista Paul Singer, que assumiu a coordenação das políticas públicas voltadas para esse setor emergente da economia e da sociedade.

Simultaneamente à criação desta Secretaria, foi criado, na III Plenária Nacional de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, representando este movimento no país. A criação dessas duas instâncias consolida a recente ampliação e estruturação desse movimento.

Atuam no movimento de Economia Solidária no Brasil hoje:

- Cooperativas industriais;
- Empreendimentos populares;
- Movimentos sociais;
- Sindicatos;
- Fóruns Municipais, Estaduais e Fórum Brasileiro de Economia Solidária,
- Políticas públicas de fomento à Economia Solidária;
- Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Referências

- GAIGER, L. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular/ In: GAIGER, L. (Org.) Formas de combate e de resistência à pobreza. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.
- RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993.
- CARELLI, Rodrigo Lacerda. Formas atípicas de trabalho. São Paulo: LTr, 2004.
- ARRUDA, Marcos; QUINTELA, Sandra. Economia a partir do coração. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- SARRI ICAZA, Ana Mercedes; FREITAS, Marcelo Ribeiro de(org.). O Projeto Esperança/Coesperança e a construção da economia solidária no Brasil. Relato de uma experiência. Cáritas Brasileira, Porto Alegre:2006. Fonte: www.itcp.usp.br



A Construção e Apropriação de Conceitos de Economia Solidária

João Carlos Pereira Junior ¹

RESUMO

Neste artigo buscamos, a partir da experiência concreta de uma situação problema em sala de aula, compreender os efeitos do fazer político-pedagógico comprometido com a educação alicerçada na construção da economia solidária e, conseqüentemente, com a transformação de uma realidade injusta e desigual. Realidade criadora de um cenário social árido e distópico, aos sujeitos em situação de fragilidade social. Tem por artifício lógico metodológico, o tema da educação de jovens e adultos e da economia solidária, utilizando o estudo de caso com a turma de economia solidária do PROEJA FIC na Escola Municipal Atílio Tosin de Garibaldi/RS/IFRS - BG, para análise dos conceitos construídos e as práticas incorporadas durante o curso. A turma é composta por 27 alunos, a maioria adultos que estão retomando a sua escolarização. Estudam na única escola deste município, onde o PROEJA FIC foi implantado. A escola, situada no bairro São Francisco, conta, no período noturno, com seis turmas de EJA/Ensino Fundamental e duas turmas de PROEJA FIC uma voltada à profissionalização em Informática e outra², voltada à Economia Solidária.

Palavras chave: Atuação docente, Adultos e Jovens excluídos, Políticas Públicas, Economia Solidária.

¹ Especialista em Arte educação pela Universidade de São Paulo, em Gestão do Desenvolvimento Local pela Universidade de Milão e em EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS pela UFRGS. Mestrando e pesquisador da linha de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação da Faculdade de Educação da UFRGS.

² Na qual ocorre este estudo de caso, embasado em YIN, Robert K. – Estudo de Caso, planejamento e métodos. Bookmann 2002.

Introdução

O estudo apresenta o início de uma pesquisa que busca identificar as estratégias metodológicas desenvolvidas no PROEJA FIC, em especial, na disciplina de Economia Solidária, a partir da análise de algumas falas dos alunos, que serão categorizadas e interpretadas.

A intenção organizadora da reflexão partiu de uma pergunta ampla, geral e fundamental para quem trabalha com educação emancipadora: **Os pressupostos da Economia Solidária (reciprocidade, solidariedade, bem-comum) produzem alterações na perspectiva de vida dos alunos e podem auxiliá-los a tomar atitudes concretas, bem como ações objetivas em seu cotidiano?**

A partir daí, este estudo propõe reflexões sobre políticas públicas voltadas à educação e, em especial, sobre o PROEJA³ e o PROEJA FIC⁴. O objetivo central dessas organizações é saldar a dívida histórica para com a parcela do povo brasileiro que não teve a oportunidade e a possibilidade de acessar ou prosseguir seus estudos, devido à lógica excludente característica de governos da burguesia, especialmente dos governos com propostas neoliberais, recorrentes na história recente do país. O PROEJA busca criar novas possibilidades para estes sujeitos, oferecendo-lhes educação libertadora, preparando-os também, para se inserirem na cadeia produtiva e na geração de renda, possibilitando-lhes melhores condições de vida, tornando-os, mais conscientes e preparados.

Nesse sentido, a pergunta geradora da reflexão buscou construir elementos que podem balizar nossa atuação docente e a reflexão sobre a práxis a fim de destacar estratégias metodológicas que por seu êxito possam ser replicadas em outras turmas desta modalidade de ensino.

Portanto, a reflexão que proponho tem por objetivos:

- Identificar as estratégias metodológicas utilizadas nas aulas de Economia Solidária;

³ Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, criada pelo governo federal em 2005.

⁴ O programa PROEJA FIC (Formação Inicial Continuada) leva educação profissional e tecnológica a jovens e adultos, através de cursos ministrados por professores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia mais próximos de cada município.

- Destacar que conceitos-chave da Economia Solidária foram apreendidos e incorporados em suas vivências pelos alunos;
- Verificar, se e como, os alunos modificaram suas práticas e seus projetos de vida, a partir destas aulas.

Aqui, nos limitaremos a analisar e categorizar as falas dos alunos, procurando identificar sinais de transformações sociais resultantes das estratégias metodológicas utilizadas. Na sequência, analisaremos mais detalhadamente estas estratégias e os efeitos produzidos por elas, propondo a sistematização de uma metodologia capaz de contribuir na construção de novas perspectivas, conceitos e práticas solidárias e empreendedoras em jovens e adultos que se encontrem em processo de retomada da escolarização.

Neste estudo, partimos da hipótese de que os alunos, do PROEJA e do PROEJA FIC em especial, têm formas diferenciadas de resolver e analisar o mundo do trabalho. Em sua maioria, foram inseridos neste mundo ainda muito jovens e antes mesmo de uma formação escolar que os preparasse para tal. Sua singularidade deriva também do fato de terem dificuldades com a abstração do real. São sempre muito pragmáticos em suas análises e tomadas de decisões. Em decorrência disso, boa parte dos conceitos trabalhados nas aulas de Economia Solidária não foi compreendida pelos alunos. Assim, as transformações em suas vidas e em suas práticas pessoais e profissionais necessárias ao pleno exercício deste novo modelo de organização do trabalho coletivo se tornam difíceis de serem incorporadas, em função da lógica social hegemônica do capital. Neste contexto, algumas estratégias metodológicas se mostraram mais adequadas a esta construção. Entendemos que outras poderão ser reelaboradas e replicadas em outros grupos de PROEJA, ou de cidadãos desejosos de se constituírem como empreendedores solidários;

Como já destacado, utilizo um estudo de caso nesta pesquisa, a fim de interagir com os alunos, porque entendemos que ser professor é lugar e parte de um processo no qual podemos, pelo contato regular, transformar as práticas e os projetos de vida de seus sujeitos, criando novas perspectivas sociais, políticas e econômicas.

A seguir, destacamos a organização do estudo: na primeira parte, o contexto: o lugar do jovem e do PROEJA na economia do capital; na segunda parte, a contextualização do lugar da análise, ressaltando

a lógica institucional que modela a práxis cotidiana do educador do PROEJA. Na terceira, apresentamos o modelo de análise que enfatiza os elementos fundantes da economia solidária: cooperação, reciprocidade, empoderamento ou protagonismo dos indivíduos; a quarta, consiste no estudo de caso, propriamente dito. Nela apresentamos o lugar da pesquisa, a metodologia de trabalho e os resultados obtidos. Enfim, na quinta e última parte, destacamos as considerações finais e as pistas abertas pela reflexão da problemática proposta.

I. O contexto problemático: O lugar do jovem na economia do capital

As grandes cidades têm oferecido cada vez piores condições de sobrevivência para os seus cidadãos, em especial para os mais jovens, se desenvolverem. Questões ligadas à locomoção, ao saneamento básico, a cultura, a violência, o trabalho e a educação, dentre outras, têm se tornado cada vez mais precarizadas e críticas, aumentando, ainda mais, os cenários de exclusão.

O inchaço urbano destas cidades, se desacompanhadas de políticas públicas compensatórias e inclusivas, tende a formar uma extensa legião de desassistidos e excluídos fomentando a violência e a desesperança. Sem vislumbrar um horizonte diferente deste cenário, os jovens tendem a se subestimarem enquanto sujeitos e a não assumir a sociedade que os exclui como sendo deles. Esse movimento se evidencia nas diversas manifestações de violência à pessoa e aos espaços públicos. Este tem sido o legado neoliberal oferecido às juventudes empobrecidas.

Por outro lado, a educação, política pública mais eficaz em um processo inclusivo dessas juventudes, tem sido cada vez mais sucateada pelos governos que assumiram a cartilha do neoliberalismo.

Por outro lado, a economia solidária vem sendo vista e exercida, como uma importante alternativa de inclusão e empoderamento das classes sociais, “normalmente” excluídas pelo capitalismo. A escolha da economia solidária como possibilidade de profissionalização nos cursos PROEJA FIC, revela a crença do Ministério da Educação, através da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica materializada, na parceria entre os Institutos Federais de Educação e as Prefeituras

que fizeram a opção por esta forma de inclusão social e, dos próprios sujeitos alunos deste curso pela eficácia desta possibilidade.

Por isso, urge a construção de estratégias metodológicas que transformem os deserdados do sistema em sujeitos sociais de fato. Torná-los capazes, não é somente propor a construção de empreendimentos econômicos exitosos, rentáveis ou competitivos, mas, também, levá-los a compreender que a coesão social e a solidariedade econômica pode ser um modelo de organização alternativa ao capitalismo.

Para tanto, é necessário que haja uma vontade política a ser assumida nos espaços escolares que favoreça e aponte para a construção de outro mundo possível, mais humanizado, justo, fraterno, ambientalmente sustentável e solidário. As notas que seguem indicam como nos espaços escolares é possível materializar uma vontade política.

2. Do estudo de caso à análise do Discurso para a construção e apropriação de conceitos da economia solidária

Sendo professor da disciplina de economia solidária, foi possível registrar as estratégias metodológicas utilizadas, verificar a sua intencionalidade e o quanto ela foi compreendida e assimilada pelos sujeitos do curso.

A partir de uma bibliografia específica, construída pelo movimento da ECOSOL no Brasil, como os documentos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, da Iª Conferência Nacional de Economia Solidária e os cadernos de formação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), além de estudos como os Professores Paul Singer, Fanny Abramovich, Marcos Arruda, João Roberto Lopes Pinto, Luiz Inácio Gaiger e Célia Maria Lange, destacamos os principais conceitos-chave da economia solidária capazes de transformar as práticas e os projetos de vida de sujeitos, criando novas perspectivas sociais, políticas e econômicas.

Com perguntas abertas e dinâmicas de grupo, verificamos quais os conceitos compreendidos, assimilados e apropriados pelos alunos do PROEJA FIC em suas práticas profissionais, sociais e familiares. Também percebemos de que forma isto ocorreu. Analisamos as estratégias metodológicas utilizadas, seus objetivos e resultados alcançados.

Mas, antes de apontar para os elementos que indicam a forma como os alunos se apropriaram destes conceitos no seu cotidiano, parece-nos importante indicar os elementos que permitiram esta compreensão. A seguir, apresentamos o nosso quadro teórico ou o seu conjunto de conceitos.

Moldura analítica

A moldura de análise desta pesquisa se baseia no pressuposto de que a educação é a maneira mais eficiente de transformar práticas e conceitos. É uma importante ferramenta na transformação social almejada em nosso trabalho. De outra forma, temos um compromisso claro com a transformação de nossa sociedade em um *locus* mais justo e menos excludente.

Nossos alunos, por serem sujeitos, que historicamente, tiveram negado o seu direito à escolarização e, por isso, vivem em situação de fragilidade social, precisam se constituir como sujeitos sociais empoderados e autônomos, capazes de oferecer orgulho, dignidade e melhor qualidade de vida para si e seus familiares. É nesse quadro que a economia solidária se encaixa perfeitamente, pois além de ser uma real alternativa ao modelo econômico dominante, pode se desenvolver em um espaço educativo e utilizar estratégias metodológicas adequadas eficazes, podendo levar à construção de uma compreensão ampla da realidade a que os educandos estão submetidos, colocando-os em movimento para a superação da exclusão.

Em função disso, apresentamos os conceitos chaves com os quais trabalhamos:

Cooperação:

“Cooperar na ação é operar em comum, isto é, ajustar por meio de novas operações (qualitativas ou métricas) de correspondência, reciprocidade ou complementaridade, as ações executadas por cada um dos parceiros.” (Piaget, 1973:105).⁵Neste artigo, trataremos cooperação não como uma disposição psicológica, um desejo, mas como um conjunto de ações, alinhadas com um projeto político-econômico, como abordado por José de Souza Martins⁶.

⁵ PIAGET, Jean. *Estudos Sociológicos*. Ed. Forense. Rio de Janeiro, 1973

⁶ MARTINS, José de Souza. 1991. Expropriação e violência - a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 3a ed. revista e ampliada

Reciprocidade:

Aqui pode ser entendida como um tipo de relação quando os sujeitos interagem entre si articuladamente sem perder suas respectivas identidades. Para Santos⁷, a reciprocidade é “o critério geral imprescindível em uma política democrática emancipatória, enquanto a forma e os meios de negociação deverão ser privilegiadamente os direitos humanos como expressão avançada de lutas pela reciprocidade nas relações sociais”.

Empoderamento:

Aqui utilizada como conceito pode ser entendido como a conquista plena de direitos de cidadania. “[...] ou seja, a conquista da capacidade de um ator, individual ou coletivo, usar os seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações do Estado na distribuição dos serviços e recursos públicos”⁸.

3. Metodologia

Estes conceitos foram operacionalizados metodologicamente através da seguinte sistemática: a Análise do discurso é o aporte teórico escolhido para entender o pensamento coletivo que traduzisse no grupo, como os indivíduos entendem e compreendem economia solidária.

O pensamento coletivo é um idioma “segundo”, uma segunda língua, ou, na terminologia chomskiana⁹, uma “competência” social que – na medida em que viabiliza e permite a troca entre indivíduos distintos de uma mesma cultura – constitui, como o idioma “primeiro”, condição imprescindível para a vida humana em sociedade. Este “idioma” é obtido indutivamente, por abstração, a partir de um conjunto de falas individuais de sentido reputado semelhante ou complementar, com a finalidade precípua de expressar e representar um pensamento coletivo. Partindo-se do pressuposto de que o pensamento coletivo

⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 2. ed. Porto: Ed. Afrontamento, 1994. (Biblioteca das Ciências do Homem)

⁸ Definição de Jorge O. Romano e Marta Antunes in: <http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>

⁹ CROMSKY, Noam. *Sobre Natureza e Linguagem*, 1ª Edição, São Paulo, 2006

pode ser visto como um conjunto de discursos sobre um dado tema, o Discurso possibilita visualizar o conjunto de individualidades semânticas componentes do imaginário social.

O Discurso é, em suma, uma forma ou um expediente destinado a fazer a coletividade... “falar”, diretamente.

A proposta de Análise do Discurso como forma de conhecimento ou redução da variabilidade discursiva empírica implica um radical rompimento com esta lógica quantitativo-classificatória na medida em que se busca resgatar o discurso como signo de conhecimentos dos próprios discursos. Com efeito, os discursos dos depoimentos não se anulam ou se reduzem a uma categoria comum unificadora, já que o que se busca fazer é reconstruir, com pedaços de discursos individuais, como em um quebra-cabeças, tantos discursos-síntese quantos se julgou necessário para expressar uma dada “figura”, ou seja, um dado pensar ou representação social sobre um fenômeno.

É, assim, uma estratégia metodológica que visa tornar mais clara uma dada representação social e o conjunto das representações que conformam um dado imaginário. Através do modo discursivo é possível visualizar melhor a representação social à medida que ela aparece não sob a forma (artificial) de quadros, tabelas, categorias, mas sob uma forma (mais viva e direta) de um discurso, que é como se assinou o modo como os indivíduos reais, concretos, pensam.

Para a elaboração da noção de conceitos em Economia Solidária, parte-se dos discursos em estado bruto, que são submetidos a um trabalho analítico inicial de decomposição, que consiste, basicamente, na seleção das principais ancoragens e/ou idéias centrais presentes em cada um dos discursos individuais e em todos eles reunidos, e que termina sob uma forma sintética, onde se busca a reconstituição discursiva da representação social.

Nesse sentido, o discurso do grupo pode também ser visto como um expediente de apresentação de resultados de pesquisa qualitativa, aparentada a algumas formas classicamente encontradas em pesquisas quantitativas.

A elaboração dos Discursos é uma das formas das quais o pesquisador pode lançar mão para reconstruir o universo de representações sociais existentes no campo pesquisado.

No entanto, para que esta reconstrução seja possível é necessária a coleta da matéria-prima das representações, ou seja, os discursos professados pelos sujeitos sociais. Para a coleta desta matéria-prima, o método mais freqüentemente utilizado é a entrevista.

Pela singularidade de que se reveste este momento parece necessário e importante apresentar as “falas” como uma seção à parte, com vistas a permitir ao leitor acompanhar o roteiro lógico dos entrevistados, assim como, a forma de abordagem que estes sujeitos fizeram do tema, ao serem entrevistados.

a. Expressões-chave

As expressões-chave são indicadores que permitem enquadrar ou ajustar, pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso, que revelam a essência do depoimento ou mais precisamente do conteúdo discursivo dos segmentos em que se divide o depoimento. Buscou-se aqui o resgate da literalidade do depoimento. Este foi fundamental na medida em que, através dele, o leitor é capaz – comparando um trecho selecionado do depoimento com a integralidade do discurso e com as afirmativas reconstruídas sob a forma de idéias centrais e ancoragens – de julgar a pertinência ou não da seleção e da tradução dos depoimentos. Os mesmos podem ser considerados como sendo a matéria-prima, pois é com as expressões-chave que se construiu o Discurso dos sujeitos entrevistados.

b. Idéia central

A Idéia Central (IC) é um nome ou expressão que revela e descreve da maneira mais sintética, precisa e fidedigna possível o sentido de cada um dos discursos enquadrados como ação, posição ideológica e construção de perspectivas e que vai dar nascimento, posteriormente, a noção ou conceitos que o grupo tem sobre Economia Solidária.

Estas ICs podem ser resgatadas através de descrições diretas do sentido do depoimento, revelando “o que foi dito”, e revelam o tema do depoimento ou “sobre o que” o sujeito enunciador está falando.

Salientamos que a manifestação explícita de um posicionamento discursivo traduz a crença que o autor do discurso professa e que, na qualidade de afirmação genérica, está sendo usada pelo enunciador para “enquadrar” uma situação específica.

Considerando as coisas genericamente, diríamos que quase todo discurso tem uma ancoragem na medida em que está sempre alicerçado em pressupostos, teorias, conceitos, hipóteses.

No entanto, para efeitos de análise mais fina de discursos, convém destacar e distinguir os discursos nos quais encontramos marcas que estão subjacentes às práticas cotidianas de cada um dos participantes.

c. Discurso do sujeito coletivo

O Discurso apresentado deve ser entendido como um discurso-síntese, redigido e composto pelo cotejamento das categorias ação/posição ideológica e perspectivas. Feito isto, são encontradas palavras ou expressões adequadas para representar os depoimentos e assim, tem-se o que se chama de categorias.

A partir daí é possível enquadrar os vários depoimentos/discursos em uma das categorias, de sorte que, dois depoimentos enquadrados na mesma categoria podem ser tomados como iguais ou equivalentes, podendo, conseqüentemente, as respostas serem somadas. No caso deste trabalho apresentam ou expressam a idéia dos sujeitos pesquisados.

Os alunos que foram entrevistados – nossos informantes privilegiados – o foram com base não no seu conhecimento anterior sobre a temática, mas porque compõem, na medida do possível, uma amostra representativa da população a ser estudada.

4. Estudo de caso:

A escola e a sua proposta Proeja Fic

A Escola Municipal Atillio Tosin, situada no Bairro São Francisco, da cidade de Garibaldi/RS, conta no período noturno, com seis turmas de jovens e adultos no formato da EJA tradicional, ou seja, oferece educação básica de ensino fundamental a jovens e adultos com defasagem na sua escolarização. Conta também com duas turmas de PROEJA/FIC estas, destinadas ao mesmo público, porém incluindo na formação o ensino profissionalizante. Uma das turmas tem a profissionalização em informática e a outra, sujeito desta pesquisa, economia solidária.

Esta escola é a única do município que oferece a oportunidade para jovens e adultos retomarem a sua escolarização nesta modalidade (PROEJA FIC) e, portanto, tem alunos de diversas localidades que chegam até a escola em transporte fretado pela prefeitura. Os alunos são predominantemente adultos e na turma pesquisada havia, na época das entrevistas analisadas, 27 alunos, dentre os quais 21 maiores de 28 anos.

A opção por profissionalização focada em economia solidária se deve a um movimento na cidade¹⁰. É importante salientar que se encontra em fase de gestação uma lei municipal que regulamentará a economia solidária e já existe no município, uma grande cooperativa filiada à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e uma cooperativa de produtores rurais, a COOPEG (Cooperativa dos Produtores Ecológicos de Garibaldi), constituída e organizada segundo os princípios da economia solidária, defendidos pelo movimento ligado ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária e pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária).

A Secretaria de Habitação e Assistência Social do município vem liderando as discussões para a construção desta política de economia solidária, bem como pela opção de profissionalização em economia solidária de uma das turmas do PROEJA FIC, portanto, o programa vem de encontro a este movimento que a cidade está vivendo.

5. Os dados

Tendo sido coletadas todas as entrevistas e transcritas para a tabulação dos dados algumas medidas foram tomadas. As questões foram analisadas isoladamente, isto é, inicialmente analisada a questão 1 de todos os sujeitos entrevistados, a seguir a questão 2 de todos os sujeitos entrevistados e assim sucessivamente. Dessa forma, o primeiro passo consistiu em copiar integralmente, o conteúdo de todas as respostas referentes a questão 1 IAD1 (Instrumento de Análise de Discurso 1), na coluna expressões-chave.

¹⁰...de constituição de uma política pública voltada ao apoio à economia solidária.

Quadro 1 - das Representações Sociais

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO PERSPECTIVAS
<p>Quando eu vou ao mercado eu pesquiso todos os preços das mercadorias e preciso economizar tudo...Aluno 1.</p> <p>"...na comida, nas compras de roupas é preciso economizar para melhorar as coisas que a gente usa no dia a dia.</p> <p>"...muitas vezes eu metia os pés pelas mãos e agora eu sei que muitas coisas que eu levava sempre comigo e não dividia..." Aluno 3</p> <p>Economia está sempre presente no nosso dia a dia no trabalho, nas compras no mercado, em decisões de problemas como quando deve ser resolvido no nosso dia a dia, o que fazer como gastar — aluno 4</p> <p>Na política também tem economia organiza tudo em nossos bairros e municípios para conseguirmos cobrar dos nossos políticos melhorias em nossas ruas na segurança. Podemos conseguirmos leis que nos favoreçam muito.</p>	<p>Eu aprendi o que nós devemos fazer para trabalhar em grupos. Como ser um líder, a ser econômico e a cuidar da natureza e também como conversar com as pessoas que estão participando do grupo.</p> <p>Aprendemos a ser solidários com as outras pessoas etc.</p> <p>Eu aprendi o trabalho em grupos isso me ajudou muito no trabalho em grupos.</p> <p>Antes eu achava que só eu pensava me enganei, onde tem três pessoas pensando juntos é bem mais fácil de resolver os problemas nos negócios.</p> <p>O meu modo de pensar mudou bastante eu aprendi como montar um negócio.</p> <p>Aprendi a trabalhar em grupo, que particularmente para mim, era muito difícil porque sempre gostei de fazer tudo de meu jeito.</p> <p>Aprendi também que se trabalhando em conjunto é muito mais fácil de chegar ao objetivo.</p>	<p>No começo de tudo está como preservar a natureza não poluição no meio ambiente.</p> <p>Você me fez ver as coisas diferentemente como, por exemplo: economizar com o assunto de casa ver a vida de outro sentido dar mais valor por coisas tão simples que às vezes a gente ignora, pois bem a minha vida mudou.</p> <p>Sempre que ouvir falar de economia solidária, vou me lembrar que devemos trabalhar unidos, ouvir e respeitar a opinião do outro.</p> <p>É uma forma de produção consumo e distribuição de riquezas. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o meio ambiente. Cooperando fortalecendo o grupo. Cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.</p>

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO PERSPECTIVAS
<p>As pessoas querem ajuda de outras pessoas tanto na parte financeira como no conhecimento geral de qualquer negócio que for abrir.</p> <p>Economizar mais nos meus gastos mensal e isso vez com que sobras e mais dinheiro para investir em outras coisas pra melhorar a minha vida.</p> <p>Trabalhar em grupos e conviver com as pessoas é muito difícil preciso relevar muitas coisas e não ouvir.</p> <p>"...aprendi a proteger melhor o meio ambiente ter mais visão em negócios... aperfeiçoar os gastos, curtos, lucros, investimentos."</p>	<p>Eu aprendi a entender mais os seres humanos.</p> <p>Aprendi a respeitar melhor os colegas e professores.</p> <p>Eu aprendi que o trabalhar em grupo fazer boas caridades ajudar o próximo. Ajudar a comunidade em geral.</p>	<p>O que eu aprendo em sala de aula procuro usar no meu dia a dia, na convivência em minha casa com a vizinhança e na empresa</p> <p>A economia solidaria mudou a minha vida e o que aprendo aqui eu tento passar para minha família e meus amigos.</p> <p>Aprendi um monte de coisa na economia solidária, eu costumava trabalhar sozinho não costumava pedir ajuda a ninguém, mas agora aprendi a trabalhar em grupo e a pedir ajuda quando preciso assim a vida fica mais fácil de trabalhar, não era de te muitos amigos, mas agora já tenho mais, aprendi a confiar mais nas pessoas.</p> <p>Economia solidária é um cooperativismo, um trabalho que está sendo trabalhado no mundo todo a muitos anos. Só que alguns lugares ta tendo bons resultados, em trabalho, emprego e ta tendo bons resultados. Ela é baseada na economia popular começando pela construção da rede para gerar a produção e em seguida a comercialização e por fim o financiamento que é baseado em ganhos e eficiência. Tudo isso gera a sustentabilidade e garante a vida humana na sociedade.</p>

Fonte: relato das entrevistas realizadas junto aos alunos matriculados no EJA Garibaldi: 2009 /2

Considerações finais: pistas abertas pela reflexão da problemática

Tratando-se do início de uma pesquisa, este artigo não tem pretensões de ser conclusivo: busca apontar reflexões e pistas para a sua continuidade. Percebemos que, apesar da pesquisa ter sido desenvolvida ainda no início do trabalho da disciplina de Economia Solidária, apesar de trabalhar com a desconstrução de paradigmas cultural e socialmente construídos de longa data, apesar dos sujeitos alunos serem cidadãos que historicamente tiveram seus direitos básicos negados, ao analisarmos os seus discursos, percebe-se que foram construídos importantes conceitos e realizadas profundas reflexões que estão contribuindo para transformar práticas e convicções.

As estratégias metodológicas utilizadas até o momento em que a pesquisa foi aplicada se mostraram importantes para provocar nos alunos reflexões sobre a realidade a que sempre foram submetidos enquanto classe social excluída de direitos. As leituras e discussões dos documentos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a participação dos alunos em Conferências e os diálogos com trabalhadores da Economia Solidária, trouxeram à luz a realidade histórica de exclusão e o movimento dos trabalhadores brasileiros no sentido de superá-la. A partir disso, pela análise das falas dos alunos percebe-se que eles construíram novas perspectivas para suas vidas e reformularam suas práticas, deixando claro que isso aconteceu em decorrência das aulas de economia solidária.

As dinâmicas de grupo, os jogos cooperativos, por outro lado, foram eficazes na construção de reflexões, apropriações e reformulações de práticas e conceitos. Da mesma forma, os documentários, filmes e depoimentos de trabalhadores da economia solidária também contribuíram nesta construção.

Porém, muito há o que se investigar. Faz-se necessário analisar a continuidade deste processo (atualmente, estes sujeitos já estão em um momento de construção de uma associação de produtores e consumidores de produtos agroecológicos que significará todo este processo). Há que se aprofundar a análise de cada uma das estratégias metodológicas utilizadas neste processo para, a partir desta análise, verificar aquelas

que se mostram mais eficientes nas construções desejadas. Propomos a continuar esta pesquisa com mais profundidade, em outro espaço para sistematizar e aprimorar esta experiência, para que ela contribua na construção de novas formas de superação da realidade de negação de direitos e exclusão social recorrentes no Brasil.

Referências

- ABRAMOVICH, Fanny. *Quem educa quem?*. 8.ed. São Paulo: Summus, 1985.
- ARRUDA, Marcos Penna Sattamini de. *Redes, Educação e Economia Solidária: Novas Formas de Pensar a Educação de Jovens e Adultos*, em Sonia M. P. KRUPPA (Org.). *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos.*, INEP-Ministério da Educação, Brasília, 2005.
- ARRUDA, Marcos Penna Sattamini de. *Educação para que trabalho? Trabalho para que ser humano? – Reflexões sobre educação e trabalho, seus significado e seu futuro.* Tese de Doutorado-Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- CROMSKY, Noam. *Sobre Natureza e Linguagem.* 1. ed. São Paulo, 2006.
- Diversos autores. *Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária / Brasília-DF: Fórum Brasileiro de Economia Solidária.*
- Equipe Executiva do Termo Aditivo em 2007. *Formação na Economia Solidária no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: FGEPS, 2008.
- Fórum Brasileiro de Economia Solidária: *Carta de Princípios da Economia Solidária* in: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60
- GAIGER, Luiz Inácio. *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil / Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.*
- LANGE, Célia Maria. *A Construção de Conhecimentos em Espaços de Economia Popular Solidária / Ijuí: Pollotti, 2009.*
- MARTINS, José de Souza. 1991. *Expropriação e violência - a questão política no campo.* São Paulo: Hucitec, 3a ed. revista e ampliada.
- PIAGET, Jean. *Estudos Sociológicos.* Ed. Forense. Rio de Janeiro, 1973.
- PINTO, João Roberto Lopes. *Economia Solidária: De volta à arte da associação / Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.*
- ROMANO, Jorge O. e ANTUNES, Marta in: <http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-Modernidade.* 2ª. ed. Porto: Ed. Afrontamento, 1994.
- YIN, Robert K. *Estudo de Caso, Planejamento e Métodos.* Bookmann, 2002.



A Mutualidade¹ como Doutrina do Cooperativismo e da Economia Solidária

Egon Inácio Bieger² e Lizeli Barbosa Scartassini³

RESUMO

A ideologia cooperativista precisa de um instrumento prático para realizar-se e esse instrumento é a cooperativa. Uma de suas principais características é ser uma entidade com dupla natureza isto é ao mesmo tempo uma associação de pessoas e uma empresa econômica. Do equilíbrio entre esses dois aspectos depende o êxito completo da cooperativa como tal. No atual cenário capitalista, todos querem ganhar cada vez mais. Os ricos estão cada vez mais ricos e, em outro extremo, os pobres, cada vez mais pobres. Analisar essa problemática sob a ótica do desenvolvimento sustentável arraigado na

¹ Mutualidade - Reciprocidade, coletividade, interesse comum. s.f. Sistema de solidariedade na base de ajuda mútua. Conjunto de associações de pessoas (chamadas hoje sociedades mutualistas), com uma finalidade social de previdência, de solidariedade ou de ajuda mútua, graças às cotizações de seus associados.

² Egon Inácio Bieger - Doutorando em Educação – UCSF (Universidade Católica de Santa Fé, Argentina), Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI, Especialista em Administração Pública, Bacharel em Administração, Socioterapeuta, palestrante em diversas áreas (Educação, Administração, Terceira Idade, Movimentos Sociais), professor dos cursos de Graduação e Pós Graduação da FAI Faculdades de Itapiranga – Itapiranga SC, e-mail adm@seifai.edu.br.

³ Lizeli Barbosa Scartassini – Pós Graduada em Educação Inclusiva SEFAI/Itapiranga, professora. rede publica RS, Gestora da ONG Construindo a diferença/ RS, Pedagoga Especial Área de Deficiência Mental/PUC/RS, Extensão UFRGS área de Altas Habilidades e Superdotação, Em curso especialização em Mídias e Educação/UFSM, Palestrante em cursos área de educação e acessibilidade, movimentos sociais e diversas áreas. email:lizeliscarta@yahoo.com.br ou lizeliscarta@hotmail.com.

doutrina cooperativista e sua contribuição para o homem no âmbito atual e no contexto da Economia Solidária que surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. As relações democráticas nos empreendimentos econômicos solidários são, no entanto, um exercício democrático que tende a superar a divisão entre tarefas manuais e intelectuais e entre a execução e a concepção, base das desigualdades e da exploração no seio dos processos produtivos e, como tal, devem ser incentivados. O trabalho associado é uma forma de ter acesso ao exercício da democracia, e como tal uma prática cidadã, que abre possibilidade para garantir outros direitos, ou a luta pela suas conquistas, sem os quais não haverá desenvolvimento humano

Introdução

Desde os primórdios, o homem civilizado ou não, tenta estabelecer condutas que regem seu comportamento em sociedade. Desde as tribos aos povos atuais das diferentes nações, regras, costumes, tradições e outros valores foram e ainda são cultivados até os dias atuais, sem olvidar a metamorfose que todos sofreram com o passar dos tempos.

Tal metamorfose fez com que surgisse uma mescla genérica (de tudo um pouco do mundo) o que especialistas denominaram globalização. Encurtaram-se as distâncias. O cliente está a milhares de quilômetros e até noutro extremo do mundo, ou ainda mais longe do que concorrente, de igual para igual (ou desigual) numa selvagem luta incessante entre o capitalismo e a classe trabalhadora.

No atual cenário capitalista, todos querem ganhar cada vez mais. Os ricos estão cada vez mais ricos e, em outro extremo, os pobres, cada vez mais pobres. Pouco é oferecido por quem deveria. Quando se necessita de algum serviço, infelizmente, optar pelo que é público é a última opção do indivíduo. A mutualidade, como doutrina do cooperativismo, aplicada ao contexto da Economia Solidária, será o alvo deste estudo.

2. Fundamentação

Mas o que é uma cooperativa? O que é cooperar? Quem forma uma cooperativa? Para compreender o que é uma cooperativa e os seus princípios, existem os seguintes termos e suas definições:

- **Cooperar:** deriva etimologicamente da palavra latina “Cooperari”, formada por cum (com) e operari (trabalhar), significa agir simultaneamente ou coletivamente com outros para um mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum para o êxito de um mesmo propósito;
- **Cooperação:** método de ação pelo qual indivíduos ou famílias com interesses comuns constituem um empreendimento, e onde os direitos de todos são iguais e o resultado alcançado é repartido somente entre os integrantes, na proporção da participação societária nas atividades;
- **Cooperativismo:** é uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade;
- **Cooperado:** é o produtor rural, o trabalhador urbano ou outro profissional, de qualquer atividade sócio-econômica, que se associa para participar ativamente de uma cooperativa, cumprindo com os seus deveres e usufruindo dos seus direitos;
- **Cooperativa -** Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, organizadas economicamente e de forma democrática, com a participação livre de todos os que têm idênticas necessidades e interesses, com igualdade de deveres e direitos para a execução de quaisquer atividades, operações ou serviços.

De acordo com Ricciardi e Lemos (2000) cooperativismo é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho e que para tanto, visa o aprimoramento do ser humano em todas as suas dimensões – social, econômica e cultural, preocupa-se com o seu entorno e com o meio ambiente e busca construir uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável.

O autor “considera o cooperativismo essencialmente evolutivo e pacífico, porque deseja se impor pela razão e não pela revolução. De-

seja que todos tenham igualdade e oportunidade dentro do conceito de justiça social (...).”

A ideologia cooperativista precisa de um instrumento prático pra realizar-se; esse instrumento é a cooperativa. Uma de suas principais características é ser uma entidade com dupla natureza: é ao mesmo tempo uma associação de pessoas e uma empresa econômica. Do equilíbrio entre esses dois aspectos depende o êxito completo da cooperativa como tal. (RICCIARDI E LEMOS, 2000: 60).

E estabelecem ainda que...

(...) uma cooperativa é uma associação entre pessoas que pretendem o atendimento de necessidades comuns. As necessidades, no geral, são basicamente econômicas: produção agropecuária ou industrial, comercialização de produtos, oferta de serviços, aquisição de bens, acesso a operações financeiras, crédito e outras. (RICCIARDI E LEMOS, 2000 : 60).

De acordo com Wollenborg (2005, p.13), o mesmo considera que “cooperação significa todo concurso de forças, todo conjunto de obras, toda combinação de trabalhos, que, de uma forma sucinta, define que a coordenação seja uma das faces do fenômeno, do qual outra seja a divisão do trabalho”. Mas o autor vai além, considerando que de outro modo, o termo Cooperativismo “foi usado como título para organização voluntária de uma pluralidade de forças, com escopo econômico comum, fazendo-o mero sinônimo da associação privada e livre”.

Segundo o mesmo autor, ele define tal associação, como a “organização espontânea de uma pluralidade de economias privadas dominadas por uma necessidade comum, para exercer coletivamente, e de modo autônomo, a função industrial que produz as prestações econômicas aptas a satisfazê-las”.

Em função dos princípios econômicos da associação cooperativa, Wollenborg (2005) estabelece que o “que corresponde aos sócios é o direito de valer-se e o uso efetivo pelas próprias circunstâncias das

prestações econômicas que a empresa social produz dentro da sua específica função industrial e que representam o seu próprio intento”.

Na economia cooperativa, não há a venda, mas a distribuição das prestações econômicas produzidas pela empresa cooperativa e a conseqüente divisão do custo de produção entre todos aqueles aos quais foram distribuídas.

O custo compreende o valor das despesas de produção próprias de cada particular prestação econômica e aquele das despesas gerais de administração e das periódicas da azienda cooperativa, as quais incluem o custo corrente de mantê-la em ordem. O que basta, aliás, para que a associação cooperativa obtenha a sua auto-suficiência e cumpra a sua própria finalidade. Qualquer posterior despesa sustentada pelos sócios indica uma responsabilidade que os limites da ação cooperativa ultrapassam, crescendo-se a esta ação e nela se inserindo. (WOLLEMBORG, 2005: 20).

No sistema atual, a constituição das diversas organizações (individuais ou coletivas) está em função da prestação de atividades econômicas específicas, as quais constituem sua própria finalidade, por sua conta e risco, tendo em vista as necessidades de outrem a serem satisfeitas.

Wollemborg (2005), estabelece que haja uma condição pressuposta para a existência de cada empresa individual constituída, desta forma, “a existência de um número de economias privadas particulares que, para satisfazer a própria necessidade, a que serve o uso das prestações econômicas por ela produzidas, voltem-se a ela para fornecer-lhe um equivalente (...)”. Torna-se perceptível a cadeia que “incondicionalmente” se forma entre as organizações, o que na maioria das vezes é ignorada pelos gestores.

O mesmo autor segue o raciocínio considerando que no sistema cooperativo “esses grupos inconscientes se reconhecem e se organizam em consórcios livres e conscientes, capazes de prover de modo autônomo aquela necessidade (comum) sentida pelas economias privadas (...)”.

Porém, não se pode olvidar que a associação cooperativa não será o que deveria ser quando apenas, de um modo industrial, realiza e atende necessidades, mas sim, quando realiza por “obra e conta daqueles mesmos que se servem das prestações produzidas.” (WOLLEMBORG, 2005).

Os termos julgados sinônimos “cooperativismo” e “doutrina cooperativista” expressam o conteúdo ideológico da cooperação. Conforme Irion (1997), a palavra “cooperativismo” não é a mais adequada para designar o conjunto de cooperativas; este autor sugere que sejam usados termos como “sistema cooperativista” ou “movimento cooperativista” para enquadrar o conjunto de cooperativas e instituições a ele ligadas.

O mesmo autor defende ainda que as cooperativas, que são criadas para atuar no mercado, e o cooperativismo, “não podem ser entendidos como uma forma de vida, mas como meio adequado para melhorar as economias dos cooperados. Essa é a face econômica das cooperativas”.

Para que possa ser entendida como meio adequado para melhorar a economia dos cooperados, a doutrina cooperativista está fundamentada em diretrizes regidas por valores e princípios. Irion (1997) estabelece que os “valores caracterizam-se por seu caráter abrangente e perene no tempo; os princípios interpretam os valores e se adaptam ao tempo e lugar”.

Para facilitar o entendimento, o mesmo autor cita o exemplo do sistema democrático, criado para permitir que o povo se autogestionasse. Democracia e voto têm íntima ligação. Para que o governo do povo seja viável, o voto é o instrumento de tomada de decisões. No caso em questão, a democracia constitui o “valor” dessa forma de governo; e o voto, o “princípio” (ou meio) pelo qual a democracia é (ao menos deveria ser) posta em prática.

Este raciocínio define “valor” como o modo de ser da cooperativa e, o “princípio” como o modo agir, ou, pôr em prática os valores da instituição **Solidariedade, Liberdade; Democracia; Justiça Social; Equidade**. Desta forma, amparados por Irion (1997), definem-se tais valores:

- **Solidariedade:** oriunda do termo “sólido”, onde houver solidariedade, haverá solidez; ela não será vazia, mas consistente, baseada na aliança (sinergia) entre os sócios para atuar com eficiência e

eficácia para resolver seus problemas internos e superar as pressões externas, sendo desta forma, a base da cooperação. Empreendimentos em comum exigem pessoas solidárias e indivíduos independentes, dispostos a estabelecer vínculos entre si, baseados no apoio mútuo, no sentido recíproco de união e de responsabilidades conjuntas.

- **Liberdade:** privilégio na doutrina cooperativista que não se restringe apenas ao direito de ingresso e de saída da cooperativa, mas, sim, também, a possibilidade de análise dos valores, princípios e potencialidades do movimento para que os interessados possam transformar a sua liberdade fora da cooperativa em uma liberdade voluntariamente dentro dela, regida por “leis” auto-impostas que visem o bem comum.
- **Democracia:** não limitada apenas à forma de governo na doutrina cooperativista, mas também da possibilidade de participação de reuniões, do direito à opinião, do direito ao exercício das funções diretivas e do voto independentemente dos investimentos dos indivíduos na cooperativa. O termo pressupõe a manifestação da vontade coletiva, isto é, das pessoas, ao contrário das empresas “comuns” onde a vontade que prevalece é aquela que mais favoreça o capital. No ideal democrático do cooperativismo, mais importante que o direito de voto é a inexistência de grupos ou facções concorrentes; nem vencidos nem vencedores. Nesse ideal está a disposição de que todas as decisões para escolha dos melhores caminhos rumem para o cumprimento da missão da cooperativa, resultando no convencimento e do consenso entre os participantes.
- **Justiça Social:** estampada no cooperativismo pela promoção das pessoas, não apenas no aspecto econômico, mas, também, na educação, cultura, qualidade de vida, oportunidades de trabalho e de realização pessoal.
- **Equidade:** sinônimo de igualdade, com sentido especial no cooperativismo quando interpretada pelos três aspectos: o associativo, o econômico e o social. O associativo define deveres e direitos iguais para todos os sócios, especificados no estatuto, aprovados nas assembleias ou decisões estabelecidas pela administração. O

aspecto econômico recomenda a participação do associado nos negócios cooperativos e na sustentação da entidade. Neste ápice, encontra-se a distribuição dos resultados econômicos proporcionais a participação dos associados nos negócios da cooperativa. E, o aspecto social, que obriga a cooperativa (dentro da sua capacidade), a prestar assistência aos associados de forma igual, sem qualquer tipo de discriminação, definindo a equidade como a cada associado conforme suas necessidades de assistência.

Como já citado, os princípios interpretam os valores do cooperativismo. Simbolicamente, os princípios são comparados às cores do arco-íris, de cuja união resulta a cor branca, sendo este um dos motivos por ter sido o arco-íris escolhido um dos símbolos do cooperativismo e os sete princípios do cooperativismo são:

- Adesão Voluntária e livre;
- Controle Democrático pelos Sócios;
- Participação Econômica dos Sócios
- Autonomia e Independência;
- Educação, Treinamento e Informação;
- Cooperação entre Cooperativas;
- Preocupação com a comunidade;

Utilizando-se da essência cooperativista, Wollemborg (2005), estabelece que na associação cooperativa, o que corresponde aos sócios “é o direito de valer-se e o uso efetivo pelas próprias circunstâncias das prestações econômicas que a empresa social produz (...). Uma tal faculdade é exclusiva dos sócios; cessa o direito faltando o ônus que lhe é inerente; cai a compensação onde o sacrifício vem de menos.”

Purper, apud Irion (1997) cita que cooperativa “é a organizada voluntariamente pelas pessoas, sem influência externa. Os associados participam na sua origem.”. A decisão de ingresso de sócios é decidida por eles mesmos, entendendo que desta forma (teoricamente) há a convivência de um pacto celebrado entre os cooperados.

Este pacto é formalizado pelo Estatuto da Cooperativa, onde constam todos os direitos e obrigações, embora que este pacto, para o asso-

ciado, na maioria das vezes seja tácito, demonstrado pelo sentimento de posse dele para com a cooperativa, gerando para Putnam (2000), um “capital social” responsável pela sinergia do cooperativismo.

O mesmo autor, num estudo desenvolvido na Itália, analisou o grau de desenvolvimento do país, comparando as regiões Norte e Sul, onde ficou evidenciado que onde havia associações cooperativas, sindicatos, igrejas e outras formas de aglutinação social, o desenvolvimento local e regional foi superior em todos os níveis (social, econômico e cultural), o que Putnam batizou de *Capital Social*, fazendo com que a Itália no Norte apresentasse níveis de desenvolvimento superiores à região sul.

Um dos fatores motivacionais dessa aglutinação de forças foi a forma de proteção que as pequenas comunidades italianas encontraram para a sua sobrevivência, no período pós-guerra.

O “sub-princípio” de autogestão norteia a associação cooperativa no tocante administração do negócio, pois, uma vez que, sendo ele quem exerce as funções de direção e de fiscalização da cooperativa, é dele que partem as decisões administrativas que determinam à prestação de serviços, lembrando que, compete a cada sócio (seja ele integrante da diretoria ou não) o exercício das políticas financeiras e econômicas da associação.

Os sócios contribuem de forma eqüitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte desse capital é propriedade comum das cooperativas. Usualmente, os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, possibilitando formação de reservas, parte dessas podendo ser indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios. (IRION, 1997 : 30)

e reservas, parte dessas podendo ser indivisibilitando formas necessidades coletivas do grupo.

Se a cooperativa não visa o lucro, por que tanto é citado o “capital”? Irion (1997) defende que “o capital é um conjunto de meios destinados á produção, à circulação, à troca”; e continua, afirmando que “a função do capital deve ser o desenvolvimento da economia, a multiplicação e o aperfeiçoamento dos meios de produção, a fim de que possam atender cada vez melhor a necessidades humanas”.

Hubermann (1959) já dizia que “o dinheiro só se torna capital quando é usado para adquirir mercadorias ou trabalho com a finalidade de vendê-los novamente, com lucro”.

Irion (1997) esclarece que o “dinheiro” é confundido com “capital”, como se fossem sinônimos. O dicionário Aurélio traduz “dinheiro” como “mercadoria representada por moeda ou nota de determinado valor, usado para facilitar trocas”; logo, é algo que se consome. Quando o dinheiro é aplicado em algum empreendimento, juntam-se a ele outros meios para se chegar a determinada finalidade, passando a ter o sentido de “integrante de capital”, conforme o mesmo autor.

Logo, entende-se que quando se trata de capital nas cooperativas, deve-se ter esclarecido o sentido dele numa organização qualquer. Nas demais empresas, o capital é investido com a finalidade de produzir, fornecer um retorno ao investidor, fazendo, desta forma, com que o capital seja considerado “fim”. Nas cooperativas, o capital é o mecanismo que possibilita e cria condições que viabilizem a prestação dos serviços da instituição. Dessa forma, ele é tido como “meio”.

Irion (1997) ensina com três frases, o que facilita o raciocínio sobre as discrepâncias entre o capital das cooperativas e o capital das demais empresas:

1. Nas empresas, o capital decide. Nas cooperativas, o capital não tem vontade;
2. Empresas são organizações de capital que utilizam pessoas. Cooperativas são pessoas que utilizam capital;
3. Nas empresas, o capital arrenda trabalho. Nas cooperativas, o trabalho arrenda o capital.

O capital social de uma cooperativa é de propriedade dos cooperados. Como previsto na lei Magna, artigo 24, “o capital social será subdividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior

ao maior salário-mínimo vigente no país”. Na admissão, maior parte das cooperativas tem estipulado um valor mínimo de integralização necessária para a efetiva entrada no quadro social⁴.

Por ser o capital o meio para a viabilização dos serviços na cooperativa, muitas delas têm programas de capitalização, onde os associados integralizam pequenos valores (pouco representativos individualmente) periodicamente, fazendo com que o produto da soma de todas as partes se torne de grande valia para a cooperativa.

A participação econômica dos sócios lhes proporciona o controle de sua participação econômica, assegurando um retorno financeiro proporcional ao uso dos serviços oferecidos cooperativa. Nesse mesmo norte, os sócios poderão opinar e discutir sobre onde, quanto e quando investir na sua cooperativa.

Conforme Irion (1997), os termos “autonomia” e “independência” também (frequentemente) são considerados sinônimos, porém, do seu ponto de vista, julga que sejam “um binômio com íntima relação de retroalimentação; autonomia quando forte garante a independência e esta, se existe, fortalece a autonomia. Nota-se que deliberar sobre esses dois focos, para uma melhor compreensão, faz-se necessária uma contextualização dos cenários nos quais estão inseridos, fazendo com que o mesmo autor julgue que seja imprescindível uma análise do relacionamento do meio interno com o meio externo.

Por mais autônoma e independente que uma instituição possa vir a ser, definitivamente, afirmar que o meio externo não exerça influência sobre o meio interno seria uma completa e tola infelicidade, uma vez que é sabido que o público alvo, o mercado, a concorrência e o governo exercem influência direta em qualquer negócio. Da mesma forma, como, citado por Irion (1997), qualquer organização de uma forma ou outra influenciará o meio no qual estiver inserida.

O mesmo autor complementa o raciocínio esclarecendo que, baseado nas relações existentes entre organizações e meio (inputs e outputs), torna-se impossível afirmar que uma organização possa ser completamente independente ou autônoma.

⁴ Geralmente, os estatutos prevêm formas parceladas de integralização de capital, uma vez que, o que para um pode não ser um valor elevado, para outro, possa representar impossibilidade de associação, ferindo os preceitos previstos em lei.

A autonomia é a “capacidade de autogoverno, de estabelecer as próprias leis, regras e garantir a auto-sustentação”. Continua, afirmando que “é a qualidade pró-ativa em relação ao meio interno das pessoas, países e instituições”.

Tendo em vista suas deficiências e, para não deixar de cumprir sua missão, cada cooperativa é livre para firmar convênios, contratos, parcerias, etc., com terceiros, mantendo, simultaneamente, sua autonomia e independência, principalmente em relação aos objetivos econômicos, políticos e sociais por ela almejados.

Desta forma, cabe ao quadro social fiscalizar e exigir que todos os cooperados se responsabilizem pelo acompanhamento e controle da administração interna da cooperativa, evitando assim que se fuja dos objetivos principais e, do essencial, o cumprimento da missão da cooperativa, deve ser a preocupação com a comunidade e pelo desenvolvimento sustentável das comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros.

Em função de necessidades coletivas não atendidas, surgem as cooperativas, como mecanismo para atender tais necessidades. Porém, infelizmente, nos países emergentes, muitas são as vezes que tais organizações são vistas e quistas como caritativas. Embora não sejam, em momento algum, organizações dessa natureza, em “respeito” a tais necessidades, algumas cooperativas assumem papéis não assumidos pelo governo, por exemplo, confundindo sua identidade em meio ao cenário as quais estão inseridas.

Muito desse “equivoco” está diretamente ligado à questão cultural, onde, de longa data, tem-se um histórico de exploração. A cultura brasileira, por exemplo, é de uma visão imediatista; quer-se tudo pra ontem; dificilmente o amanhã preocupa; o que faz com que se priorize os **direitos** e que se coloque em segundo plano os **deveres**. A equalização dos dois termos, mesmo que a primeira vista possa parecer utópico, culminaria com a concretização do ideal cooperativista.

Ainda Ricciardi e Lemos (2000), destacam que “o que diferencia um país desenvolvido do não desenvolvido é o grau de organização de sua sociedade.”. E complementa ressaltando que “quanto mais organizada, mais transparente é a sociedade, mais firme é a democracia e mais justo é o país. O cooperativismo é o braço econômico da organização social!”.

Dentro de uma nova prática, vê-se a construção de novas formas econômicas, pois novos valores e metas na Economia Popular levam esta a não

aceitar a opção excludente entre sociedade e estado, e sim a propor trabalhar em sua interfase, prevendo que o atual processo de desmantelamento dará passo necessariamente a uma geração de novas formas de organização.

Alguns autores apresentam formas de economia de solidariedade que chegam até um ponto de vista de dimensão espiritual, ou em outras palavras, as relações de solidariedade não se configuram como um fato dado, mas, a partir da idéia da benevolência humana e sim das categorias econômicas que são específicas e que constituem a racionalidade de um processo econômico, que não por casualidade, se chama convencionalmente de “Economia Popular de Solidariedade”.

Dentro deste panorama, Singer (2000), propõe que:

a Economia Solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)” (SINGER, 2000^a : 13).

Porém, a conceitualização de uma idéia, de um novo modo de ser e viver, ou o conceito de uma nova economia pode levar a uma busca abstrata do conhecimento do real, tomando um molde ou um modelo como forma e formato de acontecimentos, como um fato já pronto e acabado, tornando a diversidade uma uniformidade,

Essa autogestão na “outra economia” ou economia solidária é caracterizada pelo modo de agir coletivo, que vai além do contrato estabelecido entre os cooperadores. A autogestão não reparte só o poder, mas também os ganhos. Torna-se um meio de dar dignidade e esperança de vida aos sujeitos envolvidos no processo que buscam, além de renda para a sua subsistência, uma mudança na sociedade.

Repensar as bases pelas quais se pautam a economia de tipo capitalista tornou-se uma das principais vertentes do pensamento (econômico, filosófico, histórico etc.) durante os séculos XIX e XX. As propostas retiradas destes estudos buscam sanar algumas partes ou transformar o sistema como um todo.

A Economia Solidária (ES) busca também a mudança, pois ela “é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associação do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002^a: 10).

A transformação não é exclusividade de um ou de outro grupo, e os diversos setores que pensam sobre esta nova economia dão também nomes diferenciados, como Economia Social, Popular, Popular Solidária etc, que agrupam uma ou mais diferenças entre si, porém mantendo as linhas gerais desta economia (TIRIBA, 2001).

Esta nova economia pode ser compreendida “como o conjunto de recursos, práticas e relações econômicas próprias dos agentes econômicos populares” e que “são as organizações econômicas domésticas a unidade elementar da constituição” desta economia.

3. Considerações Finais

Dentro de uma nova prática se vê a construção de novas formas econômicas, pois novos valores e metas na Economia Popular levam esta a não aceitar a opção excludente entre sociedade e estado, e sim a propor trabalhar em sua interfase, prevendo que o atual processo de desmantelamento dará passo necessariamente a uma geração de novas formas estatais.

A Economia Solidária pode assumir diversos formatos e finalidades, estando alguns voltados para serviços, outros para produção e distribuição. Para Singer (2002b: 111), estas podem ser:

** “unidades sociais de produção de mercadorias, nas quais todos os membros tomam parte numa divisão técnica de trabalho que eles mesmos determinam”.*

** cooperativas ou associações formadas por produtores independentes, que trabalham em seus próprios locais, com seus próprios meios de produção e que compram e vendem em comum. São chamadas cooperativas de comercialização, embora possam prestar outros serviços aos membros [...];*

** cooperativas formadas por profissionais que prestam serviços a empresas que podem ser capitalistas ou solidárias [...];*

** cooperativas de ‘trabalho’ que fornecem mão-de-obra para outros empreendimentos, em geral capitalistas, sob contrato [...].”*

Como exemplificação da diversidade das formas e experiências pode-se ver hoje em dia, novos e variados tipos de organizações econômicas inseridas na Economia Solidária (ES): Fair Trade ou Comércio Solidário, Organizações de Marca, Agricultura Ecológica, Consumo Crítico, Consumo Solidário, Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS), Sistemas Comunitários de Intercâmbio (SEC), Rede Global de Trocas, Economia de Comunhão, Sistemas de Micro Crédito, Sistemas de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Bancos Éticos, Grupos de Compras Comunitárias, Movimentos de Boicote, Sistemas Locais de Moedas Alternativas, difusão de Softwares Livres e solidários, entre muitas outras práticas.

A maioria dessas organizações, que cobrem os diversos segmentos das cadeias produtivas (consumo, comércio, serviço, produção e crédito) começa a despertar para ações conjuntas.

E na esteira desse pensamento, o exemplo mais usado e estudado já é uma experiência largamente utilizada no mundo inteiro e tem mais de um século de vida, ou seja: O cooperativismo que mostra em seu percurso muito dos erros e acertos de uma busca incessante por novos caminhos. Se ele é o cerne da Economia Solidária, é uma questão a ser discutida, mas é inegável que pode e deve contribuir para que as novas experiências não refaçam uma estrada já trilhada.

A autogestão e as relações democráticas nos empreendimentos econômicos solidários são, no entanto, um exercício democrático que tende a superar a divisão entre tarefas manuais e intelectuais e entre a execução e a concepção, base das desigualdades e da exploração no seio dos processos produtivos e, como tal, devem ser incentivados.

O trabalho associado é uma forma de ter acesso ao exercício da democracia, e como tal uma prática cidadã, que abre possibilidade para garantir outros direitos, ou a luta pela suas conquistas, sem os quais não haverá desenvolvimento humano.

A Economia Solidária se afirma através de políticas locais, regionais e nacionais, em iniciativas dentro dos governos e das instituições de pesquisa e fomento (universidades, igrejas, ONGs e outras organizações), mas principalmente nas comunidades que se reúnem para viabilizar empreendimentos que possam garantir a sobrevivência dos membros destas comunidades.

E por derradeiro, cabe salientar que esse modelo de funcionamento, baseado no grande número de cooperativas em operação e em variadas áreas da produção, dos serviços e crédito mostram que o conhecimento e a descrição do cooperativismo, principalmente no Brasil, podem retratar uma das faces da Economia Solidária, sua face mais organizada e representativa. O conhecimento dessa nova realidade é muito importante para o avanço desse novo modelo na nova conjuntura econômica mundial.

Referências

- HUBERMAN, Léo., **A história da Riqueza do homem**. 3ª Ed. Nova York:Monthly Review Press, 1959 – Tradução Waltensir Dutra. 16ª Ed. Rio de Janeiro:Zahar Editores, 1980.
- IRION, João Eduardo Oliveira, **Cooperativismo e Economia Social**. Editora STS, 1997
- MEINEN, Ênio. DOMINGUES, Jefferson Nercoline. DOMINGUES, Jane Aparecida Stefanos. **Cooperativas Brasileiras no Direito Brasileiro**. Porto Alegre – RS. Ed. SagraLuzzato - 2002
- PINHO, Diva Benevides, **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioniera à vertente solidária**. São Paulo: Sairaiva, 2004.
- POLONIO, Wilson Alves – Manual das Sociedades Cooperativas – 4ª edição – São Paulo: Atlas, 2004.
- POLONIO, Wilson Alves – Manual das Sociedades Cooperativas – 2ª edição – São Paulo: Atlas, 1999.
- PURPER, Dornalli L, A contradição entre a dimensão externa e interna do cooperativismo – Revista Perspectiva Econômica – ano XII, vol. 8, nº 20, 1979.
- PUTNAM, D. R. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 2º Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- RICIARDI, Luiz. LEMOS, Roberto Jenkins de. **Cooperativa, a Empresa do Século XXI: Como países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo - SP, Ed LTr, 2000.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho. Pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí:Unijuí, 2001.
- WOLLEMBORG, Leone. **Teoria e Definições Cooperativistas**. Trad.: Denninson Batista. 1ª Ed. – Confebrás: Brasília, 2005.

Apontamentos sobre as Dimensões assumidas no Conceito de Solidariedade que orientam as Ações em Economia Solidária

Enio Waldir da Silva

RESUMO

Este texto destaca que as ações da economia solidária precisam estar orientadas por amplas compreensões do que seja a solidariedade. O grupo que atua na ITECSOL vem pautando discussões profundas das teorias sociais que nos torna capazes de construção de entendimentos da vida solidária, hoje, em um tempo de complexificação das relações sociais, imediatismos e ações econômicas voltadas para o mercado concorrencial.

Palavras-chave: Solidariedade, Extensão Universitária, Economia Solidária.

Introdução

As ciências humanas vêm fazendo um esforço para demonstrar que a solidariedade é uma das características comuns dos sentimentos humanos, é um dos elementos universais presentes na lógica da humanidade dos indivíduos e não a competitividade, como vinham defendendo as concepções liberais da modernidade. Quando essa força humana de solidariedade é percebida e desenvolvida vemos brotar a grandeza da igualdade humana.

No entanto, efetivar esse diálogo é um grande desafio, dadas as complexidades inerentes às instituições, aos setores sociais e às funções dos campos onde os agentes sociais estão inseridos

Um dos elementos fundamentais desse diálogo é a participação direta, aberta e franca. A compreensão do tipo “participação” é também necessária para a efetivação dos interesses. Participar é um grande desafio diante da gramática do social, da gramática das ciências e da complexidade da urgência e da emergência do tempo em que vivemos. Como uma das qualidades da democracia, a participação não implica apenas a presença física dos sujeitos nas instâncias planejadoras, decisórias e de execução das ações. É preciso que se participe de forma qualificada pelo uso do argumento e de informações, de fala e de escuta, ou seja, precisa-se criar uma prática de diálogo que assegure a essência das relações criativas dos saberes diferenciados. Precisa-se de disposição para falar e ouvir, entendendo e fazendo esforço para que o outro a entenda, sinceridade dos interesses, respeito pela fala do outro, ambiente apropriado para a fala, construção coletiva dos entendimentos e a formulação da argumentação que vai orientar as ações coletivamente planejadas. Deve possuir essas capacidades comunicativas e a consciência dos contextos políticos, sociais e culturais, pois só assim é possível se efetivar o processo participativo de fato. Se tivermos espaços de falas os entendimentos mútuos poderão acontecer e se ampliar, fundamentando a prática *dialogal* e potencializando os setores sociais para uma vida emancipada.

Foi a emergência do mercado capitalista que destruiu grande parte dos laços de solidariedade, pois transformou as cidades em lugares de concentração de propriedades imobiliárias, de trocas e de acumulação

de lucros. Foi no capitalismo que mais se atacou a cultura de solidariedade e confinou o homem nos cálculos de benefícios particulares e concorrenciais. A pintura, a beleza das casas, a poesia, a prosa de amigos, a organização das ruas, dos teatros, etc. poderiam ter tido outro rumo, criado outra imagem das vivências humanas aproximadas. Em vez disso, o mercado e suas leis mergulharam as cidades na tristeza e na fúnebre aquisição de bens, matando a solidariedade da alegria. No entanto, *somos aquilo que fomos* e apesar da avalanche da lógica capitalista, a solidariedade existe, embora para alguns, que só conhecem a cultura do competir, vida solidária somente exista em lendas.

Há lugares em que grupos produzem riquezas para poderem melhor aproveitar suas vidas, torná-las prazerosas, tornar as trocas uma forma de relação social. Alguns descobriram que a vida podia ser de outro modo e criaram alternativas que davam sentido ao *direito social natural*: o direito de viver segundo a natureza social dos sujeitos, pois sofremos quando o outro sofre e lutamos para diminuir o sofrimento dele, nos dedicamos ao Outro como nos dedicamos a um Nós. Ficamos felizes quando o outro está feliz, como dizia Georges Gurvitch (1980): *o que se pode dizer do direito acontece de qualquer maneira, independente de se ter registrado no Estado ou mesmo que concordássemos que Deus não existia e que os assuntos humanos não eram objetos de seus cuidados.*

Aristóteles também dizia que o homem é um animal político por natureza e imaginava que a cidade iria somente aumentar esse potencial e realizar a justiça, por que esta é fruto da razão humana. Muitos buscam no outro os elementos de igualdade, como a amizade, a compreensão, a solidariedade e, quando encontram as diferenças, respeitam-nas e buscam formas de saber tratá-la, conviver com elas.

As diferenças não podem ser fundidas numa unidade abstrata, mas numa cooperação de diversidades e numa multiplicidade de relações originais, que não foram totalmente perdidas, pois a lógica humana ainda persiste. Esta lógica clama por unidade, integração, respeito, dignidade e felicidade como parte da livre sociabilidade e do direito de cada um ao reconhecimento (*jus naturale sive sociale*) e a sociabilidade que une esses grupos num todo sem que jamais esse “todo” se imponha às partes, mas antes viva dessas multiplicidades (Duvignaud, 1986.p. 84).

Essas diferencialidades e igualdades são percebidas pelo grupo da universidade que vai aos setores excluídos. Ali se percebe uma sabedoria subjacente, não colonizada e nem colonizadora. E, se os laços vivos da liberdade persistem contra a lógica perversa do aprisionamento do lucro imediato, não há por que, como diz Habermas, nos desesperarmos com o poder, a razão e o Estado. Estamos vivos, pensantes e capazes de linguagem, na universidade, na rua, na associação, na comunidade, então tudo pode ser criado. Como diz Boaventura de Sousa Santos, existem muitas experiências de vidas emancipadas espalhadas por aí, necessitando de serem unidas em uma nova alternativa de vida, em uma nova epistemologia e na utopia da igualdade, que continua viva.

Essas práticas solidárias existentes não foram ainda acompanhadas de conhecimento científico. É preciso reconhecer os laços que integram os sujeitos, pois a vida microscópica dos grupos nem sempre segue as divisões eleitorais ou econômicas. A convivência (e a solidariedade), despida de seu caráter mítico, corresponde a essas associações de indivíduos que suscitam laços, indubitavelmente, passageiros e frágeis, em torno das refeições tomadas em comum, da música, da dança, ou, simplesmente, de uma ligação amigável, laços de vizinhança, de bairros. Os homens não agem somente porque estão presos a uma situação tornada insuportável, mas também porque estão ligados a certas visões do possível. As situações que ainda não foram vividas mobilizam mais forças do que os constrangimentos, pois a natureza social do homem leva-o a imaginar sempre um ideal, a ter sempre uma expectativa do outro e a aspirar laços para além daquilo que recebeu quando nasceu (Duvignaud, 1986).

Ao recuperarmos aqui o termo solidariedade, não queremos confortar a consciência de uns ou justificar esmolas da má vontade de outros. Qualquer expressão racional que esteja permeada pela dignidade humana sabe que o pluralismo da vida coletiva não pode mais sofrer ações para se apagar. Os laços de sangue, de lugar, de convivência precisam ser renovados e fortalecidos. Os potenciais de solidariedade existem em todos os homens, embora adormecidos em muitos ou sem espaços para se expressar em outros. Esses potenciais, porém, nem sempre aparecem ou emergem espontânea ou voluntariamente, necessitando de um contexto preparado especialmente para isso. Um dos papéis do processo

educativo é fazer brotar essa força solidária e organizar espaço e tempo para que ela se desenvolva nas vivências coletivas.

Não é só a educação escolar, porém, que se organiza com essa finalidade. Nos últimos tempos, se criaram muitas instituições e organizações que pressupõem a construção de consciências solidárias, cooperativas e associativas capazes de resolver os principais problemas de sustentabilidade social, econômica, política e ambiental das coletividades e indivíduos em vulnerabilidade social. É o caso das **Incubadoras de Economia Solidária**, que são resultados dessa cultura de solidariedade, que tenta emergir e ganhar vida social. Elas atuam no sentido de promover cidadania, trabalho e inclusão social, baseada nos princípios e valores da Economia Solidária, a saber: cooperação, autogestão, solidariedade, valorização do trabalhador e desenvolvimento sustentável.

I. A ITECSOL – Incubadora Tecnológica de Economia Solidária

As concepções de solidariedade fazem parte do contexto de trabalho da equipe envolvido na ITECSOL - Incubadora de Tecnológica de Economia Solidária. Trata-se um projeto de extensão da Unijuí, iniciado em abril de 2004, interdisciplinar e interdepartamental (Departamentos de Ciências Sociais, Pedagogia, Administração, Economia e Contabilidade), que objetiva contribuir para o fortalecimento das ações que promovem a Economia Solidária. Trata-se de fazer com que as relações coletivas de geração de trabalho e renda sejam cada vez mais fortalecidas e os sujeitos ali inseridos sejam cada vez mais qualificados para participar, organizar processos autogestionários e garantir a sustentabilidade social, econômica, política, cultural e ecológica. Esse empoderamento social de indivíduos e processos possibilita o desenvolvimento local pelo viés da economia solidária e seus empreendimentos assessorados (Barcelos, 2010).

A ITECSOL promove ações de organização de coletivos de trabalhadores em empreendimentos de ES, contando com a parceria dos setores público e privado. Destaca-se, enquanto assessoramento os seguintes segmentos: o coletivo de catadores de materiais recicláveis com formação de forte associação, a ACATA; o artesanato, destacando

valores da diversidade cultural na história local; os agricultores familiares, enraizando a perspectiva da agroecologia, o consumo solidário e a sua sustentabilidade; a administração municipal de Ijuí em seu PPA, garantindo a implementação de políticas públicas e ações voltadas à economia; o Programas Reviva, que procura organizar novos grupos associativos de catadores e manter articulados os que existem; a participação em Editais que permitam parceria com outras instituições em ações voltadas à ES; a elaboração de projetos sociais; a organização de feiras, incentivando aspectos inovadores dos feirantes na organização, expressão e representação na comunidade (FECONSOL); etc.

A ITECSOL, como um projeto institucional, entende seu papel enquanto ação da Universidade em parcerias com instituições de razão pública. Como tal realiza atividades junto com a MTE/SENAES para mapear EES – Empreendimentos de Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Sul; garante apoio no fortalecimento dos Fóruns locais, e regionais, estaduais e nacionais de economia solidária. O processo formativo, em si, é a base de ação da ITECSOL, pois se acredita que é isso que garante a qualificação de empreendedores, gestores, apoiadores e o melhoramento das ações da própria equipe. Neste sentido, também apoia a organização e a realização de ciclos de estudo, oficinas e cursos com temáticas específicas demandadas pelos diversos coletivos, publicação de artigos, releases, programas de rádios, palestras, relatos de casos, relatórios de participação em eventos, etc. É sempre motivo de vigilância em suas dimensões o seu caráter de ação universitária, garantindo e ampliando cada vez mais espaços para a integração de estudantes e pesquisadores da Unijui e de outras instituições.

A ITECSOL é fruto da perspectiva de se ter uma economia social voltados para os historicamente excluídos, por isso, como *incubadora*, se esforça para integrar trabalhadores para que estes gerem, associadamente, empreendimentos autogestionários, cooperativos e sustentáveis. Esses processos fazem parte dos princípios e das experiências consolidadas da Economia Solidária, significando um processo emancipatório em que reúnem tecnologias sociais capazes de gerar trabalho e renda. Constituída em rede local, regional, estadual, nacional e internacional a economia solidária cria novas consciências fortalecidas por práticas eficazes opostas à lógica capitalista: grupos de produção

e consumo solidário, financiamento solidário, clubes de trocas, moedas verdes, sistemas locais de emprego, processos autogestionários de empreendimentos de trabalhadores, organização de marcas da sustentabilidade, produção familiar: agricultura, artesanato, feiras especiais, etc, que se ligam a redes geradoras de ordenamentos coletivos democráticos (Mance, 2002).

Mantemos a hipótese de que existem nos trabalhadores com materiais recicláveis, nos pequenos agricultores, nos artesãos, potencialidades e experiências que podem se adequar à economia solidária, ao associativismo e ao cooperativismo. Por outro lado, já existem experiências de associações, cooperativas que podem aqui ser replicadas como parte de um processo emancipatório que se expressa como uma tecnologia social, ou seja, um conjunto de procedimentos racionais preparados para a geração de trabalho e renda para populações marginalizadas. São práticas que estão dissipadas, dilaceradas, que precisam ser transformadas em práticas participativas gestonárias e estratégicas em que o protagonismo esteja com os trabalhadores, verdadeiros sujeitos da autogestão, francos, cooperativos e solidários. Essa democracia participativa e as relações sociais solidárias reforçam a cidadania dos seus atores, tornando-as fundamentais para o desenvolvimento social almejado.

Nos municípios da região de Ijuí, 80% da população reside em área urbana e gera milhares de toneladas de resíduos sólidos. Em Ijuí, por exemplo, são geradas mais ou menos 900 toneladas por mês, sendo a coleta desse material terceirizada pelo Poder Público Municipal. Desde 2007 é realizada a coleta seletiva, que recolhe material reciclável, representando cerca de 3% do volume total, destinado a associações de catadores existentes no município.

O volume de material reciclável coletado é bem inferior ao total produzido no município, pois deve-se considerar que existem cerca de 300 catadores que fazem a coleta destes materiais, com carroças de tração humana, diretamente nas ruas. Uma parte desses catadores atua no aterro municipal, recolhendo um volume significativo. De forma geral, estima-se que 40% do total movimentado pela empresa terceirizada (360 toneladas) seja de materiais passíveis de serem reciclados.

Apesar de um grande número de trabalhadores da reciclagem (catadores) sobreviverem da atividade, apenas um pequeno grupo está organizado em associações, sendo que 90% desses trabalhadores atua na informalidade, coletando diretamente nas ruas e comercializando com atravessadores por preços muitas vezes aquém dos praticados no mercado, pois existe uma rede de clientelismo entre esses catadores e os atravessadores.

As lideranças municipais também estão envolvidas em gerar políticas públicas voltadas para esse segmento social, empreendendo esforços para organizar os trabalhadores e torná-los parceiros das políticas públicas. O aporte da coleta seletiva, mesmo que ainda incipiente, contribuiu para ampliar a experiência de trabalho com esse setor. Para ampliar as ações, é preciso constituir ganhos de escala na atividade, com cooperação entre os coletivos, agregação de valores aos produtos e diminuição da penosidade do trabalho, que resultem em maior renda para os catadores. Para isso, o conhecimento e o empoderamento social são estratégia prioritária e envolvem gestores públicos, organizações do terceiro setor, técnicos e atores sociais envolvidos com questões socioambientais.

A ITECSOL atua como uma espécie de laboratório contextualizador e catalisador dos esforços de muitos atores sociais que desempenham funções como agentes em Organizações Não-Governamentais(ONGs), em instituições privadas e instituições públicas para encontrar disposições de construir entendimentos sobre a solidariedade e sobre como melhor compartilhar e melhor cooperar na solução de problemas comuns. Existem experiências em processos de empreendimento coordenadas por grupos que já sabem que esse propósito só é possível com a criação de saberes integrados, solidários e sustentáveis que, por seu processo de efetivação, motivem para uma vida coletiva correspondente a esses saberes. Sabemos das dificuldades em se criar ideais diante das conflituosas relações práticas, dos interesses universais e diante dos interesses individuais, das incongruências entre os planejamentos e execução, entre àqueles que possuem paciência histórica e àqueles mais pragmáticos.

Em termos processuais, as grandes dificuldades encontradas pelos sujeitos que trabalham no campo da economia solidária, embora iden-

tificados com formas alternativas de viver e trabalhar, partem da percepção de que o processo de apropriação da cultura autoorganizativa e colaborativa para resultados solidários está dentre as possibilidades dos sujeitos em vulnerabilidades sociais. Apesar das dificuldades, experiências de trabalho com eles provam que conseguem imaginar outras lógicas produtivas e distributivas diferentes da lógica capitalista. Independente da gramática usada, estes trabalhadores podem gerar conhecimentos capazes de orientar ações para uma melhor qualidade de vida e que as poucas experiências já consolidadas podem ser replicadas pelos envolvidos na rede de economia solidária e nas políticas públicas.

Compreende-se, dessa foram, que, no trabalho a ser desenvolvido, devem estar inseridas ideias fortes que conectem os elementos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais presentes de forma imediata na vida das pessoas, que assim podem ser sintetizados:

- a) **dimensão econômica**¹: Há necessidades substanciais e imediatas e necessidades que estão no interior de uma projeção de vida alternativa embasada nas experiências da Economia Solidária. Trata-se de uma prática cidadã que traz impactos nas experiências de produção e distribuição de renda, tais como: número de postos de trabalhos criados, o valor dos rendimentos proporcionados, o grau de utilização de insumos, a dinâmica do consumo local e as ações nas diferentes lógicas das relações mercantis, não mercantis e não monetárias. Ou seja, estimula novos círculos de relações econômicas de autoconsumo, intercâmbios de produtos e serviços não monetarizados, mecanismos de subsidiariedade para produção e consumo nas relações com os poderes públicos (transferências governamentais, isenções tributárias ou outras formas de subsídio), utilização coletiva de recursos (equipamentos, propriedades etc.) e diferentes formas de finanças solidárias, entre outras. A gestão cooperada é um aprendizado imprescindível (Frantz, 2008).

¹ Utilizamos aqui as expressões de: Genauto Carvalho de França Filho e Gildásio Santana Júnior. Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma Contribuição para Redefinição da Noção de Sustentabilidade a partir da Análise de três casos na Bahia. Disponível em [HTTP://dowbor.org.ar](http://dowbor.org.ar), Acessado em 12/2010

- b) **dimensão social:** Trata-se de construir novas concepções de coesão social, no sentido de fortalecimento de redes de confiança, de respeitabilidade das diferenças e das igualdades, de convivência nos cotidianos das famílias, dos grupos, das associações, etc. Ou seja, saber viver juntos iguais e diferentes (Touraine, 1988).
- c) **dimensão cultural:** Esta dimensão está ligada à afirmação da identidade dos indivíduos e à organização de seus aprendizados. É o desafio de conhecer sua historicidade, localidade, perspectivas, experiencialidades, valores, costumes, expressões artísticas, tecnologias, etc. Trata-se de socializar a cognicidade existente e emergente, criando espaço para diálogos de entendimentos orientadores de decisões para ações coletivas (Habermas, 1995; Frantz, 2008).
- d) **dimensão política:** Aqui trata-se de fortalecer a autonomia dos grupos locais no processo de gestão da experiência: fortalecer a participação das pessoas; buscar ações de políticas públicas; formar redes de ancoragem com parceiros francos; gerenciar as diferenças em hierarquias apenas funcionais e não privilegiadas (Sousa Santos, 2002, e Sen, 2000)
- e) **dimensão ambiental:** Esta dimensão avalia a forma de manejo dos recursos ambientais através das atividades desenvolvidas: a produção e uso da tecnologia, qualificação da relação entre meioambiente e processo produtivo; utilizar recursos sem efeito poluidor; energias renováveis e, finalmente, importa avaliar o nível de geração de resíduos pelas atividades, bem como seu modo de tratamento. Não esquecer, portanto, que isso faz parte de um sistema maior, que insere o homem com sua lógica humana na natureza com sua lógica (Morin, 2005).

No entanto, falta maior teorização dessas praticas para que elas possam ter um reflexo mais amplo em seus fins: a produção e socialização de conhecimentos, de tal forma que transforme essas energias emancipatórias dos grupos incubados, que começa, sob a forma de movimentos por sobrevivência, a se converter em iniciativas econômicas solidárias. No contexto da economia regional, há

possibilidade, pelo tipo de produto com que lidam e seu impacto ambiental e na organização urbana, desses empreendimentos incubados transformar-se em uma verdadeira economia cooperativa, com uma rede de apoio que permite a manutenção e expansão como parte dela: bancos, governos locais, projetos de pesquisas tecnológicas, programas de estímulo ao emprego...

A universidade, cujas características também são de cooperação solidária, poderá ser uma grande parceira na organização e expressão das tecnologias sociais emergentes, projetos de pesquisas focados, estudos emergentes, monitoração de desempenho da autogestão, implementação de tecnologias, formação de trabalhadores, atualização de conhecimentos, informação sobre sistemas de produção, finanças, comercialização, cadeia coordenada de fornecedores e compradores mútuos, divulgação de produtos, manutenção das decisões participativas do grupo nos parâmetros da administração e redistribuição dos lucros das associações, busca de cooperação entre o Estado, instituições e rede de consumidores...

Apontaremos agora como as teorias sociais podem ancorar os atores da universidade para atuar junto aos setores sociais, pois são essas reflexões que amparam conceitualmente o projeto da ITECSOL.

2 A solidariedade dentro das teorias sociais: potenciais que orientam práticas de economia solidária.

As teorias são expressões pensadas das realidades que as representam, as animam e as orientam. Teorizar é uma exigência ética dos atores da universidade. Como existem diferentes expressões das realidades, teorizar significa pô-las em diálogo para ampliar o rigor das ações.

No nosso caso, vamos mostrar aqui algumas fontes reflexivas para manter uma postura cultural de extensionistas da universidade e para criarmos entendimentos da solidariedade que possa mobilizar grupos ou amparar projetos destinados a sujeitos sociais com muitas diferenças nos modos de vivência, angústia presente em muitos atores que atuam na economia solidária. São pequenas inserções na

lógica da teoria dos autores com intuito de buscar diálogo com colegas envolvidos nesta causa.

Habermas contribui aqui com sua discussão do processo de formação de uma nova razão emancipatória, que somente aconteceria pelos entendimentos construídos nos diálogos francos. A solidariedade, então, estaria presente e expressa nos diálogos para entendimentos formadores de razão pública. Segundo esse autor, na razão pública moderna tudo aquilo que podia ser referido como expressão da inteligência humana passa a expressar modelagens técnicas para fazer dar certo o produtivismo, os fins da economia e da administração técnica do poder (Estado), empresariando mercadologicamente todas as ações coletivas. A ciência, a técnica, a educação, o Estado, o Direito e a cultura passaram a ser a linguagem do poder dominante.

Habermas argumenta que, nos séculos XIX e XX houve a divisão entre as esferas privada e pública: as instituições privadas assumiram cada vez mais o poder público, ao passo que o Estado penetrou no domínio privado, fazendo valer os princípios do mercado. À medida que a esfera pública incorporava uma base de participantes mais ampla, mais se acentuavam as desigualdades presentes na sociedade civil, de modo que o processo do debate público crítico em torno de um interesse geral objetivo foi se convertendo numa negociação de interesses conflitantes.

Ademais, com a ascensão de redes de comunicação de massa cada vez mais densas e centralizadas, os canais de comunicação tornaram-se mais regulados, e as oportunidades de acesso à comunicação pública ficaram sujeitas a uma pressão seletiva ainda maior. A consolidação do poder da mídia e sua confluência com interesses econômicos e políticos impulsionaram uma esfera pública na qual a informação foi dando lugar ao entretenimento e os processos comunicativos críticos deram lugar às representações voltadas ao comportamento conformista. A esfera pública se desenvolveu no âmbito de uma “arena infiltrada pelo poder na qual, mediante seleção tópica e contribuições tópicas, se trava uma batalha não apenas para influenciar, mas também para controlar os fluxos de comunicação que afetam o comportamento, na mesma medida em que tais propósitos estratégicos são dissimulados” (Habermas, 2000).

As forças do capitalismo tardio minaram ainda mais o potencial emancipatório da esfera pública, embora seu potencial emancipatório baseado na sociedade civil ainda permaneça em alguns enclaves, desperdiçada ou desprezada. É este, também, o novo desafio das ciências sociais: pesquisar, trazer esse potencial para se estabelecer precondições para uma mediação discursiva ideal, já que se encontra espalhada no *mundo da vida*, nas associações civis, grupos de interesses e instituições voltadas à formação de consensos propiciadores de ações coordenadas pela política.

Por isso a esfera pública está para além do Estado e nas entranhas da sociedade onde estão os indivíduos com linguagem, capazes de crítica e produção de entendimentos para ações interconectadas. É neste sentido que se vê a necessidade de formalizar ou de criar espaços institucionalizados para discussões deliberativas, com regras procedimentais que garantam a razão pública dos interesses e possam facultar atos discursivos ideais e que possam livrar os discursos de instrumentalismos implícitos em diferentes capitais culturais portados pelos indivíduos.

O único poder que deve prevalecer nesse espaço é o da fala argumentada. Tem-se a igualdade de forças das vozes motivadas para o entendimento. As dimensões ideológicas, multiculturais e emocionais das linguagens tornam-se públicas e podem ser objeto de diálogo para que no final prevaleça a dimensão racional das razões públicas e suas motivações locais, nacionais ou globais. De qualquer forma, a nova esfera pública seria expressão de espaços semelhantes a condutos comunicativos estimuladores do imaginário social e propiciam a construção de sociedades mais comunicativas reunidas em torno de expectativas coletivas.

Trata-se, então, de uma nova ideia de república (razão pública) que tem por base a autodeterminação da comunidade, que encaminha seus procedimentos para serem institucionalizados, compatibilizando administrações complexas, racionalidades e participação. A instância geradora de poder legítimo é a esfera pública, a dimensão da sociedade onde se dá o intercâmbio discursivo. Esse poder comunicativamente gerado tem primazia sobre o poder administrativamente gerado pelo Estado, não só normativamente, mas porque o segundo deriva do primeiro (Habermas, 1995, p.45).

No caso de Habermas, a universidade não pode deixar de ser uma protagonista do diálogo que vai em direção ao seu entorno e provoca a motivação dos atores para expressar entendimentos da pragmática vivenciada. Seus atores precisam também estar movidos por essa vontade de entendimento e de ação coletiva para realização de interesses universais: no nosso caso, o tema do diálogo proposto pela universidade seria a *vida em solidariedade*.

Boaventura de Sousa Santos (2002) nos mostra que as alternativas de produção não-capitalistas não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos. O êxito das alternativas de produção depende de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo, onde as ansiedades individuais convergem para as universais traçando mapas para emergir soluções alternativas (já que a diminuição das ansiedades individuais só é possível com a diminuição da ansiedade de todos). A Economia Solidária teria potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos. Depende também de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo.

A dimensão de solidariedade se coloca aqui com mais ênfase nas interconexões (redes) dos indivíduos postados em suas atividades de produção e distribuição, pois estas já são fruto de formas alternativas de conhecimentos. Colocá-las em rede solidarizariam os êxitos e o fracasso, produzindo novos saberes e novas alternativas solidárias que sejam fortes e críveis o suficientes para se contrapor à força da lógica capitalista (Sousa Santos 2002, p. 64-74).

Percebe-se, então, que o conceito central aqui é a solidariedade. Podemos ver isso também em Amartya Sen (2000), que nos diz que a solidariedade é uma situação concreta que alimenta uma dimensão ontológica do ser humano:

Como tudo está interconectado, também na vida social a reciprocidade é irremovível e faz parte da condição humana. [...] É também atitude, compromisso político e

ético com o destino em comum que une a vida planetária. A mundialização é um processo de crescente interdependência, onde o planeta torna-se um sistema fechado, formado por bens comuns e indivisíveis, fundamenta o projeto de uma globalização solidária. Solidariedade é a nova razão que emerge da compreensão que nossas esperanças somente serão satisfeitas na conexão com as esperanças dos outros...

Neste sentido, recuperar a idéia de solidariedade é enraizar a cultura da responsabilidade. Amartya Sen (2000), assim se pronuncia sobre esse tema:

Essa questão da responsabilidade suscita outra. Uma pessoa não deveria ser inteiramente responsável por aquilo que lhe acontece? Por que outros deveriam ser responsáveis por influenciar a vida dessa pessoa? Essa idéia parece estar na mente de muitos comentaristas políticos, e a concepção do esforço pessoal encaixa-se bem no espírito da época presente. Há quem afirme que depender de terceiros não só é eticamente problemático, como também derrotista do ponto de vista prático, pois enfraquece a iniciativa e os esforços individuais, e até mesmo o respeito próprio. Quem melhor do que o próprio indivíduo há de zelar por seus interesses e problemas? (321/320).

Assim, trabalhar para criar a cultura de solidariedade prescinde de um entendimento de que estamos fortalecendo as dimensões de responsabilidade e não de dependência.

Uma divisão de responsabilidades que ponha o fardo de cuidar do interesse de uma pessoa sobre os ombros de outra pode acarretar a perda de vários aspectos importantes como motivação, envolvimento e autoconhecimento que a própria pessoa pode estar em posição única de possuir. Qualquer afirmação de responsabilidade social que substitua a responsabilidade individual só pode ser, em graus variados, contraproducente. Não existe substituto para a responsabilidade individual (Amartya Sen, 2000).

Trata-se, no fundo, de promover uma discussão que mostre que o sofrimento dos outros tem tudo a ver comigo e que o fundamento da dignidade da humanidade da vida está em qualquer pessoa. Não se trata de fazer imaginar um super-homem capaz de resolver todos os problemas que lhe afeta, mas de entender que sem esse esforço seus problemas não serão resolvidos. Contudo, as liberdades substantivas de que desfrutamos para exercer nossas responsabilidades são extremamente dependentes circunstâncias políticas, culturais, sociais, econômicas e ambientais:

Uma criança a quem é negada a oportunidade do aprendizado escolar básico não só é destituída na juventude, mas desfavorecida por toda a vida (como alguém incapaz de certos atos básicos que dependem de leitura, escrita e aritmética). O adulto que não dispõe de recursos para receber tratamento médico para uma doença que o aflige não só é vítima de morbidez evitável e da morte possivelmente escapável, como também pode ter negada a liberdade para realizar várias coisas – para si mesmo e para outros – que ele pode desejar como ser humano responsável. O trabalhador adscritício nascido na semi-escravidão, a menina submissa tolhida por uma sociedade repressora, o desamparado trabalhador sem terra, desprovido de meios substantivos para auferir uma renda, todos esses indivíduos são privados não só de bem-estar, mas do potencial para levar uma vida responsável, pois esta depende do gozo de certas liberdades básicas. Responsabilidade requer liberdade (Sen, 2000, p. 322).

Nesse caso, analiticamente, podemos perceber que o autor insiste em mostrar a dificuldade de você imaginar ações solidárias em indivíduos municiados de sofrimentos individuais. Precisaríamos, antes, ter sua liberdade substantiva garantida: alimento, renda, educação, saúde, para que sejam aproveitadas as oportunidades econômicas, a liberdade de escolhas, as facilidades sociais, as transparências e a segurança. *O caminho entre liberdade e responsabilidade é de mão dupla.* Sem a liberdade substantiva e a capacidade para realizar alguma coisa, a pessoa não

pode ser responsável por fazê-la. Mas ter efetivamente a liberdade e a capacidade para fazer alguma coisa impõem à pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não, e isso envolve responsabilidade individual. Nesse sentido, a liberdade é necessária e suficiente para a responsabilidade.

Vê-se então que é fundamental para o trabalho dos atores da universidade com os atores sociais em vulnerabilidade a busca do Estado, para que este proporcione o mínimo de liberdade (as substantivas) sustentando na base o agir responsável das pessoas, ampliando a capacidade individual de auferir rendas que possam ser partilhadas coletivamente. Além do Estado, outros sujeitos podem garantir este apoio:

A alternativa ao apoio exclusivo na responsabilidade individual não é, como às vezes se supõe, o chamado “Estado babá”. Há uma diferença entre “pajear” as escolhas de um indivíduo e criar mais oportunidades de escolha e decisões substantivas para as pessoas, que então poderão agir de modo responsável sustentando-se na base. O compromisso social com a liberdade individual obviamente não precisa atuar apenas por meio do Estado; deve envolver também outras instituições: organizações políticas e sociais, disposições de bases comunitárias, instituições não governamentais de vários tipos, a mídia e outros meios de comunicação e entendimento público, bem como as instituições que permitem o funcionamento de mercados e relações contratuais. A visão arbitrariamente restrita de responsabilidade individual – com o indivíduo posto em uma ilha imaginária, sem ser ajudado nem estorvado por outros – tem de ser ampliada, reconhecendo-se não meramente o papel do Estado, mas também as funções de outras instituições agentes (Sen, 2000, p. 321/323).

Neste sentido, a ITECSOL, busca diversas parcerias (inclusive nas instituições de governo: CNPQ, PRONINC, MTE, SENAIS) para ampliar a capacidade organizativa dos setores incubados.

Não se trata de uma mera atuação para enfrentar os medos de uma classe média assombrada com as possibilidades de perder seu bem-estar. Segundo Zygmunt Bauman (2008):

Os medos que assombam a maioria de nós diariamente surgem da segurança demasiado pequena do bem-estar; eles, os pobres, pelo contrário, estão seguros na sua miséria. A instabilidade é a última coisa de que se queixariam as pessoas marcadas pela vida de pobreza. A razão ética deve ser canalizada para o Estado de bem-estar social, pois a ética sozinha é vulnerável... “O Estado é o guardião do meu irmão”... Nos cuidados dos nossos riscos, nossa miséria é outra... A qualidade humana da sociedade deve ser mantida pela qualidade de vida de seus membros mais fracos... Na modernidade líquida somente os pobres sentem que sua vida muda, sai da desgraça... têm paz de espírito e sentem melhor as opções possíveis... Meus esforços para tornar o Estado democrático me tornam éticamente guardião de meu irmão, mas só afirmar que ele é um dependente é motivo para pessoas decentes se envergonhar... responsabilidade pela necessidade do outro (p. 103).

Já para Touraine(1988), o sujeito hoje debate-se para se proteger e isso significa proteger os seus, aqueles pelos quais guarde profunda afinidade. Sabe que precisa ser forte e por isso não pode se fechar e nem se abrir demais:

É preciso superar, de um lado, o mercado e, de outro, a comunidade, pois ambos são armadilhas para a plena realização do sujeito... A reivindicação dos direitos culturais diz respeito a coletividades, mas novidade é que grupos definidos em termos de nação, etnia ou religião, que só tinham existência na esfera privada, adquirem agora uma existência pública às vezes suficientemente forte para questionar sua pertença a determinada sociedade nacional... É o direito a ser diferente, que significa: aquilo que cada um de nós exige, e sobretudo os mais dominados e os mais desprotegidos, é ser respeitado, não ser humilhado e até, exigência mais ousada, ser escutado – e mesmo ouvido e entendido.

Esse sentimento de sujeito não é privilégio das classes médias. Aquilo que assegurava a identidade como ordem religiosa, política ou

social provou ser algo manipulador e repressivo. Só lhe resta “o *Eu* que está mais reflexivo e capaz de dizer estou vivo” e procura condições para ser ator da própria história.

No caso dos sujeitos excluídos parceiros da universidade, são perceptíveis como eles selecionam aqueles que dizem desse sofrimento e demonstram estar tratando da divisão e da perda de identidade e o convidam não a entrar para uma grande causa, mas antes de tudo reivindicar o seu direito à existência individual. Os atores da universidade devem ter a percepção desse sofrimento do indivíduo e criar canais para que o desejo de ser sujeito possa se transformar em capacidade de ser ator social, combinando a defesa da identidade cultural com a participação no sistema econômico e político, tornando-os capazes de uma ação coletiva e até de um movimento social.

Essa postura supõe a abertura da comunidade e a reconstrução, além do mercado, de um sistema alternativo de produção e comercialização. Somente por meio de ações coletivas é possível a reconstrução do sujeito. Nesse sentido, sujeito é vontade, resistência e luta, e não mais experiência imediata de si mesmo e nem há movimento social possível fora da vontade de libertação do sujeito tornado ator social, que deve ser descoberto a partir da experiência e das vivências do sujeito.

A identidade do sujeito só pode ser construída por três forças que se complementam: a) o desejo pessoal de salvaguardar a unidade da personalidade dividida entre o mundo instrumentalizado e o mundo comunitário; b) a luta coletiva e pessoal contra os poderes que transformam a cultura em comunidade e o trabalho em mercadoria; e c) o reconhecimento interpessoal e também institucional do outro como sujeito (Touraine, 1998).

Nesse entendimento não há solidariedade se o sujeito não se reconhecer como tal e não reconhecer o outro como também sujeito. Jamais se procura o outro se não se valoriza a si mesmo, se não há reconhecimento. É aí que entre a educação preparadora da força que compreende que os sujeitos precisam se encontrar e atuar cooperadamente.

O Professor Walter Frantz (2008) mostra que a solidariedade pode ser fruto de uma educação e de uma cultura despida de imediatismos e munida de sentidos cooperativos.

A educação decorrente do processo de democracia participativa e direta, característica da autogestão, é mais durável, eficiente e eficaz para a construção de novas formas políticas, que deveriam inspirar também os aparelhamentos institucionais do Estado. Ou seja, a educação resultante da democracia participativa e das relações sociais solidárias reforça a cidadania dos seus atores, tornando-a importante potencial para o desenvolvimento.

O desenvolvimento parte de uma opção por uma vida solidária em que se constata que a sociedade contemporânea está em crise: a lógica do lucro da economia capitalista de mercado (embasada na competição e no individualismo/egoísmo) e a economia capitalista de Estado (o assim chamado socialismo real existente, embasado no planejamento central) não conseguiram contemplar as necessidades materiais e sociais dos homens. Destes dois sistemas é possível buscar o que se tem de melhor e integrar à economia solidária.

Vivemos o caos pela exclusão social e pela concentração de renda, dentro do que cada um busca se organizar, produzir uma ordem provisória. A economia solidária aparece, no contexto da crise, como uma nova esperança de organização de uma nova ordem, embasada na inclusão social e na equidade das oportunidades de trabalho e renda. Não pode ser uma nova oportunidade à certeza dos pensamentos, das verdades absolutas, das ideologias, das ditaduras das ideias, dos conceitos e das práticas políticas. Deve ser o espaço da liberdade à criatividade para “pôr ordem no caos social” que desafia a todos, nesses tempos de fracasso das certezas e das verdades (Frantz, 2008).

Para Frantz, dentro do desenvolvimento e no em torno dele está o processo educacional que constrói as consciências dos valores e das capacidades cooperativas para o desenvolvimento progressivo e permanente das pessoas e das coletividades humanas enquanto sujeitos ativos e conscientes de seu próprio desenvolvimento pessoal e social e de sua própria educação, acolhendo e potenciando toda a diversidade humana. É como uma dinâmica horizontal, continuada e permanente que se dá com base na própria vida e a partir do intercâmbio de experiências, não meramente nas formas institucionalizadas.

É nesse sentido que movimento da economia solidária assume uma perspectiva educacional que procura desatar as inteligências e movimentar o olhar para o outro: as pessoas, a água, a terra, o ar, os animais, colocando estas potências em cooperação em um novo processo civilizatório.

Essa educação deve perseguir o ideal os seguintes princípios:

Que se tenha como ponto de partida a própria vida, o trabalho e o saber acumulado de cada sujeito e da comunidade; que esse processo educativo seja integral, incluindo todos os aspectos da vida e as dimensões objetivas e subjetivas do ser humano; que esse processo se pratiquem todos os valores humanos inerentes a uma formação integral, tais como a cooperação, a co-responsabilidade, a autonomia, a solidariedade e a amizade; não seja um aprender “para”, nem se confunda com aprendizagem técnica, mas que as próprias vivências se convertam em aprendizagem. (Frantz, 2008).

Nesse sentido, o autor defende um processo educativo permanente e para além do tempo legal educacional, com o objetivo principal de criação de uma mentalidade prática distinta das atuais, de tal modo que se faça possível a construção de uma nova realidade socioeconômica e cultural solidária e sustentável, capaz de promover o desenvolvimento. Nesta concepção, tal sentimento somente acontece se forem postos em prática os potenciais inerentes a cada pessoa e à coletividade humana, resultando em um processo qualitativo, em contraposição ao caráter meramente de crescimento, que tem vieses essencialmente quantitativos.

Dessa forma, o conteúdo da solidariedade é o mútuo entendimento, a mútua compreensão, a (re) ligação como imperativo ético primordial de um em relação ao outro, à comunidade, à humanidade, no dizer de Morin (2005), passaria por uma reforma no pensamento capazes de criar uma imagem de civilização que compreenda a auto-ética:

A compreensão rejeita a rejeição, exclui a exclusão. Enclausurar na noção de traidor aquele que depende de uma inteligibilidade mais rica impede o reconhecimento do erro, do delírio ideológico, do descontrole, dos desvios. A compreensão exige que nos compreendamos a nós mes-

mos, reconhecendo as nossas insuficiências e carências, substituindo a consciência da nossa insuficiência. Exige, no conflito de idéias, argumentação, refutar, em lugar de excomungar e de lançar anátemas. Exige a superação do ódio e do desprezo. Exige resistir à lei de talião, à vingança, à punição exterior, especialmente durante os períodos de histeria coletiva. Ainda não começamos a reconhecer que a importância mortal da incompreensão está na fonte de todos os males humanos. A compreensão está presente no que há de melhor no homem. A tragédia humana não é somente a morte, mas também o que vem da incompreensão. Nossa barbárie não se reduz à incompreensão, mas a comporta. A incompreensão alimenta a barbárie nas relações humanas na civilização. Enquanto permanecermos como somos, continuaremos bárbaros e mergulhados na barbárie. A compreensão que afasta a barbárie nutre-se da aliança entre a racionalidade e a afetividade, ou seja, entre conhecimento objetivo e o conhecimento complexo. Para lutar contra as raízes da incompreensão é preciso um pensamento complexo. Daí, mais uma vez, a importância de “trabalhar pelo pensar bem”. Introduzir a compreensão profunda em nossos espíritos significa civilizar profundamente. Todas as tentativas de aperfeiçoamentos nas relações humanas fracassaram, salvo em comunidades efêmeras, em momentos de fraternidade, pois não houve enraizamento das faculdades humanas de compreensão. Todo o potencial de compreensão existe em cada um, mas em estado de subdesenvolvimento. Compreender é compreender as motivações interiores, situar no contexto e no complexo. Compreender não é tudo explicar. O conhecimento complexo sempre admite um resíduo inexplicável. Compreender não é compreender tudo, mas reconhecer que há algo de incompreensível. Deveria ser possível ensinar a compreensão na escola primária e continuar na secundária e na universidade e em todos os lugares onde se esforçam para criar saídas para problemas coletivos: criar a consciência da necessidade simultaneamente mental e moral da autocrítica e favorecer a auto-ética (2005, p.123).

Essas palavras de Morin vão ao encontro de atores da universidade e os provocam a sair para fora, ir além do tempo e do espaço escolar. A disposição para trabalhar com os diferentes precisa dessa cultura da tolerância e da compreensão. Trata-se de criar uma cultura do *nós* e não remeter o *outro* para fora da humanidade, de compreender o outro como outro. É necessário que a humanidade tome consciência de que pensar a vida como um projeto possível e viável significa pensá-la na sua complexidade, com um sentimento de comunidade e de solidariedade, com os outros e com a natureza. Sem dúvida, com um caminho aberto de possibilidades aleatórias a tomada de consciência de nossas raízes terrestres, bem como de nosso destino planetário, depende cada vez mais de uma reforma radical de um ensino educativo que inclua os princípios do pensamento pertinente com o contexto, o global, o multidimensional e o complexo como base para a concidadania terrestre.

O futuro do homem, da humanidade e da história não está inscrito na natureza do homem. A universidade, por isso, precisa ser um lugar também preparado para dar possíveis respostas às seguintes perguntas: o homem saberá compreender-se como um ente planetário e *biosférico*? Terá ele consciência terrestre e cósmica para agir com solidariedade e ética? Saberá ele dar um rumo condizente ao planeta que habita e integra? A virtualidade de sua hominização estará comprometida pelo desregramento e desordem que ele mesmo engendrou? Saberá ele fazer uso da sua racionalidade para enfrentar os desafios e problemas da era planetária?

Em outras palavras, a economia solidária já se constitui em algumas repostas e, quando pensada junto à ideia de desenvolvimento, pressupõe-se entender que a sustentabilidade terá que ter por base as vivências sociais, econômicas, culturais, políticas e ecológicas; no entanto, a questão maior para ser entendida é o próprio homem em suas relações sociais.

Considerações finais

Propomos aqui expor algumas ideias e sobre o conceito de solidariedade que deve estar presente nos seus atores que vão atuar com outros atores sociais na perspectiva de inserção na Economia Solidária.

São temas que fazem parte dos estudos do grupo ITECSOL/ Unijui e que vêm subsidiando os projetos e as ações deste coletivo. Parte-se do pressuposto de que a equipe da universidade precisa estar preparada culturalmente para essa ação com o outro, sem confiná-lo, colonizá-lo e, ainda, ao mesmo tempo, senti-lo nas dimensões de sujeito cooperante de uma mesma realidade.

Podemos encontrar alimentos para a nossa noção de solidariedade, como vimos, na *Teoria da Ação Comunicativa* de Jürgen Habermas, quando este redimensiona a noção da democracia dos sistemas estruturais trazendo-a para o diálogo. Nossa atividade e nosso método, enquanto atores da universidade constituírem o diálogo, a mútua compreensão e construção coletiva de processos decisórios que os próprios atores envolvidos têm que implementar.

A *Sociologia das Emergências* e o *Conhecimento Prudente* de Boaventura de Sousa Santos, nos provoca a criar compreensões de que as situações dos atores sociais com os quais vamos trabalhar são de ansiedade premente e de que essas mesmas ansiedades contêm em si a forma e o germe para se propor alternativas de viver, trabalhar e distribuir rendas. A própria Economia Solidária já traz em si experiências do campo alternativo ao capitalismo. Isto é tornar a economia em uma forma de socialização e cidadania, pois, na medida em que vai dando certo a participação, a coexistência e a complementaridade, vai motivando cada vez mais a participação, tornando-se em novíssimo movimento social, implementando o experimentalismo democrático.

O Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen, por seu turno, nos permite pensar não em um “Estado-babá”, mas em uma corresponsabilidade dos poderes públicos e instituições, de modo a garantir elementos substanciais para essa comunidade de excluídos. Esses grupos, enquanto pensam alternativas e as constroem, precisam estar em situação de uma liberdade concreta que os anime: saúde, alimento, democracia, educação. Nesse sentido, precisamos criar o entendimento da responsabilidade de todos diante dos problemas que nos afetam.

A *Modernidade Líquida* de Zygmunt Bauman, nos ajuda também a entender nossa posição em relação aos setores parceiros com que estamos trabalhando. Não podemos fazer promessas que não sejam possíveis de serem cumpridas, tanto pela inserção da Economia Soli-

dária em um mundo mercadológico, quanto por um Estado que nasceu e tem sua lógica não voltada à inclusão de todos. Ou seja, além de atuarmos pela autonomia dos catadores, dos pequenos agricultores e dos artesãos, temos que ter claro que é preciso mudar o Estado para que este se torne o verdadeiro guardião das sociabilidades.

A teoria dos *Direitos Multiculturais* de Alain Touraine, se insere aqui na perspectiva de que somente existirá democracia forte se tivermos indivíduos fortes. Ou seja, não adianta trabalharmos com esses atores sociais esquecendo que é a identidade deles que se encontra dilacerada. É preciso construir mediações para que eles se sintam sujeitos e vejam o outro como também sujeito e assim, juntos, possam se integrar em um movimento societal para refazer os laços sociais e garantir a integralidade e a felicidade individual e coletiva.

A Educação para a Cooperação, de Walter Frantz, nos ajuda a situar nosso trabalho enquanto universidade junto aos setores francos da sociedade. Assim, é papel da universidade valorizar as pessoas pelo diálogo com liberdade e para a liberdade. Como uma instituição fruto da natureza intelectual e espiritual, a universidade está para além do tempo particular mobilizada, por alunos e professores, além de estar para além de um local, de uma comunidade, de uma empresa, de um governo, etc. Ela tem o papel de contribuir para o mundo se esforçando para resolver as contradições humanas, as injustiças sociais, os desequilíbrios naturais, etc. Neste sentido, a universidade deve somar-se aos movimentos sociais de sustentabilidade das vivências sociais e naturais. Por essa razão, em nossas atividades devemos promover a liberdade, pois quem tem liberdade deseja mais, quem não é livre tem muito pouco o que desejar. E é nos diálogos que se instaura o sentido da liberdade, pois ele esclarece a força do poder invisível exercido pela ciência e a técnica para os fins de fazer com que nossas vidas sirvam ao capital.

Para Frantz (2008), a Economia Solidária é um embrião de uma nova cultura de responsabilidade individual e coletiva, de cooperar para solidarizar e que para tanto abriga indivíduos livres que lutam por muito mais de que a mera satisfação das necessidades imediatas. Esse processo relacional é educativo porque cria a cultura de que o outro é bom, acessível e importante para um viver junto ao outro. Mostra que a solidariedade não é misericórdia do outro, mas integração

das qualidades daquilo que se faz, valorizando o trabalho humano para emancipação transcendente, que coloca em cooperação as inteligências e as boas energias do ser humano.

Quando a universidade atua na comunidade, está mostrando que reconhece a solidariedade, a cooperação, a sustentabilidade e o equilíbrio ecológico como respostas aos grandes problemas sociais que nos atinge. É como um movimento social e pedagógico com significado político que encarna a construção compartilhada da ética e da vida humana, permeada pela alegria do e no conhecimento coletivo (Barcelos, 2010; 181).

Os processos transformativos que buscam uma sociedade mais justa brotam de dimensões organizativas mediadas por redes geradoras de ordenamentos coletivos e democráticos. Estes processos coletivos compõem-se de sinergias interativas produtoras de organizações mais implicadas entre si (complexas) e integram movimentos, ações e instituições nas posições que almejam qualidade da existência de indivíduos livres no coletivo. Ou seja, é a partir do coletivo que integra a liberdade dos indivíduos que é possível fazer brotar, amadurecer e perdurar uma cultura de solidariedade, de cooperação de sustentabilidade econômica, política, social e ecológica que garanta a superação das necessidades humanas. As contingências de cada realidade exigem que crie redes para operar sobre elas com a inteligência coletiva, com a sensibilidade ética que se refinam no encontro e reencontros humanos garantidores do reconhecimento da diferença e da igualdade para juntos viverem, fazendo bom uso dos recursos tecnológicos, dos valores econômicos que são postos a disposição de todo o coletivo. Hoje, mais do nunca o cooperativismo, o movimento social, o solidarismo, o multiculturalismo se volta para o trabalho dos indivíduos interessados em associar necessidades. Entendemos que a Economia Solidária parte do coletivo para os indivíduos sem tirar sua liberdade, mas propondo *saber ser livre no coletivo*. Necessitam, para isto, gerar conhecimento técnico e político para (re) fundar um mercado marcado pela qualidade de uma economia social, onde estejam equilibradas a produção e a distribuição de bens e riquezas.

O Projeto da ITECSOL – Incubadora Tecnológica da Economia Solidária faz parte das ações da UNIJUI que buscam ligar pesquisa, ensino e extensão em processos formativos produtores de conhecimento para uma melhor qualidade de vida da população.

Estas são algumas contribuições nossas para se discutir a cultura de atores da universidade que pretendem atuar junto a comunidades com características tão distintas à vida acadêmica.

Referências

- BARCELOS, E. S; Rasia; SILVA, Enio Waldir. **Economia Solidária: sistematizando experiências.** Ijuí/RS : Editora Unijuí, 2010.
- BAUMANN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias de vida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- DUVIGNAUD, Jean. **A Solidariedade - laços de sangue, laços de razão.** Lisboa: Instituto Piaget, 1986.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho e JÚNIOR, Gildásio Santana. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma contribuição para redefinição da noção de sustentabilidade a partir da análise de três casos na Bahia.** 2010. Disponível em [HTTP://dowbor.org.ar](http://dowbor.org.ar) Acessado em 12/2010
- FRANTZ, Walter. **Organizações solidárias e Cooperativas: espaços de educação e a bases da Economia Solidária.** Ijuí/RS: Unijuí, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa - racionalidad de la acción y racionalización social.** VI. 1 . Madrid: Taurus, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. **A Idéia de Universidade – Processos de Aprendizagem.** In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. 74. Jan- Abril, 1995.
- MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária – Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação.** Rio de Janeiro: 2002.
- MORIN, Edgar. **O Método VI – Ética .**Porto Alegre: Sulina. 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Produzir Para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 23-77.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Enio Waldir. Extensão universitária hoje: processo dialógico da ação integradora e emancipadora. In: BARCELOS, E. S; Rasia; SILVA, Enio Waldir. **Economia Solidária: sistematizando experiências.** Ijuí/RS : Editora Unijuí, 2010.
- THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes.** Rio de Janeiro: Vozes, 1988.(Endnotes)





EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



Implantação de Padarias Comunitárias em Vilas Carentes – Uma Tecnologia Social

Arildo Miguel Crespan¹

RESUMO

Este artigo trata da história e da metodologia de implantação cooperativa de padarias solidárias em bairro da periferia urbana do município de Frederico Westphalen/RS. A experiência evidencia que a instalação de cada padaria segue os princípios do solidário pró-ativo, do compartilhamento organizado por regras e pelo cultivo das atitudes de reciprocidade e de contrapartidas. Os grupos envolvidos nas padarias vivenciam ativamente a cidadania ativa alterando a lógica da busca ou espera pelo assistencialismo.

¹ Arildo Miguel Crespan, Engenheiro Agrônomo, Professor da UFSM Campus em Frederico Westphalen, Mestrado em Difusão de Novas Tecnologias.

O início da experiência

A realidade aqui apresentada é de comunidades muito pobres existentes na cidade de Frederico Westphalen, Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Duas situações estão diariamente presentes neste cenário: falta de renda familiar e precariedade na alimentação.

Estas vilas foram se formando devido ao êxodo rural nas décadas de 80 e 90. Sendo esta cidade pólo educacional e empresarial, atraiu as populações das pequenas cidades vizinhas e da zona rural, formando verdadeiros “bolsões” de pobreza. Formaram nove (09) vilarejos, localizados nas periferias da cidade, em um contingente de mais de mil (1.000) famílias. O perfil destas populações pode ser enquadrado como famílias pauperizadas, com situação socioeconômica muito baixa e um alto nível de desemprego.

No intuito de encontrar soluções para essas questões sociais que envolviam as nove (09) Vilas pobres da cidade de Frederico Westphalen/RS, nos reunimos com a comunidade e procuramos encontrar estratégias adequadas. A busca por um desenvolvimento sustentável para estas vilas tornava-se ação de todos, já que envolve fatores econômicos, ambientais e sociais. Para ser alcançado, era preciso fomentar ações empreendedoras, estratégicas e de cunho social, em articulação com todas as vilas.

Enquanto professor por 30 anos no Colégio Agrícola Federal/FW- pertencente à Universidade Federal de Santa Maria - eu conhecia a metodologia tem como princípio: “Aprender a fazer e fazer para aprender” utilizada nas aulas práticas da educação formal das Escolas Técnicas federais, nas DM = Demonstrativo de Método. Resolvemos colocá-la em prática na educação informal com estas comunidades. Enquanto presidente da ONG Esquina da Solidariedade, cujo lema é “Transformar mãos que podem em mãos que fazem”, trazíamos como diferencial a fuga do puro assistencialismo, e o valor de que ninguém ganha nada sem primeiro participar e executar da atividade em que será beneficiada.

Surgiu a proposta: construir módulos piloto de padarias nas vilas. Por uma decisão das comunidades, decidiu-se por oficinas de confecção de alimentos, pelas tarefas da panificação, confecção de doces (schimias) e outras serem passíveis de aprendizagem e execução por eles. Estava nascendo nosso empreendedorismo, a partir da identificação de idéias e oportunidades econômicas e da transformação em ações para solucionar os problemas de renda familiar e alimentação das comunidades.

Mudar este paradigma não foi e não está sendo fácil, pois a maioria dessas pessoas só sabia pedir. É toda uma cultura que temos que mudar, transformar o jeito de pensar destas pessoas. São características e atitudes que precisam ser trabalhadas para que se tornem indivíduos com iniciativas, visão do futuro, persistência e criatividade.

Metodologia “Aprender a Fazer e Fazer para Aprender”

O ano de 1966 foi marcado pelo início de uma nova Metodologia de ensino denominada Sistema Escola-Fazenda que foi implantada nas Escolas Técnicas Agrícolas do nosso país - “aprender a fazer e fazer para aprender.

O Sistema Escola-Fazenda tinha como filosofia: “(...) o desenvolvimento das habilidades, destrezas e experiências indispensáveis à fixação dos conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas. É uma escola dinâmica que educa integralmente, porque familiariza o educando com atividades semelhantes às que terá de enfrentar na vida real, em sua vivência com os problemas da agropecuária, conscientizando-o ainda de suas responsabilidades e possibilidades”.

O Colégio Agrícola Federal de Frederico Westphalen tinha 18 setores de produção e os alunos tinham que passar durante um ano várias semanas em todos os setores. Portanto fazia-se uma escala em rodízio com os alunos.

Transferimos esta metodologia da educação formal para a informal com estas senhoras das vilas. Cria-se uma escala de rodízio em que, no final do ano, todas tenham trabalhado com todas. Denomino

esta metodologia aqui de “mão na massa”, reflexo de uma preferência pelo “aprender a fazer e fazer para aprender” que tem marcado a minha vida.

Para implantar esta metodologia, inicialmente procura-se sensibilizar a clientela focando ao trabalho em grupo, a partilha, a participação ativa de cada participante, gerando uma transformação das pessoas assim como a farinha em pães. Como isto acontece? Somente executando as tarefas propostas. Todas tem que participar, executar as etapas da panificação e numa escala rodízio. Só levará para casa alguma coisa quem executar as atividades planejadas.

As diferentes fases desenvolvidas são:

- a) Sensibilização para a partilha e formação dos grupos e exposição da metodologia.
- b) Escolha do padeiro líder.
- c) Cursos de padeiros e confeitores.
- d) Construção dos espaços físicos. (prédio de 07mx10m), aquisição dos equipamentos, materiais e insumos.
- e) Confecção de pães, bolachas, cucas e massas.
- f) Comercialização.
- g) São justificativas teóricas para o Método de trabalho:
- h) Método prático, utilizado nas Escolas Técnicas Federais do Brasil e outros.
- i) Fácil de ser assimilado porque envolve todas as pessoas do grupo na execução das etapas propostas.
- j) Aprende-se executando.
- l) Desenvolve no grupo o espírito de cooperação e partilha, porque os produtos serão compartilhados e os excedentes, comercializados.
- m) Transforma as pessoas e a comunidade tornado-as mais participativas e atuantes.

Tabela escala escola fazenda: há um rodizio semanal

Participantes	Semanas							
	06/07	13/07	20/07	27 /07	03/08	10/08	17/08	23/08
1) Regina	L	A	V	B	P	R	repete	tudo
2) Marli	A	V	B	P	R	V		
3) Judite	V	B	P	R	V	L		
4) Tereza	B	P	R	V	L	A		
5) Natalina	P	R	V	P	A	B		
6) Venilda	R	A	B	L	B	P		
7) Lúcia	L	V	P	R	L	A		
8) Rosa	A	B	R	L	A	V		
9) Aurora	V	P	L	A	V	B		
10) Eva B.	B	R	A	V	B	R		
11) Eva Leite	P	L	V	B	P	A		
12) Suelen	R	A	B	P	R	L		
13) Lúcia Sch	L	V	P	R	A	B		
14) Ivani	A	B	R	L	B	P		
15) Maria Sal	V	P	L	A	P	R		
16) Salete	B	R	A	B	R	L		
17) Doralina	P	L	V	P	L	A		
18) Maria Caci	R	A	B	R	A	V		
19) Clarinda	L	V	P	L	V	P		
20) Sueli	A	B	R	A	P	B		
21) Élide	V	P	L	V	B	R		
22) Olga	B	R	A	B	P	L		
23) Roselei	P	L	V	P	R	A		
24) Marines	R	A	B	R	L	V		
25) Vanderl	L	V	P	L	A	B		
26) Vladete	A	B	R	A	V	P		
27) Rosane	V	P	L	V	B	R		
28) Neide	B	R	A	B	P	L		
29) Sueli Perei	P	L	V	P	R	A		
30) Clarissa	R	A	B	R	L	V		
31) Ivone	L	V	P	L	A	B		
32) Eliane	A	B	R	A	V	P		
33) Doralina	V	P	L	V	B	R		
34) Ironi	B	R	A	B	P	L		
35) Generosa	P	L	V	P	R	A		
36) Maria Suz	R	A	B	R	L	V		
37) Leonora	L	V	P	L	A	B		
38) Casiane	A	B	R	A	V	P		
39) Elaine	V	P	L	V	B	R		
40) Silvana	B	R	A	B	P	L		
41) Leontina	P	L	V	P	R	A		
42) Lurdes	R	A	B	R	L	V		

Nº 1 = 2ª feira = L = laranja; Nº 2 = 3ª feira = A = amarelo; Nº 3 = 4ª feira = V = vermelho
 Nº 4 = 5ª feira = B = branco; Nº 5 = 6ª feira = P = preto; Nº 6 = sábado = R = rosa



História das padarias na linha do tempo

1º módulo piloto de padaria: vila do viaduto

O projeto “Buscar o Pão com o Trabalho” foi encaminhado para a Embaixada da Alemanha em Porto Alegre, no ano de 2007, e beneficiou a Vila do Viaduto. Foram feitas parcerias com a Prefeitura Municipal, Empresas locais e com os supermercados e padarias. Foi construída e equipada em três meses (maio, junho e julho de 2007 - ver Planta de Fachada e Planta Baixa no anexo I). A implantação da padaria gerou transformações na comunidade: calçamento, sistema de esgoto, luz, água etc. Foram formados três (03) grupos de sete (07) senhoras por dia e feita uma escala diária para a confecção de pães, cucas etc, sob a orientação de um padeiro. Foram envolvidas diretamente vinte e uma (21) famílias e indiretamente mais de cem (100) famílias. Definimos um plano de estratégias de comercialização do excedente, que tem como opções:

- a) Comercialização informal, feita por pessoas da família envolvida, batendo nas portas das casas.
- b) Comercialização formal na própria padaria.
- c) Comercialização terceirizada para determinados estabelecimentos comerciais, os quais adquirem toda a produção e posteriormente fazem a comercialização.

2º e 3º módulo piloto de padaria: Área Verde e 21 de Abril

O projeto “Transformar mãos que pedem em mãos que fazem” foi encaminhado para uma seleção de projetos pelo Instituto HSBC Solidarietà, em 2008, e previa construção de dois módulos piloto de padaria, para duas vilas: Área Verde (construída em 2008) e Linha 21 de Abril (construída em 2009).

Padaria da Área Verde

Cidadania Resgatada, para 90 famílias de baixíssima renda, em situação de Risco social, nas vilas Área Verde e Linha 21 de Abril, através do Projeto: “educando para a cidadania”, sendo um ponto de qualificação profissional e uma fonte de Renda.

4º módulo piloto de padaria: Esquina da Solidariedade – Padaria escola

O Projeto: “Educando para a cidadania” foi enviado para a Fundação Lasalle de Porto Alegre. Serão realizados Cursos na área de padaria e confeitaria, de Segurança Alimentar, Geração de Renda/cooperativismo, de Cidadania e de Treinamento de Multiplicadores com estas senhoras envolvidas. São todas pessoas carentes e em situação de vulnerabilidade social.

Serão proporcionadas oportunidades de participarem na confecção de pães, cucas, bolachas, massas, alimentos, doces etc. para o seu sustento bem como pela formação profissional destas famílias.

Estes cursos de formação, foram programados para o ano de 2009 e 2010. Mas estamos programando a repetição destes cursos para o ano de 2011 e 2012, tendo em vista a nova clientela das padarias dos Módulos piloto 6º, 7º, 8º e 9º.

5º módulo piloto de padaria: Vila Emancipar, no Distrito Industrial

O projeto: “o pão com o trabalho”, foi selecionado pela Rede de Parceria Social, da Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social, do Estado do Rio Grande do Sul, através da Âncora Nestor de Paula de POA. Esta padaria está sendo construída neste mês de setembro, outubro e novembro de 2010, na Vila Emancipar.

6º, 7º, 8º e 9º módulo piloto de padaria: Bairro São José, Pedreira, Santo Antônio e Núcleos Habitacionais

Com projeto: “O pão nosso de cada dia” serão adquiridos os equipamentos em 2010 e a construção será no ano de 2011. Os recursos provêm de uma Emenda parlamentar do Deputado Federal Vilson Covatti e da Deputada Estadual Silvana Covatti.

Esta Emenda Parlamentar proporcionará a Construção de quatro espaços físicos em quatro comunidades diferentes com todos os equipamentos de uma padaria e temos a certeza que é um gerador de transformações das infra-estruturas físicas destas comunidades: água, luz, calçamento, moradias.

O que aprendemos sobre nossa atuação com as comunidades

As maiores causas que este projeto atua é a fome e miséria das comunidades.

A prioridade é fazer com que as pessoas não recebam as coisas prontas, mas elas mesmas sejam as transformadoras da farinha em pão. Da mesma forma, sensibilizá-las para uma transformação pessoal, tornando-se cada vez mais cidadãos conscientes e que merecem uma vida mais digna e feliz.

É necessário fazer um processo de participação da comunidade e engajamento das partes interessadas. Por parte interessada entendem-se os indivíduos ou grupos – direta e indiretamente- atingidos pelo projeto, interessados e/ou que tenham capacidade de influenciar os seus resultados. Por engajamento entende-se a participação deste público em todas as etapas do projeto.

Para isso, buscamos fazer com que as pessoas participem nas diversas etapas e ações. Inicialmente na construção do espaço físico (prédio), auxiliando como mão de obra.

Reuniões mensais com a comunidade são realizadas mensalmente no início do projeto. São encontros que proporcionam troca de idéias e de sugestões e busca-se o envolvimento de toda a comunidade, com o objetivo de fazê-las verem-se como donas do projeto. Com o tempo, estas reuniões tornam-se trimestrais.

Capacitamos as pessoas da comunidade, na própria vila, fazendo com que saibam executar todas as etapas da panificação. Desta forma o projeto mostra às pessoas participantes a maneira fácil de fazer produtos como pães, cucas, bolachas, massas etc.

Exigimos a participação de toda a comunidade, através da formação de grupos de sete famílias por dia. A padaria funciona seis dias da semana, dando um total de quarenta e duas famílias participando diretamente e, indiretamente, todas as famílias da comunidade são beneficiadas.

Tudo o que é produzido pelas mulheres é dividido e levado para suas casas e o excedente comercializado, sendo uma fonte de renda.

A comunidade é responsável na condução e execução do projeto. Os parceiros do projeto serão as empresas locais e as fazendas pro-

dutoras de trigo da região, que ajudam sendo fonte de recursos e de matéria prima.

Passo a passo e pontos chaves para a construção de uma padaria

1º PASSO: A Comunidade é a peça fundamental do Projeto. Realizar reuniões visando à participação da comunidade como um todo e explanar sobre a filosofia que norteia o Projeto. Vejam que não é somente construir um prédio, mas existe toda uma Filosofia de vida. Uma Metodologia a ser seguida. As pessoas têm que serem trabalhadas. Ressalte que o Projeto é da Comunidade. Proporcione oportunidades para que as pessoas da própria comunidade dêem sugestões e sintam como é importante terem o pão novo de cada dia na mesa de cada família. Recomendamos muitas reuniões com as participantes.

1º PONTO CHAVE: Quem coordena o projeto deve conhecer muito bem a comunidade que será premiada com a padaria. Conhecer as pessoas e suas residências, sua realidade familiar: nº de filhos, se todos vão à escola. É um trabalho de muitos meses.

2º PASSO: A comunidade deve redigir um projeto tentando angariar recursos para a construção e também os equipamentos. Promover reuniões para identificar se é uma padaria que querem mesmo e para exercitar o trabalho em grupos.

2º PONTO CHAVE: Presença indispensável do coordenador e do responsável na formulação do Projeto e na correta aplicação dos recursos. Devem participar em todas as reuniões, sendo o “motorzinho que dá a partida estimula a caminharem por conta”.

3º PASSO: Aprovados os recursos, o coordenador fazer uma tomada de preço do material de construção e dos equipamentos. Verificar o local em que será construída a padaria.

3º PONTO CHAVE: O terreno deve ser devidamente escriturado e pertencente ao órgão público como Prefeitura Municipal. Esta parceria irá beneficiar a comunidade, que poderá ser isentada de taxas de luz e água da padaria.

4º PASSO: Construção da padaria com a ativa participação da comunidade. Sugere-se que façam um mutirão.

4º PONTO CHAVE: Comunidade unida. Dispostos a partilhar. Não podemos esquecer que irão trabalhar com uma Metodologia que usa como “carro chefe” as atividades em grupos.

5º PASSO: Momento de Formação: a Metodologia. Esta Tecnologia Social exige um esforço na ocasião das tarefas em grupos. Deve-se exercitar com os grupos a partilha, a amizade e o diálogo.

5º PONTO CHAVE: Ter conhecimento da Metodologia Escola-fazenda.

6º PASSO: Momento da Ação: divisão das senhoras em 06 (seis) grupos de 07 (sete) participantes numa escala rodízio semanal. Execução de todas as etapas da panificação. Um padeiro (a) como coordenador e orientador das diversas etapas da panificação.

6º PONTO CHAVE: Produção com qualidade.

7º PASSO: Mecanismos de comercialização: Ver alternativas propostas.

7º PONTO CHAVE: Estudo de Mercado.

O livro Pão para Todos

Em 2009 escrevemos o livro ‘PÃO PARA TODOS’, contando a história de nossas padarias e a implantação disso. O livro foi escrito dentro dos critérios metodológicos e científicos e, o que é principal, não foi escrito nos gabinetes, mas legitimamente pondo “a mão na massa”. Tem o cheiro da terra, e é fruto de experiências concretas, uma sugestão pública para os administradores que pretendem honestamente colocar comida no prato do povo

Reconhecimento do Projeto Padarias Comunitárias

Em 2009 o projeto Construção de Padarias em vilas carentes foi qualificado, certificado enquanto Tecnologia Social, recebendo o selo

da Fundação Banco do Brasil, Unesco, Petrobrás e Associação das Fundações Riograndenses.

Conclusão

Passados todos estes anos, fomos construindo um sonho, o qual queremos que se torne realidade, que é a formação destas famílias que moram nestas vilas e que possam, desta forma, confeccionar com qualidade seus alimentos.

Pensamos que não podemos deixar esta clientela que está recuperando a sua cidadania na Instituição, sem uma continuidade de trabalho onde residem. Precisamos fazer com estas pessoas construam sua própria história e saiam desta situação de pobreza.

“O principal objetivo da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram; homens que sejam criativos, inventores e descobridores.

O segundo objetivo é formar mentes que possam ser críticas, que possam analisar e não aceitar tudo o que lhes é oferecido”. (Piaget – 1970).

Vivemos em um mundo cada vez mais integrado, onde a ciência e a tecnologia tornam-se cada vez mais abrangentes e integrantes do nosso cotidiano. A contradição é que também convivemos com desigualdades, com a exclusão, com a fome e a miséria.

Neste contexto, cada vez mais há uma preocupação e necessidade de pensar não apenas no desenvolvimento econômico dos povos, mas também no desenvolvimento humano, o desenvolvimento da potencialidade de cada pessoa para que ela consiga viver sua vida plena e feliz.

Para isso, é necessário que cada pessoa tenha oportunidades, opções e autonomia para transformar seu potencial em competências pessoais, relacionais, cognitivas e produtivas. Somente assim, teremos pessoas em condições de construir uma vida digna e feliz.

Segundo Eduardo Chaves: “Para uma pessoa viver a vida de forma plena, precisa ser capaz de definir o seu projeto de vida, saber o que deve fazer para alcançar seu objetivo e dominar os meios necessários para transformá-lo em realidade e finalmente, ser capaz de realizar seu projeto por si mesmo”.(Eduardo Chaves – 2.004)

Lançando um olhar sobre este imenso Brasil, vamos encontrar muitos locais para a aplicação da Tecnologia Social aqui proposta. A busca por um desenvolvimento sustentável para o nosso país torna-se ação de todos, pois envolve fatores econômicos, ambientais e sociais. Para alcançarmos isto, será preciso fomentar ações empreendedoras, estratégicas e de cunho social em articulação com todos os setores.

Como gestor desta tecnologia social, gostaria deixar minha contribuição. Percorri este caminho junto com estas populações pobres durante 20 anos, procurando sempre ter clareza na tomada de decisões e aliar uma abordagem colaborativa, reconhecendo a contribuição de cada um e sempre acessível e disposto a ouvir os moradores das vilas, os voluntários e os parceiros.

Existem muitas comunidades esperando. Tenho a convicção, como alguém que está “no meio da massa”, que esta Tecnologia Social é uma ação solidária e, se aplicada em cada “vilarejo” pobre deste país, será uma alavanca para o desenvolvimento desta parcela da população brasileira tão excluída. Arquimedes, inventor, matemático e físico grego, com muita sabedoria, disse certa vez: “Dêem-me uma alavanca e um ponto de apoio e eu moverei o mundo”.

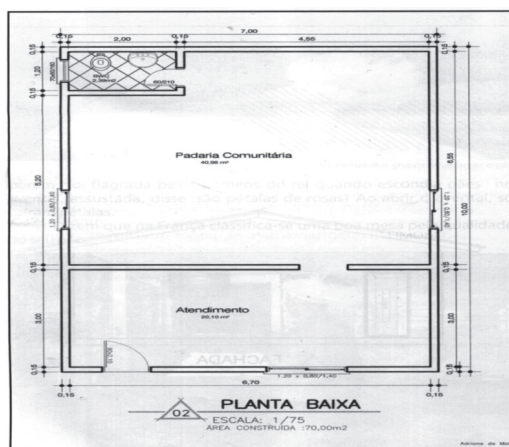
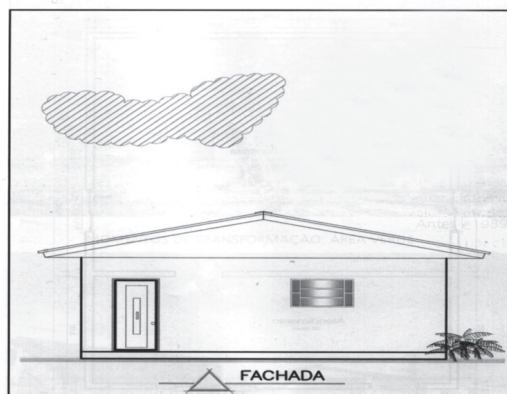
Referências

CRESPAN, Arildo Miguel. *Pão para Todos. Frederico Westphalen: Grafimax, 2009*

ANEXO I

Planta: fachada e planta baixa do módulo piloto de padaria

PLANTA: FACHADA DO MÓDULO PILOTO DE PADARIA



ANEXO II

Modelo de projeto de uma padaria

Dados da Tecnologia Social

Título da Tecnologia Social: Construção de padarias em vilas carentes

Tema Principal: Renda

Tema Secundário: Alimentação

Justificativa

Estamos apresentando o presente projeto porque já conhecemos há muito tempo as pessoas moradoras na Área Verde, que são muito pobres.

Preocupados com a realidade de pessoas em situação de vulnerabilidade, pensamos na necessidade de construir uma padaria em parceria com a Associação “É Preciso Repartir o meu Viver com Todos”, para dinamizar uma ação humanitária de impacto que beneficie esta clientela, pois, acreditamos na idéia que “alimento para todos é a garantia de mais dignidade para cada um”.

A importância do pão novo diário, na mesa de cada pessoa dispensa comentários. O trigo é o grão mais nobre e mais conhecido do mundo inteiro. Atualmente a produção mundial de trigo se aproxima de 650 milhões de toneladas.

Dai vem a proposta de construir uma padaria em cada vila carente de nossa cidade e porque não dizer em nosso Estado e quiçá em nosso País, a qual servirá para fornecer o pão de cada dia e ser uma fonte de trabalho e renda para estas comunidades. Baseado nas experiências concretas que já possuímos, o projeto é um anseio de toda a comunidade, haja visto que irá ser uma fonte dos alimentos de maior necessidade que é o pão nosso de cada dia.

A Padaria é o projeto viável para estas populações carentes, pois elas mesmas produzirão e farão a comercialização. Acreditamos que a partir da padaria desencadearão outros projetos como fontes de trabalho, alicerçando um desenvolvimento sólido.

Objetivo Geral

Promover a Cidadania e a Sustentabilidade da Comunidade da Área Verde de Frederico Westphalen.

Objetivos Específicos

- Construir um espaço na comunidade da Área verde o qual possibilitará uma geração de trabalho e renda local.
- Mobilizar a comunidade da Área Verde para que assumam o espaço e tornem-se protagonistas da sua história.

Público-Alvo

Famílias que residem na Área Verde, em situação de vulnerabilidade social no município de Frederico Westphalen, proporcionando sua inclusão sócio-econômica.

Resultados Esperados

- Comunidade produzindo pão e com menos fome
- Aumento do trabalho e renda na comunidade
- Mulheres valorizadas

Atividades e Ações

- Desenvolver um processo de participação através de reuniões e palestras.
- Sensibilizar a comunidade para o desenvolvimento do espírito da partilha
- Incentivar a ação de voluntários.
- Construir um espaço físico em cada vila
- Adquirir os equipamentos
- Formar padeiros líderes provenientes da própria comunidade; formar através de cursos rápidos todos os participantes

Monitoramento e Avaliação

O Monitoramento e a Avaliação das Padarias será realizado de forma participativa, através de perguntas norteadoras, envolvendo os participantes de cada atividade/ação prevista.

Cronograma e Orçamento

Ação prevista	2007			2008						2009									
	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Reuniões/ palestras		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Construção do espaço		X	X	X						X	X	X							
Aquisição de Equipamentos		X									X								
Adquirir materiais de consumo		X	X			X	X			X	X			X	X				X
Escolha do padeiro líder local				X															
Confeccionar pães				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Comercializar pães				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Acompanhamento da Esquina da Solidariedade		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Avaliação						X					X							X	X
Monitoramento						X					X							X	X

Materiais para a confecção de pães	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Farinha de trigo Kg	2.400	1,50	R\$ 3.600,00
Fermento Kg	50	7,00	R\$ 350,00
Açúcar Kg	250	1,00	R\$ 250,00
			Valor Subtotal: R\$ 4.200,00

Equipamentos de padaria	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Forno Turbo de 08 esteiras a lenha	01	6.500,00	R\$ 6.500,00
Amassadeira de 15Kg de massa	01	1.600,00	R\$ 1.600,00
Sovadeira	01	960,00	R\$ 960,00
Máquina conjugada para massas	01	1.100,00	R\$ 1.100,00
Geladeira	01	950,00	R\$ 950,00
Mesa balcão	01	290,00	R\$ 290,00
			Valor Subtotal: R\$ 11.400,00

Implantação de Padarias Comunitárias em Vilas Carentes – Uma Tecnologia Social

Materiais de construção; Prédio 06x08	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Tijolos maciços	2.000	0,22	R\$ 810,00
Tijolos 06 furos	3.000	0,27	R\$ 440,00
Areia média branca	3m³	75,00	R\$ 225,00
Areião	3m³	75,00	R\$ 225,00
Areia vermelha	3m³	60,00	R\$ 180,00
Cimento CP2	80 sc.	20,00	R\$ 1.600,00
Telha 2.13 x 1.10 x 6	46	31,90	R\$ 1.467,00
Cumieira 1,10 x 6	10	18,00	R\$ 180,00
Madeiras para cobertura guias 10 x 2,5 cm	420 mts.	1,65	R\$ 693,00
Cerâmica 040 x 040 cm	70 m²	13,00	R\$ 910,00
Forno PVC	70 m²	11,20	R\$ 784,00
Vigas de ferro	70 mts	5,30	R\$ 371,00
Portas e janelas de ferro	R\$ 735,00
Vidro liso 3mm	R\$ 150,00
Cal hidratada	25 sc.	6,00	R\$ 150,00
Material elétrico, poste de entrada de energia	R\$ 768,00
Material hidráulico e esgoto	R\$ 460,00
			Valor Subtotal: R\$ 10.149,20

Viagens coordenação do projeto	600,00	600,00
Assistentes		
Outros (detalhar na tabela abaixo): Pedreiros, auxiliares de pedreiros	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00
Subtotal Recursos Humanos	R\$ 5.500,00	R\$ 6.100,00

VALOR TOTAL	R\$ 31.849,20
--------------------	----------------------



Educação Profissional para Pessoas com Deficiência

Jussara Müller de Assis¹

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo demonstrar que a deficiência, como fenômeno humano individual e social, é determinada pelas representações sociais de cada comunidade, em diferentes épocas desde as sociedades mais antigas às atuais, salientando as transformações ocorridas, considerando o nível de desenvolvimento científico, político, ético e econômico dessas sociedades. Elas foram marcadas sempre pela rejeição, discriminação e preconceito. Os dados mostram que programas desenvolvem as habilidades básicas, específicas e de gestão possibilitando aos deficientes uma vida independente e produtiva, o aumento da auto-estima e a inclusão social.

Palavras-Chave: Criança deficiente, retrospectiva histórica, representações sociais, recuperação, educação especial/profissional.

¹ Curso de Especialização em Fundamentos de Educação Especial - Área de Políticas Públicas Universidade Federal Mato Grosso do Sul. Coordenadora de Educação Profissional da Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul.

I. Atendimento à criança deficiente no Brasil: breve retrospectiva histórica

A Idade Média conviveu com grandes contradições em relação às atitudes frente à deficiência. Os deficientes mentais, chamados de loucos e criminosos, eram considerados possuídos pelo demônio. Aos cegos e surdos eram atribuídos poderes sobrenaturais, mas com a influência do Cristianismo, os senhores feudais amparavam os deficientes e os doentes em casas de assistência mantidas por eles.

Progressivamente, no entanto, com a perda da influência do feudalismo, veio à tona a idéia de que a deficiência deveria ser engajada no sistema de produção e seus portadores, assistidos pela sociedade. Inspirados em experiências da Europa e Estados Unidos alguns brasileiros, no século XIX, organizaram o atendimento para cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos.

No Brasil, fazendo-se uma retrospectiva histórica do atendimento à criança deficiente, constatamos que o mesmo já vem do século passado, quando o Imperador D. Pedro II mandou construir na cidade do Rio de Janeiro o Instituto Benjamim Constant para cegos, e o Instituto Nacional de Educação de Surdos, para crianças surdas-mudas, ambos com o intuito de instalar oficinas para aprendizagem literária e ensino profissionalizante, oficinas de tipografia e encadernação para os meninos cegos e de tricô para as meninas, oficina de sapataria e encadernação, pautação e douração para os meninos surdos. Conforme Mazzota,

O atendimento escolar aos portadores de deficiência teve início, no Brasil na década de cinquenta do século passado. Foi precisamente em 12 de outubro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II. Naquela data, através do Decreto nº 1.428 D. Pedro II fundaram, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. (1999, p.28).

Em 1929, Helena Antipoff foi convidada, pelo governo de Minas Gerais para orientar a reformulação do ensino primário naquele estado. Ela lançou as bases de toda a renovação do ensino, além de ter uma visão pioneira do que deveria ser o ensino para o futuro. Ela é

responsável pela expressão “excepcional”, para designar todos os que fogem aos padrões habituais, para menos e para mais, a fim de evitar que se colocasse uma etiqueta pejorativa naqueles menos dotados.

Em 1945, esteve no Rio de Janeiro e atendeu às mães aflitas que, naquela época, nada encontravam para educar seus filhos diferentes, fundando a Sociedade Pestalozzi do Brasil. E, no velho casarão do Leme, instalou um centro médico-pedagógico.

Na primeira metade do século XX, portanto até 1950 havia 40 estabelecimentos de Ensino Regular, mantidos pelo poder: um Federal e os demais Estaduais. Podemos destacar, em Santa Catarina, o Colégio dos Santos Anjos, em 1909, com atendimento a deficiente. No Rio de Janeiro a Escola Rodrigues Alves foi criada em 1905 para deficientes físicos e visuais. Ainda no Rio de Janeiro, a Sociedade Pestalozzi foi fundada em 1948 para atender deficientes mentais.

Na área de deficiência mental, surgiu no Rio Grande do Sul, em Canoas, a primeira Instituição através da Sociedade Pestalozzi, segundo Mazzotta,

No Rio Grande do Sul, em Canoas, o Instituto Pestalozzi criado em 1926, particular, especializado em deficientes mentais, em Porto Alegre o Grupo Escolar Paula Soares, estadual, regular com atendimento a DM, criado em 1927, e o Instituto Santa Luzia, particular, especializado em deficientes visuais, criado em 1941. . (1999, p. 32)

Em 11 de dezembro desse ano, liderados pela norte americana que se encontrava no Brasil, integrante da National Association For Retard Children-NARC, a senhora Beatrice Bemis, com cerca de duzentos (200) pais e amigos de excepcionais resolveram se unir e fundar a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1962, doze das dezesseis APAES existentes, se encontraram em São Paulo para a realização da Primeira Reunião Nacional de Dirigentes APAEANOS, presidida pelo médico psiquiatra Dr. Stanislaw Krynsky. Pela primeira vez no Brasil, a questão da pessoa com deficiência era discutida por um grupo de familiares, que traziam para o movimento suas experiências como pais de deficientes e, em alguns casos, também como técnicos da área.

Foi assim fundada, na sessão solene de encerramento, no dia 10 de novembro de 1962, a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

A Federação das APAEs, com sede em Brasília é filiada à Liga Internacional das Entidades Pró-Deficientes Mentais, possui hoje 2084 entidades filiadas e se constitui o maior movimento filantrópico organizado no Brasil e no mundo. O Decreto Federal nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999, (que regulamenta a Lei nº 7.853 de 24 de Outubro de 1989 e a Lei nº 8.813 de 24 de Julho de 1991), modificado pelo Decreto Federal nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Para efeitos deste Decreto, considera-se o conceito de deficiência “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

2. Categorias de Pessoas com Deficiência

1) Deficiência Física

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

2) Deficiência Auditiva - Surdo

Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ

3) Deficiência Visual - Cego

Cegueira na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão que significa acuidade visual entre 0,03 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

4) Deficiência Mental

Funcionamento intelectual significativamente inferior à média com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde, segurança, habilidades acadêmicas, lazer, trabalho.

5) Deficiência Múltipla

Associação de duas ou mais deficiências.

Estimativa da OMS (Organização Mundial de Saúde) calcula em cerca de 610 milhões de pessoas com deficiência no mundo. Estima-se que 80% do total vivam nos países em desenvolvimento.

Segundo a Convenção Internacional, (n° 159 de 1983) e Convenção da Organização Internacional do Trabalho - OIT, promulgada pelo Decreto n° 129/91, pessoa com deficiência para o trabalho é: “aquela cuja possibilidade de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fique substancialmente reduzida devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente comprovada”.

3. Educação Especial/Educação profissional

A Organização Internacional do Trabalho aprovou, em 20 de Junho de 1955 a recomendação n° 99 estabelecendo as diretrizes gerais para organização do trabalho para as pessoas com deficiência, posto o trabalho ser um dos direitos universais.

Segundo o Censo do IBGE/2000 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgado em 2002, existem 24,5 milhões de brasileiros

com algum tipo de deficiência. Conforme este conceito 14,5% da população brasileira apresenta alguma deficiência: 8,3% possuem deficiência mental, 4,1% deficiência físicas, 22,9% deficiência motora, 48,1% visual, 16,7% auditiva. Existem milhões de pessoas com deficiência que estão em idade de trabalhar: 1 milhão (11,1%) exerce alguma atividade remunerada; 200 mil (2,2%) são empregadas com registro em Carteira de Trabalho.

Fundamentada nas disposições do Decreto nº 3.298/99 Artigo 35, inciso II, que estabelece a colocação seletiva como o processo de contratação regular, nos termos da Legislação Trabalhista e Previdenciária, depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para a sua concretização § 1º inciso I do referido artigo. “As entidades beneficentes de Assistência Social, na forma da lei poderão intermediar a modalidade de inserção laboral, que tratam os incisos 2º e 3º, nos seguintes casos – Contratação para prestação de serviços, por entidade pública ou privada, da pessoa portadora de deficiência física, mental ou sensorial”.

O parágrafo 4º do mesmo artigo que define a OFICINA PROTEGIDA DE PRODUÇÃO como sendo:

A unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social que tem por objetivo desenvolver programa de habilitação profissional para adolescente e adulto portador de deficiência provendo-o com trabalho remunerado, com vista à emancipação econômica e pessoal e relativa.

O parágrafo 5º do Artigo 35 do Decreto nº 3.298/99 define a OFICINA PROTEGIDA TERAPÊUTICA como sendo:

A unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo a integração social por meio de atividades de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescentes e adultos que devido seu grau de deficiência, transitória ou permanente, não possa desempenhar atividade laboral no mercado competitivo de trabalho ou em oficina protegida de produção.

Destina-se a atender adequadamente a pessoa com deficiência mental e múltipla com idade mais avançada e/ou mais comprometida no ponto de vista biopsicossocial. Tem por objetivo tornar os educandos mais independentes e autônomos, por meio do desenvolvimento de atividades básicas da vida diária e da vida prática.

Modalidades educativas nos termos dos artigos 39 e 58 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), a Educação Profissional e a Educação Especial devem focar, sempre e cada vez mais, o direito de aprender do indivíduo.

Há de se reconhecer que o Brasil tem evoluído muito na compreensão desta questão. As iniciativas variam do governo à sociedade, da escola pública às instituições especializadas, como é o caso das APA-Es, Sociedade Pestalozzi e de tantas outras. De um lado, verificam-se iniciativas voltadas para a quebra de paradigmas na rede escolar de ensino e, de outro, constata-se a permanente preocupação com a construção de agendas afirmativas focadas em uma lógica de intensificação do princípio de uma só escola para todos (JONTIEN, 1990).

Importa dizer que a conexão Educação Especial/Educação Profissional passa obrigatoriamente pela apropriação e aplicação da idéia de educação inclusiva. Cabe às instituições educativas, desenvolver, a partir do marco legal existente e dos ordenamentos jurídicos disponíveis, propostas de organização Curricular da aprendizagem, viabilizar níveis e formas operacionais quanto ao conceito de educação inclusiva. Retomo a necessidade de centralizar todas essas questões no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola.

A organização escolar, nas suas diferentes formas de funcionamento – seja no ensino regular, seja em instituições educativas, não se pode perder de vista, o adequado gerenciamento na gestão de cursos e programas de Educação Profissional, o direito aos planos de trabalho do professor. Impõe-se a cada instituição educativa, trabalhar com um currículo flexível organizado, desenvolver práticas pedagógicas no campo da educação profissional permeável às mudanças do mercado de trabalho, valorizar a diversidade dos indivíduos detentores de singularidades cerebrais, mentais, psicológicas, afetivas, intelectuais, subjetivas, econômicas e culturais.

Dentro desta grande moldura, a Educação Profissional da Pessoa com Deficiência requer o (re) ordenamento da escola e de cada instituição edu-

cativa, mesmo que não ofereça ensino regular, no sentido de tornar toda a programação institucional inclusiva, circunstância que supõe rever, e (re) significar as áreas de gestão, os procedimentos adotados para desenvolver os cursos; currículos flexíveis; metodologias diferenciadas; docentes com formação inicial e continuada, avaliação com processos múltiplos e contínuos; recursos e técnicas adequados à clientela atendida; recursos financeiros para o financiamento de programas e projetos.

As definições para investimentos devem ser adequadas nas áreas físicas; na aquisição de material didático; capacitação de docentes, pessoal de apoio e equipamentos específicos para os cursos; produção de documentos técnicos e troca de experiências entre os participantes. A LDB (nº9394/1996) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atribui à Educação Profissional uma abrangência que se estende desde o reconhecimento do valor educativo do que se aprendeu na escola e no próprio ambiente de trabalho, até a possibilidade de expandir sua formação continuada. Considerando a legislação em vigor e as políticas de atenção à pessoa com deficiência para a formação e a colocação no mundo do trabalho, o Movimento Apaeano desde 1997, vem ampliando e estruturando seus programas de formação profissional,

O Programa de Educação Profissional da APAE de Santo Antônio da Patrulha, atende a educandos com deficiência intelectual e deficiência múltipla. Por tratar-se de escola especial e considerando a natureza dos educandos, as ações de Educação Profissional são realizadas de forma articulada, com metodologias diversas. As mesmas envolvem os ambientes de trabalho, possibilitando formas de qualificação diversificadas e compatíveis com os níveis de escolaridade. As condições de ingresso e desenvolvimento em programas de formação profissional, nos Níveis Básicos e de Aprendizagem, se dá a partir de 14 anos de idade, nas diversas modalidades de ensino, respeitando as possibilidades de absorção do tipo de mão-de-obra exigida pelo mercado de trabalho. Destina-se a educandos matriculados na Escola de Educação Especial e que é encaminhado pelo Conselho de Classe realizado semestralmente com a participação da equipe de apoio e, também, utilizá-se outros procedimentos durante o ano letivo. Aqueles educandos que têm condições de continuar sua vida escolar são encaminhados para a Rede Regular de Ensino com atendimento no turno inverso da escola.

4. Educação profissional nas apaes: conceitos adotados

Para garantir a compreensão adequada e uniforme dos conceitos aqui trabalhados ou adaptados, serão elencadas algumas definições necessárias:

- a) **Programa de aprendizagem:** É o conjunto de atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva, desenvolvidas no ambiente de trabalho (§ 4º artigo 428 da CLT). É um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e com prazo determinado, com duração máxima de 2 anos, em que o empregador se compromete assegurar ao adolescente com idade superior a 14 até os 18 anos e ao jovem a partir dos 18 até os 24 anos e pessoas com deficiência sem limite de idade, inscritos em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a esta formação (art. 428 da CLT).
- b) **Aprendiz:** É acima de quatorze e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. (artigo 2º do DECRETO Nº 5.598, DE 1/12/ 2005) Parágrafo único. A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica educandos com deficiência.
- c) **Habilidades Básicas:** têm por objetivo capacitar o educando para refletir, compreender e interpretar a realidade com autonomia para se comunicar, aprender a pensar e aprender a aprender e utilizando como ferramentas a leitura, a escrita (comunicação) e a matemática (raciocínio lógico). As habilidades básicas podem ser atendidas em uma ampla escala de atributos que partem de habilidades mais essenciais como ler, interpretar, calcular, até chegar ao desenvolvimento de funções cognitivas que propiciam o desenvolvimento de raciocínios mais elaborados.
- d) **Habilidades Específicas** têm a função de possibilitar ao educando o domínio de conhecimentos e práticas pertinentes à área

profissional do curso. Estão relacionadas ao trabalho e dizem respeito ao “saber fazer” e ao “saber ser”, exigidos por postos, profissões ou trabalhos em uma ou mais áreas correlatas. Conhecimento técnico e competências que garantem a empregabilidade polivalente e em longo prazo ao trabalhador.

- e) **Habilidades de Gestão** - visam capacitar o educando para atuar na sociedade e no processo produtivo com responsabilidade e de forma crítica e empreendedora. Para isso deve saber gerir o seu próprio tempo, assumir postura versátil, ter capacidade de decisão, responsabilizar-se por resultados e possuir visão ampla sobre organização de processos e produtos. Referem-se à capacidade de co-gerir o processo de trabalho, gerir o seu próprio tempo e as relações com os companheiros de trabalho e o chefe. Estão relacionadas às competências de auto-gestão de empreendimentos e ao trabalho em equipe. Envolve o desenvolvimento de competências para o exercício do trabalho autônomo, individual e em grupo e a familiaridade com procedimentos para a melhoria da qualidade e da produtividade.
- e) **Ética da Identidade** - centrada na constituição de competências que orientem o desenvolvimento da autonomia no gerenciamento da vida profissional e de seus itinerários de profissionalização, em condições de monitorar desempenhos, julgar competências, trabalhar em equipes, eleger e tomar decisões, discernir e prever resultados de distintas alternativas, propor e resolver problemas e desafios, bem como prevenir disfunções e corrigi-los. A Ética da Identidade supõe trabalho contínuo e permanente com os valores da competência, do mérito, da capacidade de fazer bem feito, em contraponto aos favoritismos, privilégios e discriminações de toda e qualquer ordem e espécie, fundamentados em testemunhos de solidariedade, responsabilidade, integridade e respeito ao bem comum.
- f) **Política da Igualdade** - encara a educação profissional na conjunção de dois direitos fundamentais do cidadão: à educação e ao trabalho, cujo exercício permite às pessoas proverem a sua própria subsistência e com isso alcançar dignidade, auto-respeito e reconhecimento social como seres produtivos. A Política da

Igualdade impõe à educação profissional a constituição de valores de mérito, competência e qualidade de resultados como os balizadores da competitividade no mercado de trabalho. Por outro lado, ela própria conduz à superação das várias formas de discriminação e de privilégios no âmbito do trabalho, bem como à ênfase nos valores da solidariedade, do trabalho em equipe, da responsabilidade e do respeito ao bem comum.

- g) **Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização** - conformam um princípio diretamente ligado ao grau de autonomia conquistado pela escola na concepção, elaboração, execução e avaliação do seu projeto pedagógico, fruto e instrumento de trabalho do conjunto dos seus agentes educacionais, de modo especial dos docentes. (LDB, art. 13 e 14) Este princípio se reflete na construção dos currículos em diferentes perspectivas, o que abre um horizonte de liberdade e, em contrapartida, de maior responsabilidade para a escola. Ao elaborar o seu plano de curso, cabe à Escola construir o respectivo currículo, estruturado em função do perfil profissional de conclusão que se deseja, conciliando as aspirações e demandas dos trabalhadores, dos empregadores e da sociedade. Esta flexibilidade permite à escola maior agilidade na proposição, atualização e incorporação de inovações, correções de rumos e adaptações às mudanças, o que implica numa organização do trabalho pedagógico de forma interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar.
- h) **Estética da Sensibilidade** - orienta para uma organização curricular de acordo com valores que fomentem a criatividade, o espírito inventivo e a liberdade de expressão, a curiosidade pelo inusitado e a afetividade, para facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviverem com o incerto, o imprevisível e o diferente. A estética está relacionada diretamente com os conceitos de qualidade e de respeito ao outro, o que implica no desenvolvimento de uma cultura do trabalho centrada no gosto pelo trabalho bem feito e acabado.

Segundo o Art. 4º da LDB, a Formação Profissional de Nível Básico (Inicial e Continuada) para Trabalhadores dá-se sem obrigato-

riedade de escolaridade, por ser modalidade de educação não-formal e duração variável. Destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitiam profissionalizar, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do educando, não estando sujeita à regulamentação curricular.

Os cursos oferecidos pelo Núcleo de Educação Profissional Básica “Dario Laureano da Cunha” está fundamentada pelas perspectivas teórico-educativas de Paulo Freire, Emilia Ferreiro, Piaget e Vygotsky.

A pedagogia freireana consolida uma proposta política pedagógica que elege educador e educando como sujeitos do processo de construção do conhecimento, mediatizados pelo mundo e comprometidos com a transformação social e a construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

Emília Ferreiro, que construiu o seu trabalho de pesquisa numa área mais específica a (escrita), em bases construtivistas, tem conseguido demonstrar os equívocos da escola em relação aos personagens do processo ensino aprendizagem (aluno, professor, objeto do conhecimento), a dinâmica que prepara esse processo e as variáveis que nelas interferem. Para a autora, a aprendizagem resulta da interação das estruturas do pensamento do aprendente com o meio que necessita ser apreendido.

Nessa mesma perspectiva, Piaget, também ressalta o valor da atividade do próprio sujeito como ponto de partida de toda aprendizagem. Mediante a atividade, são construídos e reconstruídos os esquemas utilizados pelo indivíduo para compreender e intervir sobre a realidade.

Por fim, a Teoria de Vygotsky traz uma importante contribuição para a educação na medida em que apresenta e investiga a formulação de alternativas no plano pedagógico, com foco na realidade sociocultural do sujeito. No caso do projeto em tela, o sujeito busca desenvolver aprendizagem, entendida como “o processo de construção e apropriação de conhecimentos”.

Tudo isso sem deixar de considerar que a formação profissional da pessoa com deficiência como forma de inclusão é, na visão da Organi-

zação Internacional do Trabalho (OIT), uma necessidade cuja satisfação se opera em dois níveis: de um lado, a questão mesma da complexidade do trabalho e, de outro, a adequada preparação do deficiente para que ele se sinta confortável no exercício de atividades laborais e, assim, se mantenha no emprego.

Para tanto, cada projeto nessa área deve considerar atividades que sejam economicamente rentáveis e que correspondem não somente às limitações das pessoas, mas também às suas aptidões e potencial produtivo. De fato, a questão do trabalho na área de deficiência mental é ampla e complexa, tanto no nível social mais abrangente, quanto nos níveis institucional, familiar e pessoal.

Também, são as próprias pessoas com deficiência que, como resposta ao atendimento recebido, solicita seu lugar no mundo do trabalho competitivo. Mas os modelos utilizados até então são estrangeiros ou partem de experiências próprias e se tornaram insuficientes. Surge assim, a necessidade de acrescentar serviços e programas, em especial no campo da educação profissional, incluindo a preparação para o trabalho, a qualificação para o trabalho e a colocação no mercado de trabalho.

Em síntese, é urgente rever conceitos e práticas. O atendimento clínico ou pedagógico não terá realmente alcançado seu objetivo se a pessoa com deficiência continuar excluída da sociedade sem a possibilidade de participar ativamente como um sujeito produtivo e sem a possibilidade de trabalhar.

Tendo como base o livro “Educação Profissional e Colocação no Trabalho junto à Pessoa com Deficiência”, publicado pela Federação Nacional das APAEs (Batista et al, 1997) e as participações no Curso Especial de Formação de Executores, realizado de 12 a 16 de dezembro de 1999, na cidade de Imbé/RS e no Seminário Regional do Trabalho e a Pessoa com Deficiência, com recursos do FAT, Projeto da Federação Nacional segundo as normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Organização Internacional do Trabalho (OIT), a APAE de Santo Antônio da Patrulha passou a operar sua proposta para Educação Profissional com foco nas Habilidades Básicas, de Gestão e nas Habilidades específicas, com a finalidade de incluir o deficiente no mercado de trabalho.

Além dessas referências legais, buscamos apoio, também, na Constituição Federal, cujo art. 7 proclama que “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social” (...) inciso XXXI “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência”.

Outras fontes legais têm-nos servido de orientação, quais sejam:

- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatutos da Criança e do Adolescente, art. 66 – Ao adolescente Portador de Deficiência é assegurado Trabalho Protegido.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seus artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: (...) em seu inciso IV “educação especial para o trabalho, visando à sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem a capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulações com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade nas áreas artística, intelectual ou psicomotora”. A pessoa com deficiência tem condições de escolher uma tarefa e de realizá-la com consciência e participação ativa, se estimulada à educação para tal.

Em relação ao tipo de trabalho que a pessoa com deficiência vai realizar com competência e possibilidade de uma realização profissional deve - se levar em consideração os procedimentos complementares com vista a adequação às necessidades diferenciadas desses direitos. Considerando-se as características peculiares da pessoa com deficiência, os cursos serão desenvolvidos de acordo com o tempo de resposta, exigindo acompanhamento personalizado por parte dos educadores. O processo educativo obedecerá à lógica do conhecimento significativo e não da produção, com vistas à preparação dessas pessoas para o uso pleno de sua cidadania.

Na fase de planejamento de ensino, os educadores estabelecem recursos e meios para que o conhecimento possa, sempre que possível, ser trabalhado em parcerias, de modo interdisciplinar e integrado.

Os conteúdos teóricos das Habilidades Básicas e de Gestão deverão representar sempre o universo da Habilidade Específica ensinada (pro-

fissão) para que o conhecimento adquirido enriqueça a percepção da habilidade profissional em desenvolvimento nas aulas práticas.

Os educadores desenvolvem seus planos de ensino utilizando-se de estratégias variadas, com foco na instrução e acompanhamento individual dos alunos.

É oferecida aos educadores, capacitação inicial nas diversas fases de planejamento de Ensino e serão acompanhados sistematicamente, no desenvolvimento curricular, garantindo-se o nível desejado de qualidade, atualização e bom desempenho.

Dando continuidade no processo educacional para os educandos acima de 15 anos que não apresentaram condições de acompanhar o programa de escolarização regular e/ou especializada desenvolve-se a Educação de Jovens e Adultos em concomitância com educação profissional e esta será oferecida em três etapas:

I – Preparação para o trabalho:

- a) Avaliação para o trabalho: enfatiza as potencialidades dos educandos e as suas condições de cidadão, sendo considerado elemento integrante de todas as etapas do processo da formação profissional. Objetiva intensificar as capacidades e habilidades; verificar os aspectos pessoais, sociais e profissionais; identificar habilidades psicomotoras, de comunicação, de vida diária, sociais e conceituais; direcionar e adequar os programas.
- b) Pré-Profissionalização:

Nessa fase é oferecido ao educando a possibilidade de participar de diferentes oficinas/cursos profissionalizantes, como artesanato, artes plásticas, auxiliar de cozinheiro, auxiliar de padeiro, informática, sabão e reciclagem de papel. Estabelece-se um tempo mínimo de permanência em cada uma, para que o educando possa definir as suas aspirações profissionais.

II – Qualificação para o Trabalho:

O programa de qualificação para o trabalho caracteriza-se pelo seu objetivo eminentemente qualificador da mão-de-obra da pessoa com deficiência para o emprego. O educando adquire habilidades específicas, as atividades desenvolvidas devem ser facilitadoras para a sua colocação no mundo do trabalho.

III – Colocação no Trabalho:

Trata-se da inclusão da pessoa com deficiência em algum tipo de atividade laborativa competitiva, sempre condizente com o potencial as condições físicas e as aspirações desta pessoa e também as disponibilidades existentes na comunidade, nela subentende-se que o educando já adquiriu a maioria dos comportamentos e conhecimentos para incluir no mundo do trabalho.

a) Estágio:

Os educandos, matriculados nos cursos profissionalizantes, deverão realizar estágio na comunidade, segundo o disposto na Lei nº 8859/94, para ampliação dos seus conhecimentos.

Para cada tipo de oficina a ser ensinada serão feitos os arranjos necessários, com os devidos layouts das oficinas, bem como discriminados e adquiridos os equipamentos necessários aos ambientes pedagógicos, laboratórios e outros.

O Núcleo de Educação Profissional Básica “Dario Laureano da Cunha”, é um espaço físico de 204.05m² construído com recursos da Rede Parceria Social (através de projetos e parcerias), onde foi equipado para oferecer cursos nas áreas de informática, auxiliar de cozinha, auxiliar de padeiro, artes plásticas, confecção de sabão, artesanato (as salas foram equipadas com recursos da Petrobras), reciclagem de papel com aquisição de uma máquina em parceria com o AMA (Associação Amigos do Meio Ambiente).

Durante décadas, a educação profissional e o trabalho no Brasil, voltados para pessoas com deficiência, foram orientados por paradigmas pouco exigentes tanto com a qualidade profissional como com a elevação do nível de escolaridade. Portanto, a educação profissional que era ofertada pelas instituições especializadas a essa população específica era muito mais caracterizada pelo aspecto ocupacional e assistência do que pela expectativa de promover o potencial laborativo e acadêmico desses cidadãos. Assim, a formação profissional ofertada costumava ser descontextualizada, distante da demanda do mercado de trabalho e norteadas por paradigmas pouco exigentes com a escolaridade e profissionalismo, uma vez que priorizava o “saber fazer” em detrimento de outros saberes exigidos pelo atual mundo de trabalho.

Na perspectiva da educação inclusiva, é necessário repensar essas práticas de forma a não só preparar essas pessoas para o trabalho pro-

duativo, mas também para disputar, em situação de igualdade, postos de trabalho ocupados por trabalhadores. Desta forma, as instituições que atuam na área da educação profissional e colocação no trabalho precisam ter coragem para desativar “guetos institucionais”, quando as condições dessas permitirem uma vida independente.

As diferentes aptidões, capacidades e potenciais dos educandos são requisitos essenciais para sua inserção em diferentes tipos de programas de formação. Algumas apresentam características para o mercado competitivo, outros têm melhor desempenho quando integram um programa de colocação apoiado e autônomo, existem, ainda, aqueles que, devido a um grau maior de comprometimento intelectual e/ou idade avançada, não é indicada para ingressar no mundo do trabalho.

As inovações na legislação que asseguram os direitos das pessoas com deficiência ao trabalho têm aberto diferentes portas de acesso e permanência no trabalho, incluindo formas alternativas que favorecem tanto as pessoas com comprometimentos leves, que podem ascender ao diversificado e restrito mercado competitivo, quando os que, devido a comprometimentos mais significativos, necessitam de apoio permanente na sua prática profissional.

Diante dessa nova perspectiva, o programa de educação profissional e trabalho buscam, em sua terceira etapa, a inserção do educando em atividades laborativas, considerando suas condições físicas, aspirações pessoais, nível de escolaridade e de qualificação profissional, assim como as possibilidades de colocação existentes na comunidade.

O emprego competitivo aberto ou tradicional em empresas ou órgãos públicos, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, independe de adoção de procedimentos especiais para a sua concretização, não sendo, mesmo assim, excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais. Nesse sentido, os educandos qualificados que apresentam desempenho para inserção no mercado formal devem ser encaminhados e acompanhados pelos profissionais da instituição até a contratação ser efetivada.

As empresas, por sua vez, devem promover a acessibilidade, eliminando todos os tipos de barreira: no ambiente de trabalho, na relação entre colegas, na empregabilidade, na metodologia, no instrumental, na legislação, na comunicação e na arquitetura.

Individual – é emprego exercido individualmente em empresas de pequeno, médio ou grande porte, com apoio do treinador de trabalho.

Enclave – é um pequeno grupo de até oito pessoas com deficiência de níveis significados, mas que não apresentam severos comprometimentos intelectuais e múltiplos quando trabalhando juntas em uma única empresa comercial ou industrial de grande porte, sob a supervisão e contratação da própria empresa.

Equipe móvel – são grupos de trabalho móveis que prestam serviços à comunidade. A melhor forma de viabilizar esta modalidade é a constituição de cooperativa com o envolvimento de familiares.

O trabalho autônomo, em todas as suas modalidades (individual, cooperativa, indústria caseira e microempresa) é mais uma alternativa de geração de trabalho e renda para pessoas com deficiência e familiares. Neste caso, torna-se necessário envolver familiares no processo de qualificação profissional, na perspectiva de buscar portas de saída para a inserção no mundo do trabalho, principalmente em municípios onde o índice de emprego é significativamente baixo. O trabalho autônomo nasce de uma necessidade de uma ou mais pessoas.

Considerações Finais

Baseada nos dados empíricos da pesquisa realizada sobre trabalho para pessoas com deficiência, constatamos a importância de estudo e pesquisa de demandas de serviços e produtos antes da implantação ou constituição desse tipo de empreendimento. Esta alternativa de colocação profissional requer a intermediação da instituição em todas as etapas que envolvem a sua constituição.

A metodologia utilizada: inscrição dos educandos interessados, levando-se em consideração as aptidões de cada um, conforme avaliação técnica; execução dos cursos realizada por professores/instrutores desenvolvendo atividades de habilidades básicas, habilidades específicas e de gestão; acompanhamento e encaminhamento para inserção no mercado de trabalho, considerando as condições dos educandos; o curso é desenvolvido durante um ano com carga horária de 04 horas semanais. As habilidades serão desenvolvidas utilizando a Cartilha de Habilidades Básicas e de Gestão, publicação da Federação Nacional das APAEs em

parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, que tem por objetivo apoiar os adolescentes e adultos com deficiência no mundo do trabalho por meio de Programação de Educação Profissional.

Os educandos matriculados terão obrigatoriedade de frequência nos dias letivos, seguindo o calendário escolar. A frequência é registrada em caderneta, devendo ser igual ou superior a 75% da carga horária prevista para o Curso, a certificação será de forma informal, considerando que a instituição não possui habilitação legal para oferecer certificação. Serão consideradas faltas justificadas aquelas por motivo de saúde, mediante apresentação de atestado médico, contudo a falta continua apontada.

O desenvolvimento do processo de educação profissional requer a observância não só dos objetivos, da metodologia e dos conteúdos, mas também dos princípios norteadores, que são atitudes e posturas indispensáveis ao seu êxito.

É de extrema importância que a unidade escolar promova, entre todos os seus funcionários, possibilidades de conhecer e discutir esses princípios, pois assim estará oportunizando a receptividade, a presteza e demais condições necessárias para desenvolver o programa.

Considerando que a avaliação é sistemática, contínua e integral, o educando deve ser avaliado ao longo da execução das atividades desenvolvidas. Tal avaliação tem por objetivo principal identificar o quanto cada etapa do programa está trazendo benefícios ao educando.

Os dados levantados pela avaliação permitem a retro alimentação do plano para melhor atender às necessidades e potencialidades do educando. Por outro lado, a avaliação contínua propiciará o aprimoramento do processo de educação profissional.

Serão avaliadas quantitativamente pelo número de presenças nas atividades e qualitativamente nas atividades de responsabilidade, pontualidade, conscientização de suas obrigações, rotina e as tarefas que lhe são solicitadas. A evolução dos cursos, de todo o processo, será avaliada pela equipe de profissionais, pelos participantes dos cursos (pessoas com deficiência e familiares), e caberá ao coordenador técnico coletar estes dados tais como: questionários, discussões em grupos, entrevistas, fichas individuais, observação informal, etc. Será organizado um portfólio com toda esta documentação.

Na aquisição das Habilidades Específicas a recuperação será imediata, logo após a verificação de desempenho do aluno em cada operação. Hoje é consenso oferecer condições de responsabilidade da sociedade com os programas desenvolvidos pelas APAES de Educação Profissional. Oportuniza-se a capacitação para o mercado de trabalho, estimulando sua participação formal e informal.

Estes programas desenvolvem as habilidades básicas, específicas e de gestão possibilitando, uma vida independente, produtiva, conseqüentemente, o aumento de sua auto-estima e sua inclusão social, participando com sua família em atividades que possam ser realizadas individualmente ou em grupos (cooperativas).

Concluindo, enfatizamos que somos seres em constante aprendizagem. A área da deficiência é complexa e difícil de ser atendida, porém, com o suporte da equipe técnica da instituição nas áreas de saúde e educação e a constante busca de capacitação dos dirigentes da equipe de apoio, temos a certeza que este trabalho terá pleno êxito.

Referências Bibliográficas

- BATISTA, Cristina Abranches Mota *et al.* *Inclusão dá trabalho*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000.
- BATISTA, Cristina *et.al.* *Educação Profissional e Colocação no Trabalho: uma proposta de trabalho junto a Pessoas Portadoras de Deficiência*. Brasília: Federação Nacional das APAES.
- BRASIL. *Constituição Federal Brasileira*. Brasília: Senado Federal, 1989.
- BRASIL. CORDE (Conselho Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência). *Oportunidades de Trabalho para Portadores de Deficiência*. Brasília, 1994.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – A experiência para Pessoas Portadoras de Deficiência*. Brasília.
- Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Centro de Documentação e informação: Coordenação de Publicações Brasília, 1994.
- Lei nº 8.069, 13/07/90. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.
- Mazotta, Marcos José Silveira. *Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas*, 2º Edição. São Paulo: Cortez,1999.

Turismo Rural - uma possibilidade solidária

Claudia Ribeiro Köhler¹ e Heron Dênis Leite²

RESUMO

O texto aborda alguns aspectos de um grupo informal que pretende desenvolver o Turismo Rural no município de Bom Retiro do Sul. O Turismo Rural é considerado uma alternativa de renda através de uma atividade diferenciada das atividades agrícolas tradicionais e uma alternativa de convivência rural para quem vive nos grandes centros urbanos. Nosso olhar está direcionado para a forma como esses aspectos vêm sendo desenvolvidos no contexto do município de Bom Retiro do Sul e as contradições apresentadas.

¹ Professora, Mestre em Educação.

² Integrante do Grupo de Turismo Rural do município de Bom Retiro do Sul

I. Aspectos Históricos de Bom Retiro do Sul

A ocupação das terras onde hoje está localizado o município de Bom Retiro do Sul está ligada ao início da propriedade privada da terra no Rio Grande do Sul, que ocorreu através da doação governamental de terras, as Sesmarias. Estas terras foram divididas por volta de 1760, dando origem a fazendas. Conta a lenda que o grande senhor delimitou o território de suas fazendas de acordo com a resistência de seu cavalo. Saiu do rio galopando e enquanto o animal resistiu, ele expandiu seus limites. Neste período a vida social girava em torno das festas nas fazendas, muitas para homenagear seus proprietários. Durante o dia ocorriam churrasqueadas, corridas de cavalo, caçadas, pescarias, jogos familiares, rodas de chimarrão. Mas a noite revelava as diferenças sociais. Nos bailes realizados na casa da fazenda participavam os brancos, os negros realizavam rituais ligados ao candomblé. Com o desenvolvimento do povoado outras formas de lazer foram sendo desenvolvidas, sociedades, agremiações, Centros de Tradição Gaúcha, clube de tiro, futebol, cinema e bailes. Essas atividades sociais, especialmente os bailes e o cinema tornaram Bom Retiro do Sul, referência regional.

Bom Retiro do Sul viveu um novo estágio de desenvolvimento, a partir de 1887, com a formação do povoado. Neste período foi vendida a primeira colônia de terra e novas relações de produção começaram a se desenvolver, especialmente com a elevação do povoado à categoria de distrito, no ano de 1895. Naquela época, começaram a chegar ao povoado os alemães e italianos, mas não houve imigração direta. Os novos habitantes desenvolviam diferentes ofícios, são carpinteiros, pedreiros, padeiro, agricultores, comerciantes, marceneiros, alfaiate, pequenos industriários, funileiros, professor. Alguns são proprietários de seus próprios instrumentos de trabalho, outros já estão sujeitos a extração da mais-valia nas pequenas empresas que foram estabelecidas (a primeira indústria foi uma refinaria de banha, em 1894). O trapiche comercial foi o propulsor do desenvolvimento do povoado, era através do porto que a produção regional era escoada. A companhia de navegação era ligada ao grupo Arnt o qual tinha diversas embarcações de pequeno porte. Esse grupo também pôs a flutuar no Rio Taquari (1913/1914) o primeiro barco a vapor de passageiros.

As relações econômicas e sociais dos últimos trinta anos, expressas na política de desenvolvimento do município, estão direcionadas para a forma de trabalho coletivo nas empresas e o assistencialismo, na área social. Em relação ao potencial natural do município, há indiferença. Identificamos investimentos públicos na indústria totalmente alinhados ao modo de produção capitalista, com a separação do produtor dos seus instrumentos de trabalho e das demais condições necessárias ao desenvolvimento do trabalho e o pertencimento disto tudo ao apropriador.

2. O Grupo do Turismo Rural

Nesse contexto, um grupo de pessoas que dispõe de meios para a produção material de sua existência e que, também faz da sua força de trabalho um meio de sobrevivência, está se organizando. Pessoas que não estão empregadas diretamente pelo capital, nem são, em sua maioria, empregadoras. O desenvolvimento de um programa de turismo rural em Bom Retiro do Sul, em parceria com o SENAR, foi uma iniciativa da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer e da Coordenadoria Municipal da Mulher.

As inquietações que levaram à busca do desenvolvimento de um programa de turismo rural se referem a insatisfação, especialmente dos jovens, com relação a aspectos de sua vida e de seu trabalho profissional. Essa insatisfação, que muitas vezes é expressa, materializada na linguagem ou em ações, foi percebida junto aos estudantes do ensino médio de uma escola pública do município. As inquietações levaram a discussões provocadas pelo Grêmio Estudantil da escola e à busca de alternativas. Uma das alternativas proposta foi a valorização do potencial turístico do município, especialmente em seus aspectos históricos e naturais. A proposta gerada por jovens, no interior de uma escola de ensino médio, começou a se concretizar no ano de 2009, não pelo grupo de jovens que a idealizou, mas por um grupo de empreendedores, em sua maioria aposentados, que têm propriedades com potencial para o desenvolvimento do turismo; outros que se dedicam ao processamento de alimentos (conservas, doces, pães, cucas) ou ao artesanato e que querem agregar valor aos seus produtos ou propriedades e aumentar a renda familiar.

O grupo de turismo rural, como é autodenominado, é um grupo informal que está em desenvolvimento no seio de políticas públicas (formal) que privilegiam relações de trabalho voltadas para a economia capitalista, na qual "...o capital emprega o trabalho.." (CORAGGIO, 2003) como vimos na abordagem inicial. Participar de um grupo informal desenvolve a observação do que está aparentemente oculto. Por trás do que é oficial existe toda uma teia de relações, interesses e objetivos que o grupo informal possibilita conhecer. E isso permite a construção de mapas alternativos de possibilidades que o grupo oferece e que permite outras interpretações da realidade atual, talvez mais necessárias à sobrevivência e condizentes com os desejos dos proponentes. Paul Willis menciona: "O grupo também fornece contatos que possibilitam que o indivíduo trace mapas alternativos da realidade social, ele dá os elementos de informação para que o indivíduo descubra por si mesmo que é que movimenta as coisas" (WILLIS, 1991:37).

Entendemos que estamos diante de uma contradição no que se relaciona ao projeto de desenvolvimento municipal. Como vimos, ele está voltado para as relações onde o capital emprega o trabalho e o grupo que se organiza propõe uma relação na qual o trabalho seja fortalecido pelo emprego do capital. Nesta perspectiva analisamos a política do microcrédito. Através de parceria entre o governo municipal e o governo estadual/RS, foram construídas as condições para desenvolvimento do microcrédito no município de Bom Retiro do Sul, mas os recursos a serem disponibilizados pelo governo municipal não foram depositados, inviabilizando o acesso a esta forma de crédito. Esta não priorização da política de microcrédito é um indicativo de que não há articulação dos interesses do grupo com a política de desenvolvimento municipal.

As propostas do grupo para o desenvolvimento do Turismo Rural apontam para atividades simples, muito próximas a realidade das fazendas, as quais mencionamos no início do artigo. Isto indica que os meios de trabalho que o grupo pretende utilizar são aqueles oferecidos pela natureza: rios, arroios, estradas, mata e a própria terra, tendo presente a distinção entre as diferentes épocas e os instrumentos de trabalho utilizados em cada uma. Outro aspecto que tende a trazer

mais riqueza à proposta do grupo é a análise das condições sociais em que o trabalho no meio rural de Bom Retiro do Sul foi sendo realizado no decorrer de sua história. Aspectos como este ampliam as possibilidades de trazer visitantes para o local, pois integra aqueles que buscam um dia ou um final-de-semana de vivência rural àqueles que buscam conhecimento histórico. Outro aspecto em estudo no município é a riqueza arqueológica local que está servindo de base a várias pesquisas de universidades.

O grupo ao qual nos referimos iniciou, através de um processo de formação no qual foram analisados o potencial de cada propriedade rural, os investimentos necessários para melhorias, a preparação de algumas propriedades através de trabalho de campo, o acolhimento ao visitante na propriedade rural, culinária, segurança do visitante, noções de economia e divulgação.

A partir da formação houve o desafio de conhecer a realidade na perspectiva de conhecimento dos avanços tecnológicos e a organização política e social da sociedade em que vivemos. Neste momento começou a ser desenvolvida a relação com a Associação para o Desenvolvimento de Alternativas de Trabalho e Renda Auto- Sustentáveis - ATRAS que incentivou o grupo a participar do 1º Fórum Social e 1ª Feira Mundial de Economia Solidária na cidade de Santa Maria (2010). A ATRAS vem se colocando como uma entidade de apoio ao grupo acolhendo os empreendedores e seus empreendimentos enquanto associação³, auxiliando na organização de forma solidária.

Na forma atual de organização do grupo de turismo rural, as atividades econômicas desenvolvidas estão relacionadas com a produção de bens e a prestação de serviços. Destacamos, principalmente, o sistema de trocas solidárias que ocorre através do abastecimento dos empreendimentos rurais, através da troca de produtos desenvolvidos por outros empreendedores, especialmente doces, bolos, compotas, conservas.

³ Segundo dados do SIES 52% dos empreendimentos no Brasil se organizam em forma de associação e 36% como grupo informal. Já no Rio Grande do Sul o percentual de grupos informais aumenta em relação as associações. Grupo informal 49% e associações 28%.

3. A Proposta de Turismo Rural e a Economia Solidária

Nosso olhar sobre o grupo de turismo rural constituído no município de Bom Retiro do Sul está sendo desenvolvido na perspectiva da Economia Solidária. Conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma de autogestão⁴.

Embasamos nossa análise nos critérios utilizados para fazer o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, que segundo o SIES, são organizações coletivas e suprafamiliares, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, redes de troca, etc, cujos participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades e a divisão dos resultados.

Segundo Wolff, (2005) “O desenvolvimento da economia solidária depende de um conjunto de condições que estão estreitamente relacionadas ao dinamismo das organizações sociais, ao apoio do poder público, à capacidade de captação de recursos e à estrutura econômica e ao mercado local”. (WOLFF, 2005:25)

Wolff (2005) salienta o apoio do poder público. Em se tratando de turismo rural o poder público desenvolve papel decisivo com relação a estrutura de estradas de acesso aos empreendimentos, de firmar parcerias com outros órgãos, de definir a rota turística e sua articulação regional e estadual, desenvolvimento de política pública voltada para o setor e desenvolver junto a população local a cultura do acolhimento e da preservação ambiental, histórica e de infraestrutura.

A capacidade de captar recursos requer parcerias, no caso em discussão, elas se dão especialmente com o poder público municipal através do resgate de uma atividade social que muito movimentou Bom Retiro do Sul na primeira metade do século passado, o cinema. A possibilidade de manter uma sala de cinema no município de Bom Retiro do Sul, no Bairro Centro Cidade Baixa, onde iniciou a formação do povoado foi possível através do projeto do Governo Federal Cine

⁴SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Economia Solidária- Mapeamento Rio Grande do Sul. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária., p 13.

Mais Cultura. Outro projeto de revitalização do bairro está ligado com a recuperação da orla do rio Taquari, o chamado Corredor Ecológico que é uma ação do Ministério Público que visa a preservação da área junto as margens dos rios. Dentro deste trabalho, o município de Bom Retiro do Sul, conhecido como o Pesqueiro do Vale, terá uma praça, com recurso destinado pelo Governo Federal, através de emenda parlamentar. Esta praça será construída junto ao antigo trapiche, propulsor, como já vimos, do desenvolvimento do município.

Identificamos, com relação ao governo municipal, ações isoladas que contribuem para o desenvolvimento da proposta do grupo de turismo rural, mas que se apresentam como fios isolados e multicores que precisam ser tecidos pelo grupo que busca uma alternativa de desenvolvimento para o município de Bom Retiro do Sul.

Nesse sentido, o grupo está sendo propositivo quanto à inclusão de elementos da Economia Solidária no projeto de desenvolvimento local. A economia solidária é baseada nos princípios da solidariedade, não deve haver discriminação, exploração e hierarquias; a sustentabilidade é preponderante. O trabalho precisa ser ecologicamente correto, sem agredir o meio ambiente; a distribuição dos excedentes e a colaboração com outros empreendimentos, para que haja crescimento conjunto, fazem parte destes princípios.

Na perspectiva anterior a ATRAS, enquanto entidade de apoio, pretende desafiar o grupo a superar coletivamente os problemas enfrentados pelos empreendimentos, identificar potencialidades e fortalecer a integração. Uma proposta seria a formação de uma rede de cooperação produtiva local⁵ voltada ao desenvolvimento do turismo levando tanto a potencialização dos empreendimentos já envolvidos como ao desenvolvimento de outros empreendimentos relacionados ao setor como restaurantes, hotéis e pousadas. Isto levaria a “pensar a economia solidária como uma comunidade inteira e não somente pequenos grupos isolados” (SIES:15). Para isto é necessário conhecer a cadeia produtiva local para criar a conexão entre o que é produzido no

⁵ A economia solidária é um trabalho cooperativo, associativo e em rede, tanto interno ao empreendimento quanto externo, na relação com outros empreendimentos. (SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Economia Solidária- Mapeamento Rio Grande do Sul. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária., p 07.

município e o que é comercializado e consumido nos empreendimentos que pretendem receber visitantes e isto se refere também aos serviços disponíveis na comunidade. Uma cadeia produtiva implica no:

...conjunto de etapas entre todas as atividades, desde a produção até o consumo de um bem ou serviço. Isto inclui um processo que parte das matérias-primas, passa pelo uso de máquinas e equipamentos, pela incorporação de produtos intermediários, até o produto final, que é distribuído por uma vasta rede de comercialização. São estes os elos que formam, de maneira geral, uma cadeia produtiva. O estudo das cadeias permite o reconhecimento de oportunidades para o empreendimento dentro do mercado e de oportunidades para que ele consiga vender seu produto ou serviço (SIES: 33).

O que mencionamos implica em um processo de desenvolvimento local contínuo. Exemplificamos mencionando as compotas de doces e conservas de pepino, rabanete... A matéria-prima é produzida em diversas propriedades rurais do município e a sua transformação é feita pela própria família ou por pessoas que compram o produto do agricultor e o transformam. Identificamos também restaurantes comprando produtos industrializados em redes de supermercado. Conhecer, potencializar e interligar a cadeia produtiva do município pode ser um papel desempenhado pela instituição de apoio que pode potencializar a relação com o poder público no sentido de desenvolver a agroindústria.

Considerações Finais

Concordamos com Wolff (2005) que tanto a organização como a implementação de uma política que incentive o desenvolvimento da economia solidária passa pela articulação com o projeto de desenvolvimento municipal e regional. Diante disto identificamos e já mencionamos uma contradição entre a proposta do grupo do Turismo Rural, voltada para o trabalho e valorização do associativismo, da cooperação, e do desenvolvimento conjunto e o projeto de desenvolvimento do município de Bom Retiro do Sul, voltada especialmente para a

lógica do emprego do trabalhador e sua separação do produto do seu trabalho. Na economia solidária, o ponto central é o trabalhador e sua subsistência, e não o capital e o trabalho destinado ao lucro de outro (SIES: 33). Isso aponta para a possibilidade de trabalhar nas brechas do sistema e pautar o desenvolvimento sustentável e solidário como um dos princípios do plano de desenvolvimento municipal. Pensar solidariamente uma comunidade e não apenas empreendimentos solidários, tendo como desafio o conhecimento da cadeia produtiva local e a formação de redes de cooperação produtivas, potencializa a organização municipal que pretende se inscrever nos paradigmas da cidade educadora, participativa e justa.

Referências

- CORAGGIO, 2003 apud SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Economia Solidária- Mapeamento Rio Grande do Sul. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária
- SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Economia Solidária- Mapeamento Rio Grande do Sul. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária.
- WILLIS, Paul. **Aprendendo a Ser Trabalhador**. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1991.
- WOLFF, Maria, Eunice. Desenvolvimento Local e a Economia Popular e Solidária: uma política para todos. In BARROS, Amália Bécia Martins de /e/ outros. Fios e Tramas da Economia Solidária – Porto Alegre: IPPOA – Instituto Popular Porto Alegre, 2005.



Uma Experiência de Organização de Catadores: Trabalho e Preservação Ambiental

Elizandra Cristiane Pinheiro da Silva¹, Fabio Roberto Moraes Lemes²,
Pedro Carlos Rasia³ e Luciana Schreiber Baldissera⁴

RESUMO

Este artigo sistematiza e discute a experiência e contribuições socioambientais de uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ACATA), de Ijuí/RS, assessorada por uma equipe multidisciplinar da Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social (ITECSOL), por meio de um projeto de Extensão Universitária da Unijuí apoiado pelo Proninc/MCT/FINEP, CNPq, AVESOL e Instituto/Fundação Vonpar. O desenvolvimento da associação é resultado de um processo em que uma parcela de catadores passa a assumir um papel de empoderamento social, ao passo que a sociedade civil organizada no município também começa a exigir melhor tratamento aos resíduos sólidos. Estas caminhadas levam a municipalidade a implantar a coleta seletiva ao mesmo tempo que outras associações de catadores se desenvolvem e a ACATA passa a ser efetivamente um Empreendimento de caráter Econômico, além de solidário. Este tipo de organização, que busca gerar renda e ao mesmo tempo contribui no reaproveitamento de materiais recicláveis é uma importante base de apoio para a construção de políticas públicas visando o enfrentamento da problemática socioambiental.

Palavras-chave: Experiências Sociambientais. Coleta Seletiva. Catadores. Economia Solidária.

¹ Graduada em História pela Unijuí, Técnica integrante do Projeto Organização Cooperada e Solidária apoiado pelo CNPq e colaboradora da ITECSOL - elizandra.pdsilva@gmail.com

² Economista e Mestre em Desenvolvimento pela Unijuí, Professor Universitário na FEMA e FAHOR e colaborador da ITECSOL – lemescst@yahoo.com.br

³ Administrador, Mestre em Administração e Extensionista da ITECSOL – pcrasia@unijui.edu.br

⁴ Graduada em Serviço Social pela Unijuí e funcionária da Prefeitura Municipal de Ijuí - luciana.baldissera@unijui.edu.br

Introdução

O presente artigo é um esforço de um grupo de extensionista da Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social da Unijuí (ITECSOL), de sistematizar, na forma de estudo de caso, a rica experiência de incubação com um grupo de catadores que constituíram uma Associação e se integraram no processo de coleta seletiva em implantação em Ijuí, no Noroeste gaúcho.

A ITECSOL é um projeto de extensão da Unijuí, que conta com apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativismo Popular (Proninc), com recursos oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia (FINEP/MCT), além de outros projetos pontuais e parcerias. Atua articulada com o Fórum Regional de Economia Solidária, participando das instancias estaduais e nacionais do movimento de economia solidária.

O artigo concentra-se na descrição e análise dos principais momentos da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí, a ACATA e da importância desta frente a alguns desafios socioambientais em especial por sua inserção no processo de coleta seletiva em implantação em Ijuí.

O texto está organizado em quatro partes, sendo que o primeiro discute o desenvolvimento socioambiental e a economia solidária, seguida da discussão sobre a questão do lixo em Ijuí/RS. Após, apresenta-se a experiência da ACATA Ijuí e culmina com as Contribuições da ACATA na questão socioambiental.

I. Desenvolvimento e Economia Solidária

Apresenta-se e discute-se a emergência socioambiental neste limiar do terceiro milênio e a inserção e contribuições do movimento e dos Empreendimentos de Economia Solidária nesta problemática.

1.1 Desenvolvimento Socioambiental

A teoria de Gaia, formulada pelo cientista britânico James Lovelock, apresenta os condicionantes que se impõe à existência da vida no planeta. Segundo Lovelock (2006), Gaia é um invólucro esférico

fino de matéria que cerca um interior incandescente. Começa onde as rochas crustais encontram o magma do interior quente da terra, uns 160 quilômetros abaixo da superfície e avança outros 160 quilômetros para fora através do oceano e ar até a ainda mais quente termosfera, na fronteira com o espaço. Inclui a biosfera e é um sistema fisiológico dinâmico que vem mantendo nosso planeta apto para a vida há mais de três bilhões de anos.

Esta hipótese vê a biosfera como um sistema de controle ativo e adaptativo capaz de manter a terra em homeostase, que é a propriedade dos sistemas abertos, em especial os seres vivos, de regular o seu ambiente interno de modo a manter uma condição estável, mediante múltiplos ajustes de equilíbrio dinâmico controlados por mecanismos de regulação inter-relacionados.

Para o autor, existe um processo quase irreversível de interferência neste equilíbrio dinâmico. Afirma que não se poderá reverter o processo de interferência em Gaia sem considerar os problemas sociais que afligem a civilização. Os problemas ambientais causados pela ação humana são conseqüências da busca por maior riqueza que, em tese, permitiria maior qualidade de vida a todos – ou o desenvolvimento, em sentido amplo.

Apesar das conseqüências para Gaia, e do nível de progresso e desenvolvimento que certos setores da sociedade já atingiram, dificilmente, porém, poder-se-ia dizer que a crise ambiental é resultado do desenvolvimento da sociedade. Ao contrário, partindo-se da visão marxista de István Mészáros, poder-se-ia atribuir a interferência humana danosa no sistema Terra e a situação de pobreza em que vivem mais de 4 bilhões de seres humanos ao

[...] caráter crescentemente destrutivo da produção capitalista, a intensificação da obsolescência planejada, a cada vez mais intensa perdularidade do capital no trato dos recursos naturais e humanos [que] se chocam, de modo escandaloso, com o fato de sermos uma humanidade finita, que habita um planeta finito, com recursos e com um equilíbrio ecológico cada vez mais ameaçado. É inconcebível que possamos, ad infinitum, desconsiderar os limites planetários e sociais à expansão da produção e do consumo

e, por tabela e com urgência ainda maior, que possamos considerar a perdularidade do atual modo de produção (LESSA, 2007, p. 155-156).

José Eli da Veiga (2007) afirma que seria incorreto pensar que na atualidade um forte crescimento econômico não seja fundamental, principalmente em países periféricos, porém, entende como imprópria a relação que se costuma fazer entre lentidão de crescimento e ausência de desenvolvimento.

Na obra *A emergência socioambiental*, Veiga (2007) formula uma crítica à forma de mensurar a riqueza, entendendo que apesar do Produto Interno Bruto (PIB) ser aceito como a melhor medida de crescimento econômico e da veneração do axioma de que a distribuição de renda é o melhor indicador da desigualdade social, justamente por serem duas idéias tão simples e “tão marteladas”, que até parece “maluquice constatá-las”. Para o autor, “a verdade é que são obsoletas e só sobrevivem porque a inércia institucional é fenômeno incontornável” (p. 31).

O cálculo do PIB não inclui a depreciação de importantes ativos, de forma que não existe maneira mais fácil de aumentar o PIB do que a depredação de recursos humanos e naturais. Com superexploração do trabalho e/ou da natureza, ele só aumenta, ao mesmo tempo em que diminuem as riquezas verdadeiras. Portanto, o PIB é na verdade um falso indicador da própria riqueza (VEIGA, 2007).

A distribuição da renda, para o autor, não reflete necessariamente a desigualdade de acesso à saúde e à educação, que são verdadeiramente as duas condições *sine qua non* do acesso às demais dimensões do desenvolvimento. Portanto aceitar o PIB como medida da riqueza e o axioma da distribuição de renda acarreta em

[...] sérios problemas cognitivos que dificultam o próprio entendimento das três provas do triatlo do desenvolvimento, pois o dinamismo econômico não pode ser resumido ao aumento do PIB, o acesso aos bens sociais não pode ser reduzido a uma questão de distribuição de renda, e a educação de qualidade não pode ser desligada da popularização da ciência (VEIGA, 2007, p. 35).

O maior problema, para o autor, no entanto, não está nas precariedades e heterogeneidades das classificações inerentes aos cálculos do PIB e, sim, nos fundamentos éticos da contabilidade social que lhe servem de base. Qualquer estudante de economia, logo nas disciplinas iniciais é levado a entender que casamentos de empregados domésticos com patrões reduzem o PIB de um país. Seria cômico, se não fosse trágico, pois as mesmas formulações que levam a esta situação, aplicam-se à produção de “bens militares duráveis e, sobretudo, os armamentos de destruição, que são tratados como investimento produtivo ou como consumo corrente” (VEIGA, 2007, p. 36). Mesmo que de forma simplista, é fácil entender o papel da invasão ao Iraque para a economia dos EUA, ao menos a economia expressa no PIB.

Esta contradição faz com que muitos setores, sobretudo o empresarial, adotem posturas retrógradas, nos países latino-americanos e em outras economias subordinadas, pois a adoção de instituições para a proteção do meio ambiente, a fiscalização das condições de trabalho, o respeito aos direitos humanos e a prevenção de acidentes de trabalho fazem com que estes países exibam menor desempenho econômico, se medido pelo PIB. Tudo que atrapalhe o crescimento é entendido como um empecilho ao desenvolvimento. Logo, porque leis trabalhistas como jornada de 44 horas semanais? Porque licenças ambientais? Se tudo isso impede o progresso e o desenvolvimento?

Para Veiga, ao “se interessar apenas por fluxos, o PIB fecha os olhos para a depreciação de cruciais estoques, como os de recursos naturais. Enquanto um país estiver devastando sem piedade suas florestas nativas, o PIB dará um *show* de crescimento” (2007, p. 41).

As questões ambientais hoje se traduzem na definição de um novo padrão de produção, que permita manter a civilização (que já é composta por 6,5 bilhões de pessoas), respeitando as demais formas de vida no planeta. Para isso é fundamental a utilização de novas fontes energéticas, que não só diminuam, mas revertam (ao menos em longo prazo) os processos de aquecimento globais causados pela humanidade.

Do ponto de vista social, o maior desafio é tornar a riqueza gerada na sociedade de fato um instrumento para que os mais de quatro bilhões de pessoas excluídas das condições elementares de vida moderna possam usufruir destas conquistas. Ou seja, um modelo de desenvolvimento glo-

bal, com menos assimetrias, tanto entre “sul” e “norte” como entre as ilhas de riqueza em meio aos oceanos de pobreza mundo afora.

Aparentemente há uma contradição entre os dois maiores desafios impostos à civilização neste início de terceiro milênio “cristão”. Veiga (2007) propõe uma interpretação dialética do problema, expresso na formulação “socioambiental” que consiste na “[...] inevitável necessidade de procurar *compatibilizar* as atividades humanas em geral – e o crescimento econômico em particular – com a manutenção de suas bases naturais, particularmente com a conservação ecossistêmica” (VEIGA, 2007, p. 91).

Necessita-se, portanto, de uma matriz energética com capacidade de sustentar as demandas econômicas e sociais, e ao mesmo tempo, um modelo de desenvolvimento que supere a periculosidade do modelo capitalista de desenvolvimento. A formulação atual que costuma representar esta superação é o desenvolvimento sustentável, que segundo a sua definição clássica, formulada pela Comissão Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que resultou no Relatório Brundtland, seria “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (1987, p. 9).

Concretamente essa comissão propunha segundo Molina (2006) as seguintes diretrizes: limitações do crescimento populacional; garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) em longo prazo; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis; aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas; controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores; atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradia).

José Eli da Veiga (2007) apresenta o conceito de desenvolvimento socioambiental para superar as contradições entre as necessidades sociais e os limites ambientais. No campo social, mesmo fazendo uma crítica ao conceito de crescimento econômico, expresso no PIB, não nega a necessidade de aumento da riqueza na sociedade, sobretudo naquelas onde as demandas sociais são mais elevadas. Afirma, no entanto, que este crescimento, mesmo com distribuição de renda, não é

sustentável. Neste sentido, explicita que “no contexto do século XXI, o mais importante de todos [os alvos prioritários] só pode ser a construção de um profícuo sistema de ciência, tecnologia e inovação (CT&I)” (2007, p. 24), pois a sustentabilidade ambiental de qualquer estilo de crescimento econômico depende de descobertas científicas, novas tecnologias e conseqüentes inovações que dêem bases ao modelo. Sem os impactos inovadores de um poderoso sistema de C&T, portanto, não basta sonhar que o (obsoleto) PIB possa crescer de forma durável a taxas robustas.

Desta forma, não basta pensar em um desenvolvimento sustentável, é necessário criar e disseminar conhecimento científico, traduzido em processos e produtos, que possibilitem a superação das contradições do modelo dominante, permitindo um novo processo de desenvolvimento sociambientalmente sustentável. Esta é uma necessidade global, porém deverá ser entendida e operacionalizada a partir dos processos locais de desenvolvimento, de maneira que se tem um “novo” elemento a ser considerado.

1.2 A Economia Solidária

O termo Economia Solidária (ES), na visão de Lechat (2004) foi inicialmente conceituado pelo economista e professor Paul Singer e passou a ser usado como uma das referências, tanto acadêmicas como nos movimentos sociais para explicitar programaticamente esta forma de organização econômica. Para Singer (1998),

A Economia Solidária deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional, porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas organizacionais que combinam o melhor atendimento do consumidor com a autorealização do produtor. Se estas formas organizacionais forem encontradas – e certamente serão muito diferentes da empresa capitalista haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção (p. 125).

O termo ‘popular’, que acompanha a denominação de Economia Solidária é muito utilizado nos setores ligados à Cáritas, bem como

compôs a denominação da primeira experiência de programa de ação pública em escala estadual, voltada a estes setores, que foi o Programa de Economia Popular Solidária da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Rio Grande do Sul (Sedai/RS), durante o Governo Olívio Dutra (1998-2002). Segundo a Cáritas, o “popular”, na denominação de Economia Solidária pode ser entendido como

[...] o processo de organização solidária com e a partir dos excluídos, já que os “grandes” também são solidários entre eles. No bojo do popular está uma opção político-pedagógica. Sob esta ótica, os 56,42% da população gaúcha que vive em situação de pobreza e de indigência, são alvos da EPS, buscando integrar o processo de assistência social como parte do desenvolvimento solidário[...] O popular, contudo, não significa desprezar a tecnologia socialmente acumulada. Também não significa produto sem qualidade, coisa pequena, isolada [...] A produção econômica com tecnologia adequada deve garantir a realização da pessoa a ser solidário(a) com-cidadania (DIOCESE, 2002, p.16).

Neste sentido, ambos os termos – Economia Solidária e Economia Popular Solidária – não se anulam, mas partem de ângulos diferentes. Ao passo que o primeiro busca construir-se numa experiência mais sistêmica, o segundo parte de uma “opção pelos pobres”, integrante da doutrina social da Igreja Católica. Ambas convergem, no entanto, no sentido de proposta alternativa à exclusão social e sua fonte geradora, o sistema capitalista (LEMES, 2006).

Incentivadores da proposta de ES buscam conceituar a partir do caráter efetivo dessa, como Lisboa (2005), que designa a Economia Solidária como diversas práticas desenvolvidas, principalmente na agricultura familiar, empresas recuperadas, cooperativas, rede de catadores, etc. Para o autor, essas práticas estavam fragmentadas, sendo que o termo “Economia Solidária” se constituiu num aglutinador de todo o tipo de atividades, permitindo articulá-las em torno de um amplo movimento social.

O Governo Federal, a partir de 2003, criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que iniciou um amplo processo de

identificação das experiências que poderiam ser caracterizadas de Economia Solidária, visando constituir um Sistema Nacional de Informações sobre as mesmas. Em função disto, a Senaes elencou um conjunto de características que estão moldando um conceito bastante amplo para esta proposta socioeconômica:

- a) *São organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, etc), suprafamiliares, cujos sócios/as são trabalhadores/as urbanos/as e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários/as ou co-proprietários/as, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;*
- b) *São organizações permanentes, (não são praticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, deve-se incluir os empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído e definido sua atividade econômica;*
- c) *São organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e a vida regular da organização;*
- d) *São organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de créditos (incluindo-se as cooperativas de créditos e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios/as trabalhadores/as) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização;*
- e) *São organizações econômicas singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associações ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares (SENAES, 2004, p. 8).*

Outra visão foca o conceito no espaço econômico e político que a Economia Solidária pode ocupar para definir o papel que a mesma pode desempenhar, pois “a Economia Solidária não é nem uma economia liberal de mercado e nem uma economia planificada, estatal” (BRUM, 2003, p. 219). Considerando que a economia de mercado não cumpriu suas promessas em termos sociais e que o modelo de redistribuição da riqueza, baseado na economia estatal, desapareceu do cenário mundial no final do século XX, ficou um amplo espaço para ser ocupado por uma forma de economia da reciprocidade, ou seja, a Economia Solidária, que reafirma as relações sociais e a produção para a satisfação das necessidades (BRUM, 2003).

Brum (2003, p. 223) ressalta, ainda, que “a incapacidade em definir as missões e o modo de funcionamento de forma unívoca alimenta uma incompreensão geral”. Esta incompreensão gera resistências por parte das empresas privadas e do setor público. As primeiras devido a uma pretensa concorrência desleal, e o segundo porque a Economia Solidária parece possuir o germe do desmantelamento progressivo do serviço público. Esclarecido seu papel, no entanto, segundo o autor, ela pode amenizar os “efeitos destruidores” da economia de mercado e, ao mesmo tempo, ser mais eficiente que o Estado na compensação à sociedade.

Para Montchane (2007), esta forma de economia constitui no interior do capitalismo uma espécie de “objeto não-identificado”, que acumula paradoxos. Referindo-se com mais propriedade a chamada Economia Social, existente na Europa, o autor entende que as grandes instituições deste tipo “proclamam-se diferentes de suas homólogas capitalistas, porém disso nem sempre há prova explícita ou convincente” (2007, p. 08). Pode-se dizer, certamente, que o que distingue os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de outras formas econômicas é a propriedade coletiva dos meios de produção e da apropriação dos resultados.

A vivência da Economia Solidária, os propósitos e as conquistas de quem se considera parte deste movimento social estão em construção, constituindo-se em fatores que mobilizam e determinam reações diante da realidade em que a sociedade está inserida, ou seja, do modo de produção capitalista. Neste sentido, um importante marco na defini-

ção do que pretende ser a Economia Solidária foi a I Conferência Nacional de Economia Solidária (I Conaes), realizada em junho de 2006, em Brasília. Esta conferência foi um espaço de discussão convocado pelo poder público (em especial o Ministério de Trabalho e Emprego) que reuniu 1.073 delegados representando EES, entidades de apoio e gestores públicos de todo país.

No documento final que relata os encaminhamentos da conferência, o primeiro eixo temático é dedicado a apresentar os fundamentos e o papel da Economia Solidária na construção do desenvolvimento sustentável. Este eixo é composto de 22 itens, que buscam contemplar a diversidade do conceito, sendo que um deles sintetiza a proposição:

A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada de capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e de consumo, privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e a segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos (SENAES, 2006, p. 57).

Fica exposto que o desejo dos atores da Economia Solidária, representados na Conferência Nacional, não é de algo intermediário e compensatório. No presente momento, porém, as preocupações estão voltadas prioritariamente para a sobrevivência da idéia e de seus principais atores, os EES, que se expressam nos demais eixos debatidos na conferência, voltados para prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária e mecanismos de participação e controle social (SENAES, 2006).

Os construtores da idéia e das práticas de Economia Solidária lhe apresentam como a concretização das alternativas a exclusão e desigualdades sociais. Seu desafio, no entanto, tem sido demonstrar a capacidade de viabilidade histórica, nos sentido de atender as questões econômicas sem perder seu caráter solidário e autogestionário. Neste sentido, apresenta-se a seguir alguns elementos desta discussão.

2. A Questão do Lixo em Ijuí/RS

O município de Ijuí possuía em 2007 76.739 mil habitantes, de acordo com IBGE, sendo que destes 69.281 residem na zona urbana. O processo de coleta de resíduos sólidos (lixo) residencial, que é uma responsabilidade do Poder Público Municipal é terceirizado. A empresa que presta o serviço coleta aproximadamente 30 toneladas/dia de material úmido na zona urbana. Isto equivale a cerca de meio quilo de resíduos domésticos diários por habitante. Em relação ao material reciclável, são coletados cerca 23 toneladas/mês, equivalentes de 30 gramas de material reciclável por habitante. Evidentemente que este dado é bem inferior ao volume total do material reciclável produzido no município, pois deve-se considerar que a existência de cerca de 250 a 300 catadores que fazem uma coleta nas regiões mais populosas dos produtos de valor comercial, seguramente com maior eficiência do que a coleta seletiva. Desta forma, é certo que o volume de material reciclável é bem superior ao coletado oficialmente. Além disto, no que se considera lixo “úmido”, boa parte é material reciclável, tanto que um grande conjunto de catadores recolhe material diretamente no aterro do município, onde supostamente deveria ir apenas o lixo úmido.

Importante registrar-se que o processo de coleta seletiva no município iniciou em novembro de 2007, como resultado de um Termo de Ajuste de Conduta entre Prefeitura Municipal e Promotoria Pública, envolvendo o processo de regularização do aterro municipal, que se encontra irregular junto a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). Houve uma ativa participação da sociedade civil neste processo, sobretudo articulados pela Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural (AIPAN) e grupos de catadores, em audiências públicas.

O encaminhamento da questão atendeu parcialmente os diversos interesses envolvidos, pois a sociedade civil organizada conseguiu iniciasse a implantação da coleta seletiva e a regularização do aterro, porém a prefeitura conseguiu um prazo de 24 meses para esta regularização. Os catadores, que estavam divididos entre favoráveis e contrários a coleta seletiva foram parcialmente atendidos, pelo fato daqueles que se organizassem, poderiam receber o material da coleta seletiva para processar e comercializar.

Entre os catadores, um grupo pequeno, mas organizado, defendeu a seguinte posição em relação a coleta seletiva:

- a) *A coleta seletiva, em qualquer hipótese, favorece os catadores, por aumentar a quantidade de pessoas que irão fazer a separação em casa, e pelo conhecimento que os catadores terão sobre onde e quando coletar;*
- b) *Se esta coleta seletiva for organizada pensando nos catadores, será mais fácil convencer a sociedade de contribuir nesse processo, não só por meio da separação dos materiais, como também evitando que pessoas com outras rendas venham a vender, para catadores e atravessadores, o material que desejamos coletar;*
- c) *O material coletado pela prestadora de serviços no município deve ser entregue aos catadores, preferencialmente aqueles organizados associativamente/cooperativamente ou alguma empresa pública que venha a ser constituída com tal finalidade;*
- d) *Mesmo que o material seja entregue a empreendimentos de catadores, ainda existiram catadores não associados e atravessadores atuando no mercado, sendo que para os catadores deve-se respeitar sua autonomia e para os atravessadores, deve haver regulações sobre sua atuação (RIBEIRO, 2007, p. 02).*

Em relação ao contingente de catadores no município, uma pequena parte destes estão organizados em 3 associações, das quais uma surgiu em 2005, como um EES e outras duas surgiram após o início da coleta seletiva, caracterizando-se também como EES. A Associação Amigos do Papel, Assapel, surgida em 2007, visava reunir catadores beneficiários em programas sociais da prefeitura, porém apesar da existencia le-

gal, a associação não se desenvolveu e reúne atualmente apenas 2 integrantes dos 60 iniciais. A Associação de Reciclagem Linha 6, também surgida em 2007, reúne 17 integrantes, que são catadores atuando no aterro municipal. Por fim, a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí, ACATA, experiência que se apresenta a seguir. Todas as associações recebem material da coleta seletiva.

3. A Experiência da Acata Ijuí

A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí – Acata Ijuí, começou a se organizar a partir de fevereiro de 2005, congregando um grupo de catadores de materiais recicláveis, que atuavam nas ruas de Ijuí. A partir de alguns encontros iniciais foi debatida a proposta de constituição de uma associação que pudesse representá-los politicamente e ao mesmo tempo organizar a cooperação econômica do grupo. À medida que o grupo foi definindo este objetivo, formalizou-se a assessoria da Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social da Unijuí (ITECSOL), que disponibilizou uma equipe multidisciplinar e específica para a incubação. De acordo com a metodologia de incubação, inicialmente foi realizado um diagnóstico socioeconômico, reuniões de sensibilização e de capacitação, realização de projetos e buscas de parcerias e mercados. Esse processo inicial culminou com o encaminhamento do registro oficial da Associação, em junho de 2005 e também concluiu a fase de pré-incubação.

Os catadores que deram início à Acata, segundo Scariot (2007), eram pessoas que em parte não se enquadravam no Programa “Amigos do Papel” organizado pelo poder executivo municipal de Ijuí (esse projeto teve início em 2003 por meio da Secretária Municipal de Assistência Social (SMAS), e beneficiava cerca de 150 pessoas com cestas básicas). Acredita-se que cerca de 300 famílias atuavam na cadeia produtiva da reciclagem, em Ijuí, a maior parte coletando nas ruas, como catadores. Os integrantes da ACATA foram incluídos formalmente no projeto Amigos do Papel no final de 2007, em função da inserção desta na coleta seletiva.

A ACATA, desde seu surgimento, se propunha ser uma entidade de propósitos não assistencialistas, visando organizar catadores para a geração de trabalho e renda de forma autogestionária e solidária.

A iniciativa de organização dos catadores partiu de um jovem, ex gari, então residente no Bairro Luiz Fogliatto. Como os catadores, com os quais ele tinha mais afinidade, moravam em pontos dispersos da cidade, as reuniões eram realizadas nas sedes dos bairros. O conjunto dos participantes era de grande rotatividade. Efetivamente poucos iam a todas as reuniões, dificultando os encaminhamentos e a própria constituição de uma identidade. O perfil desses catadores era de pessoas que nunca haviam participado de movimentos sociais, desenvolvendo atividades quase sempre informais e precárias, como biscates, trabalho sazonal em época de safras agrícolas (plantio, limpeza, colheitas, etc.) e de auxílios governamentais (especialmente após a implementação do programa Bolsa Família).

Após algumas reuniões, já com a assessoria da Incubadora, o grupo também foi se definindo geograficamente. A maioria dos participantes mais ativos era dos Bairros Luiz Fogliatto, Alvorada e Getulio Vargas, região esta que constitui a periferia norte do município de Ijuí, uma das mais carentes em termos sociais, com menos acesso a infraestrutura e a serviços públicos. O Bairro Luiz Fogliatto (onde fica hoje a sede da ACATA) sofre também com o estigma de ser o bairro onde fica situada a Penitenciária Modulada, considerada, pelo senso comum da cidade, a responsável pela “violência no município”.

Além do envolvimento na organização e formação da associação, outro foco de atividades da equipe da incubadora, em conjunto com a associação, foi a busca de apoio e recursos a fim de obter ou construir uma sede com infraestrutura adequada para o trabalho de seleção e armazenagem de materiais realizada pela ACATA Ijuí. Nesse sentido foram estabelecidas parcerias com entidades, instituições, empresas, órgãos públicos e especialmente a sociedade civil, que culminaram na cedência, em comodato, de uma área e na obtenção de recursos para infraestrutura, como carrinhos para coleta, balança e edificações. Inicialmente foi construído um barracão de madeira de 90m² viabilizado com o apoio financeiro da Avesol e edificado com o apoio e mutirões na forma de parcerias com a comunidade. Em 2008 a Associação através da assessoria da ITECSOL aprovou projeto junto a Fundação Vonpar para ampliação na infraestrutura para a triagem e armazenamento do material oriundo da coleta seletiva do município. Em 2009 e 2010

mais dois projetos foram apoiados pela Fundação/Instituto Vonpar, que estão viabilizando melhores condições para operação das atividades da Associação. Estes projetos além de melhorias na infraestrutura também contemplaram o acompanhamento da gestão da associação, atividades de formação, recursos para EPI's, mesa para triagem, fragmentador, bombonas e prensa.

Como efetivamente a ACATA só veio a ter seu galpão quase um ano e meio depois de sua formação, este período foi marcado por iniciativas muito mais de busca de uma identidade, articulação de apoios, tendo de fato pouca integração econômica. A cooperação se deu inicialmente pelo estabelecimento de “entrepósitos” nas casas de alguns associados e pelo uso em comum dos carrinhos, fruto de uma parceria com um comprador/atravessador. A cooperação econômica reduzia-se, efetivamente, no compromisso dos associados, pois os entrepostos

[...] constituídos por agrupamento de cerca de quatro famílias: cada qual depositava em sua casa o material recolhido e a idéia era que ali se vendesse coletivamente; porém, como catavam quantidades diferentes, a venda sempre se deu individualmente. O que efetivamente representava ação coletiva era o pagamento de uma taxa de 5% sobre a venda das cargas, a qual destinava-se a um fundo de caixa reservado para as despesas da associação (SCARIOT, 2007, p. 64)

Além da constante necessidade de combater a cultura do assistencialismo, uma preocupação constante relaciona-se a problemática do mercado da reciclagem, com permanente oscilação dos preços, apresentando quedas significativas em determinados períodos, em especial nos meses de verão, além do encarecimento dos custos operacionais, sobretudo custo de fretes na região.

A Associação viveu uma profunda mudança com o estabelecimento de seu primeiro galpão, de maneira que a comercialização passou a ser centralizada, exigindo maior organização na Associação. Em seguida, com a implantação da Coleta Seletiva em Ijuí, a Acata modificou seu processo de trabalho, diminuindo o número de catadores que atuavam nas ruas e aumentando o número de trabalhadores no galpão, na atividade do processamento das cargas oriundas da coleta seletiva.

A ACATA vivencia ainda outros problemas, estruturais e conjunturais, como a baixa escolaridade dos sócios, baixas rendas oriundas na atividade, entre outros estrangulamentos. A infraestrutura está sendo qualificada e ampliada com a aprovação de novos projetos, tanto para instalações como equipamentos. Persiste a necessidade do capital de giro. É comum que os sócios se afastem, nos períodos da baixa dos preços da reciclagem, exercendo outras atividades, às vezes fora do município, e, quando ficam sem esta atividade, retornam e continuam seu trabalho na reciclagem.

O trabalho coletivo exige responsabilidade e compromisso para funcionar e “dar certo”, o que não é fácil. Os sócios não conseguem se desvincular facilmente dos vícios do individualismo. Segundo Scariot, os catadores

Não conseguem, por sua vez, romper com a lógica capitalista na relação com a associação. Por quê? Porque a própria forma de trabalho, como a desenvolvem, não favorece tal rompimento: catam individualmente, somam o produto para a comercialização para, com isso, conseguirem melhor preço. Dividem o montante recebido, na proporção do que foi entregue. Fortalecem apenas a expectativa de que o empreendimento comum seja igual ao somatório do produto gerado por cada um individualmente. As demandas que excedem a entrega de produto não são reconhecidas: reflexão da prática, atividades conjuntas, mutirões, entre outras (SCARIOT, 2007, p. 80).

A coleta seletiva, internamente para o grupo, teve como principal mérito o fato de criar efetivamente uma atividade coletiva, para além do uso da infraestrutura. Desde o início o grupo se constituiu por poucos catadores e o grupo mais efetivo sempre cumpre os compromissos. Entre os atuantes encontram-se aqueles que manifestam interesse pelo avanço da associação, a assumem como atividade principal e têm representatividade na sociedade. O processo de participação também acolhe sócios de ruas que estão vinculados à Associação e todo processo decisório bem como encaminhamentos acontecem formalmente nas reuniões realizadas semanalmente.

As condições gerais analisadas por Scariot (2007), no entanto, se mantêm e mesmo se agravam, ao considerarmos a grande maioria dos catadores. Um grande número de catadores, que teriam condições de impulsionar a Associação, preferem não aderir ou abandoná-la quando recebem ofertas de preços melhores ou quando são cobradas responsabilidades (como a manutenção de carrinhos estragados ou a participação em reuniões) para além da entrega de materiais. Sobre a situação atual do quadro social, Lechat (2008) analisa que:

Quanto aos sócios da ACATA, eles estão passando por um longo processo de aprendizagem organizativa administrativa contábil, que é preciso reiniciar a cada momento, pois o rodízio de pessoal é muito grande. Só com o galpão o grupo tomou forma e como é normal, novos problemas surgiram. Várias famílias já exerceram a função de caseiros, mas isto sempre cria problemas, pois separar o privado do público não é óbvio para quem já viveu na rua. Para quem vive no limite da sobrevivência é difícil não se apropriar do que é de todos. O exercício da democracia, para quem nunca teve voz nem vez, é outra dificuldade. Os arranjos familiares, de moradia, de propriedade são extremamente fluídos, existindo frequentemente uma circulação de filhos e de bens.

Apesar de todos os desafios já enfrentados e do fato do grupo ser relativamente pequeno, houve avanços, como a inserção das famílias em programas sociais, busca por qualificação no trabalho, reconhecimento do papel da Associação na comunidade e na sociedade, obtenção de Licença de Operação Ambiental, inserção no processo de alfabetização através do programa Brasil Alfabetizado, participação ativa na realização de oficinas com outros grupos de reciclagem e também escolas sobre a separação adequada dos materiais recicláveis, além do despertar para o potencial de crescimento econômico e social. O próprio fato de a Associação estar recebendo a coleta seletiva, embora tenha causado dificuldades no início, mostra que o grupo tem potencial não apenas para sua inclusão social, mas para prestar um serviço maior à coletividade, especialmente em termos ambientais. Além da Associação atualmente estar recebendo material da coleta seletiva, ela

possui contrato com órgãos e entidades que repassam todo o material reciclado e por complemento, há muitas escolas e outras instituições que a têm procurado para fazer doações de materiais recicláveis, principalmente o papel.

4. Contribuições da Acata a Questão Socioambiental

A Associação reúne em média duas dezenas de associados, dos quais metade atua diretamente com o material oriundo da coleta seletiva e a outra metade trabalha na coleta nas ruas da cidade. O grupo processa aproximadamente 7 ton/mês.

Em termos econômicos, o grupo possui um faturamento de aproximadamente R\$ 20.000,00 por ano, dos quais deduzindo-se consumos Intermediários e depreciações, resulta em um Valor Agregado⁵ para a sociedade, junto a associação de R\$ 17.000,00, dos quais o grupo consegue converter em Renda⁶ R\$ 14.600,00, o que equivale a cerca de R\$ 110,00 por associado ao mês. Portanto, a renda oriunda desta atividade, por si só não permite que estes trabalhadores atinjam um nível de reprodução social (NRS) mínimo, a qual poderia se estabelecer um salário mínimo nacional.

Esta renda gerada esta associada apenas a valorização do produto em si (materiais recicláveis), e não a valorização do trabalho ambiental prestado por estes trabalhadores. Além disto, o mercado da reciclagem é dominado por atravessadores de diferentes níveis, que buscam escalas de produtos segmentados. Neste quadro, uma associação de catadores atuando ainda de forma isolada, fica com uma parte proporcionalmente menor da riqueza.

Escala e qualidade na separação de produtos são variáveis importantes no mercado, de maneira que se a maioria dos catadores

⁵ Valor Agregado é a riqueza gerada pela atividade econômica realizada na unidade de produção. Uma parte deste valor é apropriada na UP e o restante é distribuído na sociedade, por meio de impostos, salários, aluguéis e juros.

⁶ Um EES não visa a geração de lucros, mas não é uma organização meramente social, uma de suas principais finalidades é gerar uma renda a seus integrantes. Esta renda, em uma empresa mercantil, seria equivalente aos salários e aos lucros.

estivessem efetivamente organizados dentro da política pública da coleta seletiva, além do potencial de empoderamento social destes trabalhadores, poderia ter uma maior agregação de valor e principalmente um resultado ambientalmente mais eficiente do tratamento ao material reciclável.

No aspecto econômico, escala e qualidade representam não apenas um grande volume de material, mas este volume selecionado entre os diversos tipos de materiais, os quais são destinados a mercados segmentados, de acordo com o tipo de matéria-prima que representam (materiais ferrosos, derivados de petróleo, celulose, resinas, entre outros). Isto exige capacidade organizativa de trabalho coletivo e conhecimento.

Neste sentido, o empoderamento social proporcionado pela formação de associações possibilita que os sócios internamente se profissionalizem. Os elementos a destacar que contribuem para esta profissionalização e novas perspectivas, têm sido: a oportunidade de desenvolver o trabalho no coletivo, acesso a políticas públicas, definição de prioridades e objetivos do grupo, participação e inserção em fóruns e espaços de debate sobre a Economia Solidária, possibilidade de elaboração e aprovação de projetos, campanhas educativas e sociais, reconhecimento e apoio da comunidade. No conjunto, essas ações desenvolvidas permitem ir além de simplesmente catar e separar primariamente o material, elas têm possibilitado a cooperação entre as associações visando o ganho de escala, pois isto exige capacidade de diálogo, de troca de experiências, parcerias com outras organizações, visando a capacitação profissional e mesmo a formação em cidadania.

Do ponto de vista ambiental, a conscientização da população sobre a importância da separação de materiais e a eficiente coleta seletiva, têm viabilizado incluir os trabalhadores nas políticas públicas.

Considerações Finais

Em um país como o Brasil, onde um grande contingente da população não tem acesso a terra para trabalhar, e ao mesmo tempo, não encontra espaço no mercado de trabalho assalariado, atuando em atividades informais é excluído de direitos sociais do trabalho e também

enfrenta muitas dificuldades no processo de organização associativa. Aproveitando-se desta mão de obra extremamente barata, importantes setores econômicos investiram na aquisição de matérias primas para suas atividades industriais, a partir do reaproveitamento de materiais recicláveis, coletados pelos catadores.

Por outro lado, inegavelmente a sociedade precisa investir em políticas ambientais, visando modificar o padrão de consumo destrutivo atual, incentivando a redução do consumo, a reciclagem e reutilização de produtos. Nesse sentido, incentivos à cadeia da reciclagem e valorização de produtos reciclados é importante.

Os catadores são, portanto, reflexo da profunda desigualdade social de nossa sociedade e ao mesmo tempo, apontam para uma atividade vital como o desenvolvimento sustentável. O enfrentamento de um importante problema socioambiental no Brasil certamente passa por apostar em atividades como a reciclagem e ao mesmo tempo valorizar o trabalho dos catadores.

A formação da ACATA, em Ijuí, na margem de políticas públicas locais, foi um importante passo no enfrentamento da questão social, dentro de uma problemática ambiental. Por outro lado, quando a sociedade civil organizada pressionou o Poder Público Municipal para a implantação da coleta seletiva com a inclusão dos catadores neste processo, teve-se outra medida e força a partir da questão ambiental, contribuindo no enfrentamento dos problemas sociais.

Os resultados concretos, tanto da coleta seletiva como da renda auferida pelos catadores, ainda deixam a desejar mas, a potencialidade da combinação dessas ações com políticas públicas respaldadas na consciência da coletividade poderia amplificar estes resultados.

A melhoria das condições de renda de uma população de catadores, dentro de um processo de empoderamento social, sem dúvida, contribui para os indicadores de qualidade de vida. Especialmente quando se visualiza uma realidade em que estes trabalhadores coletam materiais pela cidade e armazenam em suas residências, transformando as regiões em que residem em filiais do lixão.

Além disto, a implantação de um aterro sanitário de lixo no município, a realização de uma coleta seletiva que viabilize grandes escalas de materiais recicláveis, reinserindo estas matérias primas na cadeia

produtiva podem dar uma importante contribuição no enfrentamento do problema ambiental que são os resíduos urbanos que poluem a paisagem, os rios, contaminam os solos, disseminando insetos e facilitando a insalubridade, contágios, entre outros problemas.

Acredita-se que a nucleação dos catadores, visando à formação de associações, como a ACATA, em Ijuí, além dos investimentos públicos no tratamento adequado aos resíduos sólidos têm sido uma contribuição fundamental no enfrentamento desta problemática socioambiental dentro de uma forma de organização econômica, representada pela Economia Solidária.

Bibliografia

- BRUM, A. L. Economia Solidária: elementos para compreensão. *Revista Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, RS: Ed. Unijuí, n.1, p. 217-228, jan./mar.2003.
- BRUNDTLAND, Comissão. (1987), *Nosso Futuro Comum, Relatório sobre Desenvolvimento Sustentável*, ONU, Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, Cambridge: Polity Press.
- DIOCESE DE SANTA MARIA. Projeto Esperança/Coesperança: uma experiência que deu certo. On: TÉVOÉDJRÉ, Albert. *A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Parte integrante do livro, 27 p.
- LECHAT, N. M. P. Trajetórias do processo organizativo de Empreendimentos Econômicos Solidários numa região rural do Sul do Brasil. Palestra proferida no *International Workshop on Ethnographies of the Social Economy*. University of Durham, UK. Março de 2008.
- LECHAT, N. M. P. *Trajetórias intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).
- LEMES, F. R. M. *A Economia Solidária no mercado capitalista: uma análise dos empreendimentos econômicos solidários das Regiões Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Alto Jacuí e Missões*. Ijuí. Departamento de Economia e Contabilidade, Unijuí, 2006. (Monografia de Conclusão de curso de Economia).
- LESSA, S; Revolução e contra-revolução, fator subjetivo e objetividade. In: *Revista Outubro*, n° 16, Ed. Alameda, São Paulo, SP, jul-dez 2007.
- LISBOA, A. M. Economia Solidária e autogestão: imprecisão e limites. *Revista de Administração de Empresas (FGV)*, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005a.
- LOVELOCK, J; *A Vingança de Gaia*. Ed. Siciliano: São Paulo, SP, 2006.

- MOLINA, G.F. Desenvolvimento Sustentável. In: SIEDENBERG, D. R. *Dicionário de Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul, RS: Editora Edunisc, 2006.
- MONTCHANE, J. L. *Economia social e Economia Solidária: álbi ou alternativa ao neoliberalismo?* Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/bib4.htm>>. Acesso em: 18 mai. 2007.
- RIBEIRO, Z.C. Of. ACATA, s/nº, 16/09/2007, Arquivos da ACATA. 2007.
- SCARIOT, Nadia. *Catadores não é lixo, não! Catadores é lixo, sim!:* o caso da Acata Ijuí. Ijuí, 2007. (Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em educação nas ciências da Unijuí).
- SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1. 2006, Brasília. *Anais Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília, 26 a 29 Jun.2006.
- SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *SIES: Manual de Entrevista*. 1. ed. Brasília: MTE/SENAES, 2004.
- SINGER, P. I. *Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- VEIGA, J. E; *A emergência socioambiental*. São Paulo, SP: Ed. SENAC, 2007.



Relações Familiares de Mulheres Inseridas na Economia Solidária: Estudo de Caso

Adriana Machado Dias¹ e Lise Mari Nitsche Ortiz²

RESUMO

O artigo é resultado da pesquisa sobre a participação de mulheres em um Empreendimento de Economia Solidária, com o objetivo de descrever o perfil das mulheres inseridas no EES e de suas famílias e de analisar as possíveis transformações nas relações familiares. O lócus da pesquisa foi a cooperativa *Grife Morro da Cruz*, situada no Morro da Cruz, em Porto Alegre. Os dados foram obtidos mediante entrevista semi-estruturada. A coleta de dados evidenciou várias informações que instigaram novas questões. Uma das conclusões demonstra que 80% das mulheres que recebem apoio ou resistência da família à sua inserção no EES, está diretamente relacionado à renda obtida. 90% delas consideram a influência da família uma das causadoras da rotatividade da mulher nos empreendimentos. Há referências quanto ao aumento do poder da mulher frente à família, aumento da auto-estima.

Palavras-chave: trabalho feminino, relações familiares, economia solidária

¹ Psicóloga. Especialista em Gestão do Terceiro Setor

² Psicóloga. Especialista em Gestão e Planejamento de Recursos Humanos, formação em Gestão de Projetos Sociais, Dinâmica dos Grupos e Profissão Desenvolvimento. Docente do Curso Gestão no Terceiro Setor, pela Fundação Irmão José Otão. Diretora da Fides Desenvolvimento Pessoal e Social.

I. Mulher e mercado de trabalho na contemporaneidade

A participação das mulheres no mercado de trabalho, em particular das casadas e com filhos, tem aumentado de forma linear no Brasil nos últimos 20 anos. Muitas razões – econômicas e não-econômicas, de natureza mais sociológica – têm sido apresentadas para explicar essa mudança de comportamento, cuja trajetória parece desenhar-se no lastro da modernidade ocidental.

O peso feminino crescente na população economicamente ativa (PEA) e na atividade econômica dos mais diversos países vem tornando a análise da incorporação da mulher no mercado do trabalho uma questão prioritária em todo o mundo.

Em função das suas especificidades e seus diferenciais em relação ao universo masculino, a análise desse movimento quantitativo inexorável traz ainda à cena diversas outras questões relacionadas à qualidade do trabalho feminino, como as de representatividade, igualdade salarial e, especialmente, das relações entre trabalho e família. Isto porque, pelo fato de ainda terem grandes responsabilidades domésticas, as mulheres precisam buscar estratégias para amenizar os conflitos existentes entre estas duas importantes instâncias de suas vidas. As tarefas de cuidado continuam atribuídas majoritariamente à responsabilidade das mulheres, sendo que a maternidade aparece como ponto preponderante, o que acarreta a baixa distribuição das atividades domésticas, a sobrecarga às trabalhadoras e desvantagens na busca por empregos (ARAÚJO E SCALON, 2005).

O resultado dessas trajetórias pode ser expresso no fenômeno da feminilização da pobreza. Segregação ocupacional, precarização e acesso a espaços diferenciados representam limites à obtenção de recursos e de poder pelas mulheres (OLIVEIRA E ARIZA, 1997). Para elas, a realidade de carências é mais intensa, na medida em que realizam muitas atividades não remuneradas. Tais fatores contribuem para a exclusão social feminina, que se caracteriza por processos de rejeição e perda de identidade (BANDEIRA E MELO, 2005).

2. A mulher e a economia solidária

Guérin (2005) afirma que a inserção das mulheres na economia solidária pode representar possibilidades para a conquista da igualdade de gênero e contribuir para o rompimento de algumas dificuldades impostas às mulheres. Pode corrigir as desigualdades provenientes de um acionamento deficiente dos direitos, e também auxiliar as mulheres a melhor converter seus direitos formais em direitos reais. Segundo a autora, essas experiências consolidam-se como espaços de diálogo, reflexão e de deliberações coletivas, como forma de acesso à fala pública para indivíduos e grupos que geralmente não os têm. Trata-se de favorecer a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil.

Segundo dados do IBGE, em 2001, na média, 67% das mulheres que trabalham no Brasil estavam na economia informal.

De acordo com Paulo Singer, em SINGER e SOUZA (2009), no ano de 2007 foi realizado uma pesquisa pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), através do consulado da mulher. A pesquisa revelava uma presença majoritária de homens na economia solidária, o que foi uma surpresa para técnicos e estudiosos que têm se focado no tema, pois a experiência mostra que a presença feminina é grande nos empreendimentos solidários. O resultado da pesquisa é que os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) na cidade, em sua maioria, são liderados por mulheres; já no meio rural são liderados por homens, e a economia solidária tem uma presença naturalmente forte no campo, pois 44% dos 22.000 empreendimentos mapeados são na área rural. Para Paulo Singer, houve um erro na pesquisa, pois no campo a mulher é “escondida” - na hora de prestar as informações, aparece o homem como chefe de família, falando pela família inteira. Então, provavelmente o número de mulheres que trabalham e produzem é muito maior. O autor afirma também que nos Centros Públicos, onde têm ocorrido discussões sobre economia solidária, 80% do público é formado por mulheres que costuram, fazem artesanato, e vendem seus produtos nesses espaços. E que, atualmente, a política inteira da SENAES, é uma política feminina, no sentido de que a presença da mulher é muito forte na economia solidária.

3. A família da mulher que trabalha na economia solidária

Sabemos que a família é o principal agente da socialização e que reproduz padrões culturais no indivíduo. É na família que se concentram as possibilidades de constituição de pessoas enquanto sujeitos e cidadãos. É no seio dela que vão acontecer as primeiras identificações, espelho para identificações futuras. Ela “inculca modos de pensar e atuar que se transformam em hábitos” (LASCH, 1991, p.25).

De acordo com Giddens (2000), o desenvolvimento da família teve lugar na década de 1950. Naquela época havia poucas mulheres que trabalhavam fora do lar e as separações conjugais eram vistas com preconceito; o casamento havia deixado de ter como base as relações econômicas e passado a se fundamentar na idéia de amor romântico.

Na contemporaneidade, as modificações socioeconômicas e culturais alteraram esses vínculos familiares. Os membros das famílias foram instados a assumir novos papéis e posições e levados a conviver com novos arranjos familiares. Os papéis destinados a cada sexo, antes fortemente delimitados, hoje se encontram mais flexibilizados. Na família tradicional atribuía-se ao pai a função de prover o sustento do grupo familiar e à mãe as funções de responder pelos cuidados e afetos dedicados às crianças. Eram o pai e a mãe os responsáveis pela seleção, organização e construção das regras e valores passados aos filhos. Hoje, estas funções vêm sendo descentradas do núcleo tradicional. As crianças estão sendo entregues aos cuidados de tias, avós, babás, escolas.

De acordo com Lynch & Tiedje (1991), famílias pobres possuem características relativas à estrutura e papéis familiares, processos de comunicação familiar e socialização dos filhos, que são peculiares de sua classe. A divisão de papéis entre os pais é bem definida, cabendo à mulher a responsabilidade de educar, socializar e cuidar dos filhos; e ao homem, o sustento da família. As interações entre pais e filhos visam à resolução de problemas e não à prevenção desses, ou seja; não há tomada de decisões antes que algo aconteça, há apenas a tentativa de solucionar um problema mediante sua concretização. Esse adiamento na resolução dos problemas acaba comprometendo o futuro dos filhos, pois não há planejamento do que irá acontecer com esses, e as

crianças já são predestinadas a falharem pela falta de perspectiva de futuro que lhes resta.

Outra característica bastante peculiar nessas famílias é a extrema aceleração no processo de formação de um casal, no casamento e nascimento dos filhos, o que, segundo Fulmer (1995), resultará na diminuição do tempo necessário que a família deveria ter para poder passar por todos os estágios do ciclo de vida familiar. A rapidez dos acontecimentos pode trazer como consequência uma fragilidade no desempenho do papel dos pais, principalmente da mãe, por essa assumir grande parte dos cuidados para com os filhos, pois (apud SUSSMUTH, 1988) os homens recusam assumir ou participar mais ativamente do trabalho doméstico e da educação dos filhos, com o argumento de que são menos aptos para essas atividades e que lhes falta uma profunda relação com a criança. A mãe, diante de todas essas responsabilidades, acaba desempenhando o seu papel de forma frágil, sem reflexão e, à medida que os filhos crescem, por não os ter preparado para o futuro, não dão conta de supervisioná-los como quando eram menores.

Outro aspecto interessante é a presença do modelo de família monoparental nas camadas populares. Nos casos destas famílias, a existência das famílias monoparentais pode não significar, necessariamente, a adoção de um modelo alternativo de relações familiares, mas também a impossibilidade de realização do modelo ideal: mãe em casa, pai no trabalho e criança na escola. Neste caso, as constantes e sucessivas uniões dessas mulheres, chamadas “monogamia seriada”, podem significar um esforço para manter no lar a figura do provedor (BILAC, 1995).

4. Pesquisa Realizada

O interesse frente às relações familiares de mulheres envolvidas em empreendimentos de economia solidária gerou a pesquisa “Relações familiares das mulheres que participam de um Empreendimento de Economia Solidária – EES”, realizada para a elaboração da monografia de conclusão do curso de Especialização de Gestão no Terceiro Setor realizado na Fundação Irmão José Otão, em Porto Alegre, em 2010.

Com os objetivos de descrever o perfil das mulheres inseridas no EES e de suas famílias, e de analisar as possíveis transformações

nas relações familiares a partir de participação no EES, optamos por pesquisar estas questões a partir da análise de um empreendimento. Pesquisamos, então, dez mulheres, participantes da cooperativa *Grife Morro da Cruz*, situada no bairro Morro da Cruz, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Utilizamos uma entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados, com perguntas quantitativas e qualitativas.

5. Empreendimento de Economia Solidária Pesquisado – Coopart, ex Grife Morro da Cruz

A Grife Morro da Cruz surgiu em 1995, no bairro Partenon, em Porto Alegre. O empreendimento foi idealizado por uma Irmã religiosa da comunidade, que sentiu a necessidade de buscar uma forma de diminuir o desemprego entre as mulheres do bairro. Juntou um grupo de trinta delas, e lhes deu um desafio de criar uma grife de roupas. O empreendimento iniciou sem subsídios financeiros, mas com doações, boa vontade e ambição.

No início, uma moradora que possuía algumas máquinas de costura começou a ensinar outras mulheres a costurar. As aulas aconteciam na casa da própria moradora.

Com o passar do tempo, uma acadêmica de design de modas do IPA, que residia próximo à Igreja São José do Murialdo e que conhecia o trabalho da religiosa, levou a idéia para a faculdade, que passou a dar, através de seus alunos, assessoria técnica em design de moda e em áreas administrativas. O grupo também conseguiu um curso profissionalizante de corte e costura, fornecido pela prefeitura de Porto Alegre.

No ano de 2000, o que era apenas um curso de corte e costura transformou-se em grife. Durante quase três anos o empreendimento deu um salto, vindo a conquistar, em 2002, o Prêmio Internacional Cooperativa Destaque na América Latina, através do concurso “Rede Mulher”, uma ONG que defende o direito das mulheres no Brasil. A Grife Morro da Cruz, por ser vencedora, acabou tendo sua história retratada no livro “III Concurso Latino-Americano Así se Hace – 8 empreendimentos exitosos liderados por mujeres”.

Após ganhar o prêmio, a Grife tornou-se mais conhecida. Houve um aumento de mulheres interessadas em fazer parte do grupo e o empreendimento participou de muitos eventos, aumentando o trabalho e a renda das mulheres.

No ano de 2004, porém, a estudante da faculdade se formou e saiu do empreendimento. Houve dificuldade em manter a parceria já estabelecida com a faculdade, em função de a acadêmica ser elo de ligação entre a faculdade e a Grife. O empreendimento quase foi extinto, e apenas permaneceram cinco mulheres.

Lentamente, com o apoio da Igreja Murialdo e da Prefeitura Municipal, o grupo começou a se reestruturar. O grupo de mulheres que saiu do empreendimento, no entanto, não permitiu que o grupo que permaneceu continuasse utilizando o nome Grife Morro da Cruz. Foi quando surgiu a Coopart.

Atualmente, a Coopart é composta de vinte e oito mulheres que se encontram uma vez por semana na sede da pequena associação. Durante as reuniões, o grupo se organiza para o trabalho: dividem as tarefas, de acordo com a habilidade de cada uma (algumas ficam encarregadas em separar os retalhos recebidos em doação, por cor e textura, outras em transformar os retalhos em fios, outra em tricotar); pensam conjuntamente em possibilidades de transformar os retalhos em novas peças; conversam sobre os conflitos existentes e organizam as agendas mensais.

A produção é realizada nas próprias casas das mulheres, pois esta modalidade facilita dar conta das demandas familiares (sic). O que é arrecadado com a venda das peças é dividido pelo grupo que as produziu, e 10% fica para as despesas da Coopart, como gastos com combustível para buscar retalhos doados, pagamento do transporte para a ida a exposições, pagamentos de impostos, dentre outros.

As peças da Coopart hoje não possuem nenhum tipo de acompanhamento de um consultor de moda formado, nem possuem assessoria para gestão social. O grupo conta com o apoio de pequenos empreendimentos particulares que doam tecidos inteiros, retalhos e outros materiais de costura como linha, botões, máquinas de costura usadas. Não possui ajuda governamental, embora participe dos fóruns e reuniões de economia solidária proporcionados pela prefeitura de Porto Alegre.

6. Achados da Pesquisa

A pesquisa nos evidenciou o perfil das mulheres participantes da Coopart: 60% delas são casadas, 50% têm idade de 50 anos ou mais, 50% estudaram até a 5ª série do ensino fundamental.

No que se refere ao perfil das famílias cujas mulheres fazem parte da Coopart: a renda de 50% das famílias é de até 01 salário mínimo, 40% das famílias recebe entre 01 e 02 salários; 60% das mulheres têm entre 04 e 06 filhos, sendo que, 80% deles tem mais de 15 anos. 70% das residências são habitadas com 05 pessoas ou mais, sendo que em 60% delas apenas 02 pessoas contribuem com a renda familiar.

A pesquisa também nos trouxe informações sobre as relações familiares das mulheres inseridas em empreendimentos de economia solidária. No que se refere à reação das famílias à participação da mulher no empreendimento, 70% delas foram apoiadas quando decidiram fazer parte da Coopart e 20% receberam apoio dos filhos e crítica por parte do companheiro. Atualmente, 40% das que foram apoiadas afirmam ainda serem apoiadas pela família e 30% passou a ser criticada. As que receberam apoio e crítica permaneceram na mesma situação. Chama-nos atenção o fato de as 40% que ainda são apoiadas pela família estarem vinculadas à Coopart há, no máximo, 12 meses, o que nos faz pensar de que forma a variável tempo de participação no empreendimento pode influenciar no apoio ou crítica da família. Ao questionarmos sobre a inconstância de renda gerada pela mulher e sua influência no relacionamento familiar, 80% delas afirmam que o apoio ou resistência da família está diretamente relacionada ao valor da renda gerada, ou seja, quando o empreendimento gera mais renda e a mulher recebe mais, é mais apoiada, e o inverso também é verdadeiro. 90% delas consideram a influência da família uma das causadoras da rotatividade da mulher nos empreendimentos.

Com relação à percepção de terem gerado transformação na condição financeira na família, a partir de sua participação no empreendimento, 50% das mulheres responderam que “sim”, que geraram mudanças, e outras 50% afirmaram que “às vezes”. Todas elas, no entanto, percebem que passaram a ter mais poder frente à família, no sentido de passar a ser provedora e, por isso, poder exigir cumprimento de regras por elas estabelecidas. Encontramos referências de aumento de auto-estima nas

verbalizações de 60% das mulheres, a exemplos: “antes não tinha interesse por nada e agora sou alegre”, “hoje me sinto mais útil”, “não tinha assunto e agora converso das minhas experiências”, “era fechada e agora converso”, “era uma inútil e agora ajudo até nas despesas”, “hoje tenho mais voz nas coisas que antes só podia aceitar”.

Quanto ao papel exercido na família, antes e após a participação no EES, 100% das mulheres, antes da inserção no empreendimento, tinham o papel de ser cuidadora do lar, e hoje continuam cuidando do lar, e exercendo a função de trabalho. 80% delas realizam o trabalho de casa primeiro, e trabalham para o empreendimento depois das tarefas do lar cumpridas.

Conclusão

Alguns achados da pesquisa nos trouxeram novos questionamentos. Qual a real motivação da mulher ao decidir vincular-se a um empreendimento de economia solidária? E o que espera a família, ao apoiar sua decisão?

Na pesquisa, não questionamos sobre a motivação das mulheres ao decidir fazer parte do empreendimento, mas nossa hipótese é: não foi a possibilidade de geração de renda o fator principal, mas a possibilidade de ampliação das relações sociais. Ao mesmo tempo, parece ser a motivação principal da família, quando apóia a participação da mulher no empreendimento, já que seu apoio ou crítica está atrelado à quantidade de renda gerada para a família.

Nessa pesquisa, olhamos para as relações familiares das mulheres inseridas em EES, sem considerar as diferenças entre filhos e companheiros. Mas nos parece haver diferença na reação, considerando o vínculo existente. Tanto que nas entrevistas, quando aparece a crítica da família, muitas vezes ela vem atrelada ao termo “meu marido”.

Também nesse sentido, não parece não haver intenção, ao menos consciente, destas mulheres, em questionar ou modificar o papel exercido perante a família/companheiro. Elas continuam a desempenhar a função de responder pelo cuidado da casa e dos filhos e netos, sem questionamentos, e não nos parece haver ambivalência neste sentido, uma vez que se organizam para primeiro executar as tarefas domésticas,

para então realizar as atividades relacionadas à Coopart. Os ganhos em participar do empreendimento, embora sejam identificados por elas, não se atritam com o estilo de vida que levam e tampouco se dão conta de que têm nas mãos a possibilidade da conquista de direitos.

Referências

- ARAÚJO C. & SCALON. C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BANDEIRA, Lourdes e MELO, Hildete Pereira. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. In: Série Mujer y Desarrollo. Santiago: CEPAL, 2005.
- BILAC, E. D. (1995) Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares. Em I. RIBEIRO & A. C. RIBEIRO (Orgs.). **Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira** (pp. 43-61). São Paulo: Edições Loyola.
- FULMER, R.H. Famílias de baixa renda e famílias com formação profissional: uma comparação da estrutura e do processo de ciclo de vida. In: CARTER, B e McGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre, 1995. cap. 22, p. 468-95.
- GAIGER, Luiz (2003a), “Empreendimentos econômicos solidários”. In: CATTANI, Antônio (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, pp. 135-143.
- GUÉRIN, Isabela. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Loyola, 1997
- GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Editora Presença, 2000.
- LASCH, C. (1991) **Refúgio num mundo sem coração – A família: santuário ou instituição sitiada?** Rio de Janeiro: Paz e Terra
- LYNCH, I.; TIEDJE, L.B. Working with multiproblem families in intervention model for community health nurses. **Public Health Nurs.**, v. 8, n. 3, p. 147-153, 1991.
- OLIVEIRA, O e ARIZA, M. División sexual del trabajo y exclusión social. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, n. 5, p. 182-202, 1997.
- QUINTAS, F. (2000) **A mulher e a família no final do século XX**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana
- SARTI, C.A. **A família como ordem moral**. Cad.Pesq., São Paulo, n. 91, p. 46-53, nov. 1994.
- SINGER, Paul e SOUZA, André (Orgs.) (2000), **A economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto.
- SUSSMUTH, R. A nova maternidade e os projetos de vida da mulher. In: SOLIZ, N. **A mulher no séc. XXI: um estudo de caso, a Alemanha**. São Paulo: Instituto Goethe, 1998.

História de Vida e Exclusão Social: os catadores de lixo reciclável em Ijuí¹

Nadia Scariot²

RESUMO

O presente artigo, elaborado a partir da história de vida dos catadores de lixo reciclável em Ijuí, buscou compreender as relações que permeiam seu cotidiano e entender as origens de sua exclusão social, auxiliando, assim, na (re)construção da sua identidade através do resgate da memória desses trabalhadores. Pretendeu-se saber onde trabalhavam antes de se tornarem catadores e como chegaram a esta condição. Partiu-se da hipótese de que a maioria dos que atualmente trabalham com material reciclável, antes trabalhavam em outras atividades, como agricultura, construção civil, serviços temporários e domésticos etc., e que, devido à transformação dos processos produtivos, exigindo cada vez mais pessoas que se encaixem perfeitamente no padrão referencial da atualidade, encontrou no lixo reciclável, uma alternativa de sobrevivência. Para isso a metodologia da história oral apresenta-se como uma aliada, pela sua capacidade de apreender fatos notáveis e acontecimentos corriqueiros que nos dão noção de vida social. Verificou-se que alguns deles trabalhavam anteriormente com agricultura e que, eventualmente, voltam a trabalhar nesta atividade em períodos de safra, o que deixa transparecer que a atividade com o lixo é uma alternativa, servindo apenas para garantir a sobrevivência.

Palavras-Chave: história de vida; exclusão social; catadores de lixo; economia solidária.

¹ Artigo elaborado a partir de entrevista realizada com catadores de materiais recicláveis em Ijuí-RS, em 2003.

² Socióloga e Ms em Educação nas Ciências - Sociologia pela Unijui. Professora do Curso de Sociologia da Unijui. E-mail: nadia.scariot@unijui.edu.br

Primeiras palavras: a exclusão e o lixo

Várias são as consequências trazidas pela transformação dos processos produtivos nas regiões ligadas basicamente à produção primária, como é o caso da cidade de Ijuí/RS. Se, por um lado, essas transformações proporcionam avanços, principalmente tecnológicos, por outro ocasionam a exclusão social. Paralelo a tanta tecnologia, concentrada em apenas alguns grupos, percebe-se que muitas pessoas sequer têm acesso aos avanços tecnológicos; vivem sem o mínimo de condições econômicas, e conseqüentemente, acabam excluídas, principalmente do mercado de trabalho. Este tipo de fenômeno ocasionou, por sua vez, o chamado mercado informal, onde trabalham as pessoas que não se encaixam no padrão referencial das inúmeras habilidades exigidas na atualidade, como, por exemplo, os catadores de lixo reciclável.

Em seu artigo “Exclusão social e o Estado Hoje” Boneti (1998, p. 15) diz que a exclusão social é típica do modo de produção capitalista. Ele cita, ainda, a opinião de vários autores sobre esta questão: Castel considera-a “como rupturas de situações de vínculos sociais lábeis”. Scorel, por sua vez, define-a como “situações e condições nas quais há um processo social ativo de discriminação, estigmatização e expulsão de um conjunto de âmbitos sociais não determinados por decisões individuais”. Já, Gaulejac entende a exclusão social “como um processo resultante da mutação tecnológica, social e cultural” associada “à luta pelo espaço na sociedade”, a qual não se dá “entre indivíduos, pessoas com pessoas, classes com classes, mas entre indivíduos e instituições ou organizações sociais”. No contexto da exclusão social também se encontram os catadores de lixo reciclável.

A mobilização dos catadores em torno do lixo

A questão do lixo e suas implicações passa a ser debatida mais amplamente no Brasil a partir da ECO 92, quando as questões ecológicas apareceram mais claramente para a humanidade, por ser uma questão de sobrevivência do planeta.

Como sempre, é a necessidade que cria a motivação, portanto, foi a necessidade de se fazer algo com o excesso de lixo que levou milhares

de pessoas em todo o país a trabalhar na atividade de catador, já que o lixo passou a ter valor comercial, através da reciclagem. Os catadores, para sobreviver, encontraram no lixo uma fonte de renda para atender às suas necessidades. Em suma, o lixo, que precisa ser recolhido e reciclado para a sobrevivência do planeta, encontra no catador uma saída, e o catador, que precisa de trabalho, encontra no lixo uma alternativa de sobrevivência.

No Brasil e na América Latina é significativo o número de famílias que tiram do lixo o seu sustento. Para fazer valer seus direitos, os catadores, aliados a diversos segmentos da sociedade civil, realizaram de 20 a 23 de janeiro de 2003, o “I Encontro Latino-Americano de Catadores de Lixo Reciclável” em Caxias do Sul-RS.

A presença dos catadores no evento, se auto-representando, significou um gesto de democracia, de exercício de cidadania em que eles puderam expressar suas necessidades, sem precisar de mediadores para isso. A fala de Dona Geralda, de Belo Horizonte, Minas Gerais, que à época era presidente da Associação Nacional dos Catadores, expressa bem a situação: *“catador não quer cesta básica, ele quer trabalho e sustento”!* Na oportunidade, eles criaram faixas com dizeres referentes aos temas debatidos no evento e uma delas chamou muita atenção por definir bem o encontro. Trata-se de um provérbio africano que diz o seguinte: *“Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da terra”!*

A exclusão social ainda é um tema de discussão recente para as ciências sociais, portanto, estudá-la é importante para que se possa perceber o que a está gerando e quais as suas conseqüências sociais. Estudar a exclusão social, em relação aos catadores de lixo reciclável intenta aumentar o conhecimento da realidade social, com a possibilidade de se realizar ações que visem a uma transformação da realidade atual, tornando-a mais justa e igualitária. Como resultado das investigações acerca da exclusão social, também é possível a revalorização dessas pessoas nos espaços sociais, culturais e políticos em que vivem, servindo de base para a criação de ações voltadas a atender as necessidades dos atores pesquisados, não funcionando como medida assistencialista e paliativa, mas possibilitando, ao longo de um processo, transformar as estruturas “doentes” que estão gerando o problema. O

que se espera é que, futuramente, os catadores possam trabalhar de forma legalizada, com garantias sociais, livres dos preconceitos e dos rótulos que a sociedade lhes atribui, sentindo-se um cidadão, de direito e de fato e deixando para trás a condição de excluído.

Diante do quadro apresentado, o questionamento principal é saber como estas pessoas que trabalham com o lixo se vêem enquanto catadores: que imagens fazem de si próprios, enquanto cidadãos que têm seu cotidiano atropelado pela força da identidade atribuída pelos estigmas. E, em relação à sociedade, como esta os vê? Já que o lixo é a sobra, quem trabalha com ele estaria “sobrando” para a sociedade?

No presente trabalho, empregamos um questionário cujas perguntas abertas facilitassem a fala livre dos catadores respondentes, sobre suas vidas: as lembranças de infância, as experiências vividas, sobre a família, a escola, a condição em que se encontram, etc. Esta foi a forma construída a fim de contribuir para a (re)construção de suas identidades, ou seja, através de suas falas, perceberem como se vêem, onde se encontram no momento e, por conseguinte, onde pretendem chegar, pois quem não sabe de onde vem e onde está, não sabe para onde vai e, portanto, qualquer caminho é válido, mesmo que seja o mais árduo.

Os objetivos do estudo

O estudo em questão objetivou levantar a história de vida dos catadores de lixo: a partir de falas sobre suas experiências, necessidades e aspirações a fim de tomarem consciência de quem realmente são e onde se encontram; compreender as relações que permeiam seu cotidiano: o que significa para eles este lixo; como são suas relações de trabalho, familiares, sociais etc.; entender as origens da exclusão social do público envolvido: saber como chegaram à situação de catadores; auxiliar na (re)construção da identidade através do resgate da memória desses trabalhadores: ao falar de suas vidas, se perceberem como sujeitos sociais envolvidos num processo de exclusão.

A motivação para este estudo se deu através da compreensão de que as grandes transformações sociais geradas, principalmente, pelo desenvolvimento tecnológico, associadas à falta de acesso a estas tecnologias, a boas escolas e à baixa condição financeira acabaram por

ocasionar um processo de exclusão social. Ao realizar-se este estudo, parte-se da hipótese de que os *catadores de lixo reciclável* são sujeitos que na maioria das vezes encontram-se nestas condições de exclusão e, por não terem uma alternativa melhor para manter a sua sobrevivência, acabam procurando no lixo a sua renda, pois esta atividade está diretamente ligada a sua sobrevivência imediata.

Neste sentido, os caminhos percorridos pelo estudo centraram-se, principalmente, na *História oral de vida*. Acredita-se que esta surge como um elemento que contribui para a pesquisa já que se concorda com Bom Meihy (2002) quando este diz que a história oral de vida “*trata da narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa*”, possuindo ainda a capacidade de apreender as suas subjetividades. Porém, há outras técnicas igualmente importantes e que se fazem necessárias para o bom desenvolvimento de uma pesquisa, como veremos a seguir.

Para dar início aos trabalhos usou-se a *observação participante* (Becker, 1999), na qual, o pesquisador “*observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas*”. Este contato se dá através da observação de campo, em que o observador anda com os catadores pelas ruas – local onde estes coletam seus materiais.

Optou-se por *entrevistas semi-estruturadas* (Cortes, 1994), com perguntas abertas, por permitirem ao entrevistador ir criando novas questões de acordo com o que vai sendo respondido. Podem falar livremente sobre suas vidas: suas experiências, sua relação com a sociedade, o que possibilita perceber as representações que estão implícitas em seus discursos. Outra técnica utilizada foi a *amostragem por aglomerado* (Cortes, 1994), por entender que nesta os entrevistados são escolhidos aleatoriamente e podem indicar outras pessoas para entrevistas ou as que estão ao seu redor.

Na parte final da pesquisa, no que se refere à análise, utilizou-se a do tipo *qualitativa-análise de conteúdo* (Cortes, 1994), por ser esta a mais indicada para processar respostas de perguntas livres, e por permitir perceber o que está nas entrelinhas do discurso.

Entre os vários aspectos observados no estudo verificou-se que alguns dos sujeitos investigados trabalhavam anteriormente com agri-

cultura e que eventualmente retornam a essa modalidade de trabalho em períodos de safra, o que deixa transparecer que a atividade com o lixo serve apenas para garantir a sobrevivência imediata. Percebe-se, ainda, que a baixa escolaridade, aliada à situação de pobreza colaboraram para a situação de exclusão.

Este é o caso da primeira entrevista analisada com o catador Miguel³, natural de Ajuricaba/RS, atualmente morador do bairro Colonial em Ijuí. Este bairro é conhecido na cidade como um reduto de pessoas pobres, desempregadas e marginais, que para sobreviver fazem ‘bicos’, ou praticam furtos.

Como tantas outras parcelas da população brasileira, eles têm sido estigmatizados por sua pobreza e tornam-se indiscriminadamente reconhecidos como classe perigosa, que acaba por gerar um processo de segregação espacial, com a constituição de verdadeiros “guetos” (JUNCA et al., 2000, p. 31).

Miguel trabalhou na agricultura desde os nove anos de idade, até 1998, quando voltou do Mato Grosso, onde trabalhava na colheita da safra. Não encontrando mais trabalho na agricultura, devido à modernização do campo, e igualmente, na cidade, pela falta de uma formação condizente às necessidades do mercado, restou-lhe, como alternativa, trabalhar nas ruas da cidade, como catador de materiais recicláveis.

Sem as oportunidades de trabalho que buscavam na cidade, sem capacidade para exercer tarefas de maior demanda urbana (...), milhões de trabalhadores rurais, que por um momento viram a cidade como a terra prometida, se converteram em parasitas da sociedade humana. Sem que desejem estão contribuindo para o aumento dos índices de marginalidade, da criminalidade, da insegurança, da fome, da pobreza e da miséria nos bairros pobres (OLINGER, 1991 p. 67).

³ Nome fictício usado para preservar a identidade do entrevistado.

Embora não tenha mais conseguido trabalhar na área da agricultura, Miguel acredita que através dela o problema do desemprego, por exemplo, poderia ser resolvido:

“Comezá, acho que pela agricultura, incentivá a agricultura, dá emprego na agricultura, [aí] esse povo da cidade tem trabalho, com o emprego, só através do estudo nunca mais vai tê emprego pra todos...”.

Em relação ao grau de escolaridade Miguel, diz ter estudado até a quarta série do Ensino Fundamental. Ele tem consciência de que a baixa escolaridade é um fator limitante na hora de conseguir um trabalho, porém acredita que o estudo, por si só, já não é mais garantia de um emprego:

“conhecidos meus, né, bem estudado, bem formado e num tem vaga (...) tão desimpregado”.

Ainda no que se refere à educação Miguel acha que a ajuda do governo é necessária, porque os pobres não têm condições financeiras de proporcionar estudo a seus filhos.

Pobreza, para Johnson (1997, p. 176) é carecer daquilo de que se necessita para viver, porém essa necessidade é relativa, pois depende do quanto as pessoas têm em comparação com as outras pessoas na sociedade e, também, dos valores culturais que definem o que é ter uma “boa vida”.

A condição de catador está muito associada, no imaginário popular, à condição da pobreza, que, por sua vez, para muita gente ainda é sinônimo de marginalidade, indolência, malandragem etc. Esses estigmas marcam profundamente a vida de uma pessoa, tornando-a desacreditada, principalmente, perante a sociedade.

O trabalho é considerado, em nossa sociedade, sinônimo de dignidade, um meio de ganhar a vida com honestidade, e é em nome da honestidade que, além da necessidade, eles aceitam de forma mais indiferente este tipo de trabalho. Num mundo que atribui rótulos à população carente, o catador auto identifica-se

enquanto trabalhador, salientando o gabarito da atividade com o lixo, em contraposição às representações socialmente construídas, que colocam em destaque a figura do malandro, indolente e marginal que atingiu o último degrau de um processo de desqualificação, pois quem trabalha com o refugo urbano, com o resto, com ele acaba por se confundir (JUNCA et al., 2000, p. 22).

Neste sentido, Miguel destaca:

“muitas pessoa incentiva, (...) até pessoas rica, né, diz: ah, isso q’eu acho bonito, isso nom é feio, que vocês ton trabalhando prá defendê a vida, é melhor do que a gente sabê que vocês um dia foi mexê nalguma coisa lá, robá e tá preso, então isso aí é bonito o que ceis tão fazendo... isso levanta o astral até da gente, né, anima”.

Mesmo se dizendo animado com o incentivo recebido por parte de outras pessoas,

verifica-se que para Miguel a atividade de catar lixo serve apenas para atender às suas necessidades mais urgentes: *“parado num posso ficá... tem criança, duas aí, e a mulher pra sustentá... a luz, as coisa pra pagá... eu vô catá o papel pra ao meno isso aí defende, né (...)*”.

Quando lhe foi perguntado se ele voltava a trabalhar na cata de papel apenas quando não encontrava outro tipo de trabalho, ele respondeu afirmativamente. Por diversas vezes trabalhou com outro tipo de serviços, na época de safras: colheita da maçã, do soja. No período em que a entrevista foi realizada não estava trabalhando na coleta de papel na rua, pois havia conseguido uma vaga de carregador em uma empresa da cidade. Após este período voltou a trabalhar nas ruas, como catador de lixo.

Quanto ao preconceito e a discriminação enfrentada por trabalhar como catador de lixo, Miguel diz que percebe que as pessoas olham meio de lado, porque talvez sejam *“fraca do estômago”*, mas diz não importar-se com o fato: *“Eu nem ligo, faço de conta que num vi, toco o barco prá frente, a vida tem que levá”.*

Sobre a perspectiva de futuro, no que tange ao trabalho, Miguel não tem muita esperança e diz que se a situação continuar assim vai ser terrível,

porém acredita que a educação, junto com investimentos na agricultura, seja uma das saídas. Outra saída mencionada por ele seria a formação de uma cooperativa de catadores. Anteriormente, eles já haviam se reunido e conseguido camisetas e luvas para trabalhar, e estavam providenciando a confecção de macacões. Também, já contavam com vinte, dos vinte e dois sócios exigidos para a formação da cooperativa, porém não obtiveram o apoio financeiro solicitado à prefeitura o que os fez abandonar a ideia. Entretanto, eventualmente, sempre que se encontravam voltavam a tocar no assunto.⁴

A ideia de formar uma cooperativa significa para os catadores uma alternativa para fazer frente à crise econômica e financeira; uma oportunidade de voltar a ter trabalho e renda.

Segundo Miguel a renda mensal de um catador, quando não organizado, como era o seu caso, oscila muito e fica difícil fazer uma média. Em casos já constatados de formação de cooperativas e/ou associações, tem-se informações de que esta pode chegar a R\$ 250,00⁵ em média.

Para Paul Singer a solução para o problema do desemprego está na economia solidária, a qual, segundo ele, pode

oferecer a massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa”, através da criação de um novo setor econômico, “formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para seus produtos” (SINGER, 1998, p. 122).

Antes de começar a catar nas ruas de Ijuí Miguel trabalhou por um ano no “lixão”, lugar destinado a todo e qualquer tipo de lixo gerado no município. Saiu de lá porque nos últimos meses chegava a ganhar apenas R\$ 20,00 por semana.

“Tinha semana que tirava até menos, né, e nós chegamos uma época lá, tirava R\$ 80, por semana e foi caindo

⁴ Atualmente, Miguel participa do Projeto REVIVA, uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Ijuí com a Unijuí.

⁵ Valores estimados em 2003.

a produção, não deu mais, daí eu me afastei, vários se afastaram. Com aquilo ali eu num dava conta da casa, né, daí que eu falei com esse senhor dos carrinho, que ele tem os carrinho, lá mesmo. Ele disse: 'não, eu te arrumo um carrinho, e acho que lá na cidade tu ganha mais do que aqui, que eu sei que cê trabalha', e aí que eu vim".

Os produtos adquiridos na coleta não se destinam apenas à venda. A esposa de Miguel revelou que eles também aproveitam a comida encontrada no lixo: "(...) o que nós achá assim, bom, sabe: pão, essas coisa, a gente traiz embora pra comê". Levam para casa, também, cadeiras, roupas, calçados, enfim, tudo o que pode ser usado em benefício próprio.

A principal dificuldade encontrada no trabalho, para Miguel, é levar o carrinho, carregado para casa, pois este chega a pesar até 200 kg. Diz que fica contente quando acha bastante material, pois vai lhe render bastante, mas a distância entre o 'ponto de coleta' e sua casa é grande e o trajeto muito íngreme, o que dificulta a viagem.

A família de Miguel não possui nenhum outro tipo de renda ou benefício além da

conseguida com a coleta do lixo. Quando precisam de assistência, principalmente médica,

recorrem ao Posto de Saúde do seu bairro e à Secretaria de Assistência Social do município. Além de trabalhar eles também, às vezes, se dedicam à religião, freqüentando uma Igreja Evangélica.

Quanto à documentação, Miguel diz possuir todos os documentos: CPF, identidade, título de eleitor e carteira de trabalho. O círculo familiar se atém mais à família em si. Nos finais de semana, geralmente, ficam em casa. Miguel diz que, às vezes, gosta de ir jogar futebol.

Considerando o exposto acima, o que se percebe é que o entrevistado tem consciência de sua condição de excluído. Acredita-se que a possibilidade de ele poder falar da sua 'história de vida' possibilita traçar um perfil de sua condição de maneira a contribuir para maior clareza na análise de sua situação, bem como na busca por soluções.

Observa-se de uma maneira geral que a hipótese inicial se confirma na fala do entrevistado. Verifica-se que de fato, no caso de Miguel o trabalho de coleta de lixo serve apenas para garantir a sua sobrevivência imediata.

Quanto à exclusão social, de acordo com os conceitos enunciados acima, verifica-se que ela de fato está muito presente na vida e na fala do catador, como observado no caso de Miguel. Sua fala está perpassada por todo um contexto de exclusão que acaba implicando em outras situações, como estigmatização, ‘falta’ de cidadania, marginalidade etc.

Na vasta massa de trabalhadores que contribuem, de forma involuntária, para “o aumento dos índices de marginalidade, da criminalidade, da insegurança, da fome, da pobreza e da miséria nos bairros pobres” (OLINGER, 1991, p. 67), os catadores de lixo de Ijuí, representados na fala de Miguel, são uma das faces mais contundentes da exclusão social do país. Estudá-los e compreender sua trajetória constitui-se um passo significativo no sentido de apontar-lhes alternativas mais dignas de vida e de trabalho.

Referências Bibliográficas

- BECKER, Howard. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. 4º ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. 4 ed. São Paulo : Edições Loyola, 2002.
- BONETI, Lindomar W. Estado e exclusão Social Hoje. In: **Os caminhos da Exclusão**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998. (Coleção Ciências Sociais).
- CORTES Soraya M. Vargas. **Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. Cadernos de Sociologia, v.9** Porto Alegre, jan/jul 1994, p. 11-47.
- JOHNSON, Allan G. Jungmann, Ruy (Trad). **Dicionário de Sociologia: Guia prático de linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- JUNCÁ, Denise. GONÇALVES, Marilene. AZEVEDO, Verônica. **A mão que obra no lixo**. Niterói : EDUFF, 2000.
- OLINGER, Glauco. **Êxodo Rural: Campo ou Cidade?** Florianópolis, ACA-RESC, 1991.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego : diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.



A Cultura Indígena, a Economia Solidária e os Desafios da Sustentabilidade

Armgard Lutz¹ e Dulci Claudete Matte²

RESUMO

O artigo desenvolve relato reflexivo sobre a experiência com um grupo de indígenas em luta pela terra e pela afirmação identitária e cultural, através do projeto “Vãfy: Identidade e dignidade”. A aposta na cultura da economia solidária tradicional entre indígenas enfrentou diferentes estrangulamentos diante das urgências da sobrevivência diária. A metodologia dialógica e a da formação técnica para a produção artesanal típica dos indígenas permitiu alcançar as metas traçadas pelo projeto. As metas corresponderam às necessidades concretas do grupo e geraram uma estrutura básica para a consolidação de um grupo de economia solidária.

Palavras chaves: cultura indígena, economia solidária, sustentabilidade

¹ Doutora em Educação pela UFRGS, professora no Curso de Pedagogia do Dpto de Pedagogia da UNIJUI.

² Mestre em Educação nas Ciências, responsável pelo programa de apoio aos acadêmicos indígenas da UNIJUI.

Introdução

Este artigo tem por objetivo relatar a experiência da geração de sustentabilidade junto a grupo indígena, refletindo sobre a dicotomia entre a tradicional cultura da economia solidária entre indígenas e a retomada dessa experiência através de um projeto social movido pelas intencionalidades de promoção do desenvolvimento humano e de reafirmação cultural. O debate se aprofunda com a defesa da afirmação da identidade cultural mediante a produção sustentável de produtos típicos, que, por suas características, apresentam maior poder de comercialização e ao mesmo tempo, são meios de difusão de aspectos culturais indígenas, da etnia Kaingang.

O artigo está organizado a partir da retomada histórica da concepção do *solidário* entre os indígenas Kaingang, da apresentação do contexto do desenvolvimento do projeto *Vãfy: identidade e dignidade*, da apresentação de aspectos relevantes do projeto relacionados com a construção da proposta de economia solidária com o grupo. A seguir desenvolve o debate sobre sustentabilidade, cultura e perspectivas para o futuro dos indígenas.

I. O Povo Kaingang

Os Kaingang vivem no Rio Grande do Sul desde o século II, ocupando a região de mata de Araucária, ao norte do Estado. De língua Jê, descendem de um povo que teve seu centro de dispersão no Brasil Central, junto aos rios São Francisco e Tocantins (Urban apud Noelli, 2000. p.31; Urban e Wiesemann apud Silva, 2001, p.7-10). Na sua trajetória rumo ao sul se estabeleceram também nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e na província de Misiones, na Argentina. Presentemente os Kaingang habitam 30 áreas reduzidas, distribuídas sobre seu antigo território, nos referidos Estados das regiões sudeste e sul e constituem um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil, ultrapassando 30 mil pessoas. No RS são mais de 20 mil pessoas que, além das terras reservadas oficialmente, ocupam inúmeros acampamentos em áreas rurais, junto a rodovias e em espaços urbanos. É o fenômeno da urbanização dos Kaingang, o que vem ocorrendo com outros povos indígenas no Brasil.

2. A Comunidade Kaingang da “Borboleta”

A comunidade da Borboleta, onde a FIDENE desenvolveu entre 2008 e 2009, o *Projeto Vãfy: identidade e dignidade*, é uma das comunidades que se encontra acampada no município de Salto do Jacuí e está em processo de reestruturação social, revitalização cultural e territorialização. Em diáspora desde o início do século XIX, expulsos pelos colonizadores que ocuparam as terras habitadas pelos seus ancestrais na região do atual município de Espumoso, iniciaram na década de 1980, um movimento pela recuperação de seu território tradicional (Simonian, 1987). Afirmando seu pertencimento à etnia Kaingang organizaram um movimento pelo reconhecimento oficial da sua descendência indígena e por garantias dos seus direitos amparados, a partir de 1988, na Constituição Federal. Na década de 1990 o Governo do RS lhes disponibilizou duas áreas de terras provisórias no município de Salto do Jacuí, junto ao Horto Florestal da CEEE e na localidade de Julio Borges. Reconhecidos oficialmente em sua identidade étnica, aguardam definições sobre as terras tradicionais a que têm direito enquanto comunidade indígena.

Nessa situação, particularmente os integrantes da comunidade do Horto Florestal, sobrevivem da cata e seleção de lixo urbano, do trabalho como diaristas em granjas da região, de outros trabalhos ocasionais e domésticos. Estão expostos a carências de toda ordem, seja de infraestrutura social (casas, água, luz, saneamento, prédio escolar, áreas de lazer), de serviços (como na área de saúde) e de infraestrutura econômica, sem terras (no caso do Horto Florestal) ou sem as condições necessárias para a produção, seja na agricultura, no artesanato ou em outras atividades de geração de renda. Em Julio Borges desenvolvem atividades de pequena agricultura e criação de animais para o consumo, mas da mesma forma que os acampados no Horto Florestal, encontram-se submetidos a permanentes privações e dificuldades.

A trajetória histórica e recente, bem como a situação atual da comunidade Kaingang da Borboleta, podem ser caracterizadas como de mortes, confrontos, discriminação, humilhações, ao mesmo tempo, de resistência e luta pelo reconhecimento da sua identidade étnico-cultural, pelo respeito à sua diversidade e pela busca de condições de

vida digna. Nesse contexto é que veio a solicitação de apoio através de um projeto social, formulada pelo Cacique da comunidade, Sr. Abílio Padilha da Silva, à FIDENE/UNIJUÍ, através das professoras Armgard Lutz e Dulci Matte.

A expectativa da comunidade, conforme o explicitado pelo seu Cacique, era por um Projeto que promovesse geração de renda para melhoria das suas condições de vida. O projeto social *Vãfy: identidade e dignidade* partiu da demanda, trazida pelo cacique, centrada na produção de artesanato a partir da reciclagem de garrafas *pet*. O pedido de assessoria gerou reuniões de análises sobre aspectos culturais étnicos ainda sobreviventes e aqueles caídos no esquecimento e ou retomados esporadicamente, portanto, em processo de extinção. A conclusão foi a reflexão sobre a dicotomia entre o artesanato com recicláveis e o artesanato representativo da cultura indígena tendo este último o poder de agregar valores aos produtos, tais como o da originalidade e exclusividade pela marca étnica.

O grupo percebeu desde o início dois grandes desafios: a retomada da produção, com qualidade, de produtos com a marca étnica e a construção de uma estrutura para a produção e para a implementação da cultura da continuidade da proposta. A organização e o desenvolvimento dessa modalidade de projeto foi enriquecida por ações de afirmação da identidade étnica e revitalização cultural, com referências à cultura Kaingang tradicional e com novas expressões, de acordo com as condições, realidade e cultura contemporânea da comunidade. O encaminhamento ao Instituto HSBC Solidariedade em 2007, do projeto *Vãfy: Identidade e Dignidade* resultou na conquista de apoio financeiro e de formação ao coordenador do projeto.

A escolha do título do projeto foi desde o início reflexo das metas traçadas. A palavra “Vãfy” da língua Kaingang, significa trançar. Refletindo sobre a trama a ser tecida pelo projeto no que estava em jogo o passado, o presente e o futuro, a palavra, tal como uma metáfora, pareceu a mais adequada para encabeçar o nome do projeto. A palavra Vãfy, ao identificar a proposta de trabalhar com os trançados de fibras, com as tecelagens em fios, com as tramas nos porongos e com as pedras, bem como a mobilização para produzir (tramar, segundo Paulo Freire) condições de afirmação identitária e de vida digna, se ajustou aos propósitos do projeto.

A perspectiva da passagem de comunidade acampada para comunidade assentada, constitui-se num grande desafio para lideranças e demais membros da comunidade da Borboleta e foi essa perspectiva que se colocou no horizonte de todos envolvidos no Projeto Vãfy. Preparar para a necessária mobilização, organização e atividades produtivas que garantissem condições de sustentabilidade no presente, e no futuro, para quando tiverem atingido o objetivo que os move há décadas, é uma perspectiva difícil de ser compreendida pelo grupo. A perspectiva articula passado, presente e futuro; exige planejamentos, replanejamentos, ações continuadas, avaliações, outros tipos de mobilizações sem perder de vista as metas que criarão o futuro.

O futuro, no imaginário do grupo, significa viver como uma comunidade étnica e culturalmente diferenciada, em comunhão de significados e experiências de vida, na terra em que viveram os seus ancestrais, tendo garantidas as condições de autonomia e vida digna a todos. No entanto, sem romantismos, requer a reconquista diária da integração dos membros do grupo e a concretização dos planos comuns.

3. O Coletivo e o Solidário: Tradição entre os Kaingang

Entre os Kaingang tradicionalmente não havia a noção da propriedade privada da terra, já que ela era recurso de domínio e exploração coletiva. Vastos territórios eram considerados espaço de sustentabilidade das comunidades Kaingang, no que se refere às áreas de caça, pesca, coleta e pequena agricultura. As roças eram familiares, mas as famílias eram extensas, ou seja, famílias que iam além da unidade nuclear pais e filhos, sendo constituídas por várias gerações. Considerando que o casamento devia ocorrer entre as não-parentes, da metade oposta, os genros da família eram os iambré (cunhados), que sendo da metade oposta, não-parentes, viviam na mesma casa e estabeleciam relações de serviços ao sogro (Veiga,1994). O produto da caça não podia ser consumido individualmente, devendo ser partilhado. As normas da organização social que dividia o grupo em “irmãos” e “cunhados”, exigia relações de reciprocidade, orientando tanto o trabalho como o consumo dos seus produtos:

O cultivo da terra e a repartição dos recursos obtidos com plantio, caça e coleta, eram regrados pelas relações sociais derivadas do parentesco, de modo que não se conhecia, nem o aproveitamento individual da terra, nem a apropriação individual dos seus produtos. A propriedade da terra era coletiva, mas cada família cultivava um determinado sítio na terra comum, que é posse sua enquanto deseje cultivar, e que pode também, continuar a ser plantada por alguém da mesma família, caso se mude dessa aldeia (e, mesmo se abandonada, quando havia espaço físico para isso, aquela posse era reconhecida como a 'roça velha' de quem a cultivava (VEIGA, 2006).

Vale salientar que as noções de posse, usufruto e consumo individual, só ocorria com relação a objetos que podiam ser produzidos e consumidos ou utilizados individualmente, como por exemplo, um arco e flechas, um cesto.

Os membros da comunidade da Borboleta guardam na memória social a sua identificação histórica como “índios erveiros” e como bugres, como tal sendo impedidos de frequentar certos ambientes, festas e bailes. A qualificação estigmatizadora e discriminatória de *bugres*, hoje contribui positivamente para o seu auto-referenciamento como índios Kaingang. Auto-referenciar-se como pertencente a um certo grupo com determinadas especificidades etno-culturais e ser reconhecido pelos outros, conforme a teoria antropológica contemporânea sobre questões de etnicidade (Barth,1976) é critério de identificação étnica. Estudos inter-disciplinares que confirmem esse pertencimento tornam a identificação inquestionável. Esse é o caso da comunidade Kaingang da Borboleta que avança na sua trajetória de identificação, afirmação ético-cultural e na conquista de direitos decorrentes desta condição. Esse processo, denominado *ressurgimento étnico*, etnogênese ou “emergência” de identidades, é um fenômeno constatado atualmente também com relação aos Charruas, outra etnia indígena que habitava o RS, o Uruguai e Argentina. No nordeste do Brasil, na década de 50, contavam-se dez etnias indígenas, e quarenta anos após, eram vinte e três (Pacheco de Oliveira, 1998).

Estabelece-se uma estreita relação entre identidade e ideologia, evidenciando o seu sentido político, à medida que propõe objetivos, metas, um projeto de vida a pessoas e comunidades (Cardoso de Oliveira, 1976; Cuche, 1999; Pacheco de Oliveira, 1998). Ações afirmativas de identificação étnico-cultural realizadas em comunidades indígenas promovem cidadania indígena.

4. A Experiência com Economia Solidária

O projeto *Vãfy: identidade e dignidade* foi organizado de tal forma que fosse tecida a trama do desenvolvimento humano enquanto espaço para encontros de aprendizagem, de produção, de cultivo do lazer e da cultura.

A instituição procurada para ser proponente do projeto foi o Instituto Kaingang que se intitula defensor dos interesses da etnia Kaingang. No entanto, ao não completar a documentação requerida para o acesso à verba, produziu alguns entraves para o efetivo início da proposta. A coordenação do projeto envolvida com a comunidade da Borboleta a contar de setembro de 2007, a partir das reuniões sobre a gestão dos projetos, promovidas pelo Instituto HSBC Solidiedade, decidiu dar andamento ao projeto com recursos próprios. A decisão conjunta sobre o início do projeto, entre a coordenadora, a indígena do projeto e o cacique, mesmo sem o recurso, foi possível pela doação de teares e lãs utilizadas no projeto Roda Gaúcha. Um dos facilitadores para deflagrar o processo se deu pela familiaridade da comunidade com as coordenadoras. As coordenadoras desencadearam várias expedições investigativas sobre a realidade e suas problemáticas. As visitas se desdobraram em reconhecimento da cidade do Salto do Jacuí, suas autoridades, dos acampamentos, das famílias, favorecendo o detalhamento das particularidades dos indígenas acampados e seu entorno.

O contato com a realidade favoreceu a descoberta da indígena Dona Juvita e sua habilidade com a tecelagem. Seu artesanato, com fios encontrados durante a catação do lixo urbano e o aproveitamento de roupas foi reconhecido como o cultivo particular da tradicional tecelagem e ela, uma referência para iniciar o curso de tecelagem,

tendo-a como instrutora. Foram ouvidas as histórias da professora do acampamento e suas dificuldades para garantir a continuidade ao trabalho de ensinar. As famílias evidenciaram as misturas étnicas de italianos e alemães com mulheres indígenas; homens indígenas com mulheres brancas, homens indígenas com mulheres afro descendentes, resultando em filhos com características bem diversas. Observamos que muitos parentes dos indígenas acampados não aderiram ao movimento ocupando-se com atividades urbanas e evitando serem reconhecidos como indígenas, pelos cidadãos urbanos.

O início do projeto foi marcado pela busca da parceria com o poder municipal através de reuniões com o prefeito municipal que, sensibilizado pelos propósitos do projeto, cedeu parte de uma casa para sede do projeto. Os encontros de formação técnica para os diferentes tipos de artesanatos foram organizados em finais de semana, favorecendo a participação do maior número possível de indígenas dos dois acampamentos. As fichas de inscrição cumpriram o papel de registro dos dados precisos sobre o grupo participante que se tornou numeroso e composto por adultos e jovens. Os encontros, com a duração de oito horas, contavam com o registro das presenças e para aprofundar a integração, a cada encontro eram preparados um almoço e um lanche coletivo. Essa atividade tinha à sua frente um grupo pré-escalado a cada encontro, proporcionando o rodízio de cooperação. Os adultos em geral traziam todas as crianças, situação essa que deflagrou a necessidade de atendê-las uma vez que interferiam no andamento das oficinas. Para essa atividade buscou-se o envolvimento dos indígenas acadêmicos e bolsistas. Embora dispostos a atender as crianças, secundarizaram o atendimento, movidos pelo desejo de participar das oficinas de artesanato. As crianças experimentavam os materiais empregados pelos adultos e acabavam desperdiçando matéria prima dispendiosa e a proposta de deixar as crianças em casa foi refutada a partir do entendimento de que se estaria negando à nova geração oportunidades e o convívio com os acontecimentos proporcionados pelo projeto.

Alguns encontros foram desdobrados em distintos momentos: um momento cultural para exposição sobre a história da etnia Kaingang, sobre o grafismo tradicional, sobre os objetos utilitários e decorativos criados para o trabalho, para o lazer e vestuário; outro momento, o

das oficinas propriamente ditas. Os cursos proporcionados foram sobre tecelagem com linhas e lãs, beneficiamento de porongos – objetos utilitários como porta erva mate, porta cuia, porta mantimentos, baleiros, e objetos decorativos como bonecos, vasos, potes - , curso de arte musiva, este com o objetivo de aproveitar as pedras típicas da cidade – a ágata, associada às pastilhas de vidro e o curso de trançado tradicional³ com a taquara criciúma e o cipó guaimbé, gerando as pulseiras e tiaras típicas. A partir do estudo do grafismo da etnia Kaingang, foram criadas camisetas com estampa étnica e sacolas ecológicas, decoradas com grafismo, sementes e figuras esculpidas em madeiras.

A produção cooperativa gerou várias reuniões a fim de estabelecer as regras mais adequadas ao grupo. Num primeiro momento, as mulheres levavam as lãs para casa e um tear. O kit era registrado e marcada uma data para o recebimento da peça pronta. Essa dinâmica não funcionou e o projeto foi lesado com a perda de teares e matéria prima ou quando as peças retornavam, estavam danificadas devido à precariedade da moradia dos indígenas. Novas negociações geraram outros acordos e experiências, por exemplo: a organização de uma agenda de uso dos teares em grupos por disponibilidade de tempo durante a semana. Cada dupla faria uma manta cooperativamente em horários pré-estabelecidos: Ex: Juvita e Eva – a primeira tinha disponibilidade para trabalhar na terça feira das 13 às 15 e a segunda, no horário a seguir. No caso da dupla ter disponibilidade no mesmo horário, trabalharia junto ou enquanto uma estivesse trabalhando na manta, outra auxiliaria bordando a sacola ecológica, colocando botões e alças. Essa dinâmica funcionou por curto período pois perceberam que cada pessoa imprimia na tecelagem efeito diferente pela maior ou menor habilidade de tecer. Nesse caso, o produto perdia qualidade quando apresentava dois tipos de resultados na peça. Os ajustes entre as pessoas do grupo de produção prosseguiram uma vez que o grupo estava interessado em produzir de forma cooperativa, tomando cuidado para não excluir algum dos membros, bem como o cuidado de construir a solidariedade no sentido de desenvolver a todos.

³ No curso de trançado o grupo da Borboleta contou com instrutor vindo da terra indígena, já demarcada, do Irai. Ele e sua família ao ministrar o curso desenvolveu debates sobre a histórica luta pelos direitos reservados aos indígenas. O índio Augusto palestrou também aos professores do Departamento de Pedagogia da UNIJUI, a convite da coordenadora do projeto que pertence a esse departamento.

A lógica do comércio cooperativo foi desenvolvida e vivenciada com dificuldades pelo grupo. O início da comercialização trouxe o debate sobre o trabalho e o comércio solidário, com divisão de compromissos e renda. A comercialização dos produtos prontos iniciou na porta da casa sede do projeto, onde funcionavam as oficinas. Apesar de larga divulgação sobre essa atividade a venda foi bastante reduzida. Os cálculos para organizar os valores de venda, a porcentagem destinada à associação como capital de giro para compra coletiva dos materiais, foi um longo exercício. Vários membros desistiram da proposta por força da necessidade do ganho individual e pela discordância com o destino de uma porcentagem da venda para a associação cobrir a compra coletiva dos materiais.

Alterar a lógica do lucro individual é uma caminhada que requer persistência e esclarecimentos contínuos uma vez que a catação do lixo contribuiu para a vivência do ganho individual. Os indígenas que se tornaram mais hábeis nos artesanatos, passaram a produzir individualmente bem como a comercializar por conta própria. Nos momentos das feiras eles retornavam a participar do coletivo. Foi significativa a participação de um instrutor sobre Economia Solidária, da ITECSOL, que num dos encontros de formação, analisando a forma de trabalhar na localidade de Julio Borges, demonstrou os passos necessários para a instalação de um grupo de produção solidária.

A cultura da cooperação foi compreendida como feita de muitos detalhes a serem debatidos, negociados, acordados. Dois resultados interessantes ocorreram a partir dos esclarecimentos: 1) O grupo percebeu que nos encontros das formações compareciam pessoas que não se faziam presentes nos momentos do trabalho para a produção. O grupo decidiu organizar o público participante em: grupo aprendiz, grupo do participar por lazer – como os idosos e o grupo da produção continuada. 2) Mediante votação houve a alocação dos diferentes tipos de produção nos diferentes acampamentos facilitando o uso continuado dos equipamentos para cada tipo de artesanato. Em Salto do Jacuí, aconteceria a produção do artesanato com teares e o da arte musiva; e em Julio Borges, seria desenvolvido o artesanato com os porongos (o grupo se dispôs a plantar o porongo) e o artesanato do trançado tradicional. A organização satisfaz a todos, no entanto, dificuldades

para comercializar os produtos fez com que a maioria desistisse já que a sobrevivência é urgente.

Outras dificuldades interromperam o andamento do processo, como por exemplo, a cisão do grupo em função de campanhas eleitorais; a separação entre o cacique e sua esposa que presidia o grupo feminino de produção; o cargo assumido pelo cacique na Secretaria de Assistência Social do município e o tornado que atingiu a cidade. A intempérie prejudicou grandemente o projeto uma vez que as chuvas torrenciais produziram o desabamento da casa sede onde ocorriam os encontros de formação e de produção. Houve muita perda de equipamentos e matéria prima, não havia mais um local para o prosseguimento das atividades, além do que, cada família dedicou tempo integral para se recuperar dos danos ocasionados pelo tornado. Essa situação uniu o grupo mas em defesa do interesse mais urgente. A semente da economia solidária havia sido lançada e regada e a interrupção de seu desenvolvimento não impediu a retomada após o período de dificuldades provocadas pelos diferentes tipos de mudanças.

5. Identidade e Dignidade Conquistadas

Tendo por centralidade o debate e o conseqüente fortalecimento da identidade indígena, o projeto construiu com o grupo a experiência dos contatos, das parcerias, da busca de apoios. O processo foi lento e truncado devido à prática do poder hierárquico. No entanto, a estratégia da coordenação do projeto de preparar os encontros a partir de uma reunião prévia entre o Cacique, a indigenista, a coordenadora do projeto e a coordenadora do grupo, fortaleceu as decisões e a organização. A cultura da hierarquia e de poder devotada ao cacique, em muitas situações provocou alterações das decisões, ou seja, quando a coordenação do projeto chegava no acampamento com a pauta acordada, o grupo estava mobilizado por outras motivações. Os movimentos de poder e de decisões, foi exigindo outro nível de esforços especialmente para o entendimento do funcionamento da vida nos acampamentos. Por outro lado, a coordenação do projeto, tendo por estratégias divulgar as ações do projeto nas rádios locais através de notícias e entrevistas concedidas; organizar reuniões com o Prefeito municipal, organizar

eventos culturais abertos à comunidade municipal: a mostra de artesanato indígena de diversas etnias; a comemoração do dia do Índio na Câmara de Deputados; a produção de uma decoração em arte musiva, instalada nos corredores da prefeitura, difundiu o sentido de ser indígena na atualidade e no meio urbano. Tais estratégias contribuíram para diminuir o preconceito contra os indígenas e ao seu movimento. No contexto das negociações, visando a parceria com a Prefeitura municipal, a usina de seleção de resíduos sólidos que estava desativada, foi disponibilizada aos membros da comunidade acampada no Horto Florestal que já trabalhava na coleta e seleção de lixo urbano. Ela foi assumida pelo grupo⁴ que lá permanece trabalhando. Concluiu-se que essas movimentações estavam de fato inserindo os indígenas na sociedade como sujeitos de direitos e não mais como os excluídos, os outros estranhos.

O movimento de construção da cultura da economia solidária trouxe a necessidade da conquista de um espaço próprio. O projeto Vãfy impulsionou o grupo a organizar sua associação. Com a verba de apoio do Instituto HSBC Solidariedade, foi adquirido um terreno, construído um Quioske⁵ para a comercialização dos produtos, foi elaborado o Estatuto da Associação de Animação Sócio-cultural Raiz Indígena e conquistado o número de CNPJ. A inauguração do Quioske, com a presença de autoridades locais, repercutiu positivamente na região. A história do projeto, ilustrada com centenas de fotos dispostas no Quioske causou impacto e contribuiu para produzir outra leitura sobre o movimento indígena pela terra e seu protagonismo em prol do desenvolvimento humano em todos os sentidos.

As mulheres tiveram um papel fundamental tanto na consolidação da Associação como na difusão da identidade indígena. Tiveram a oportunidade de participar de eventos proporcionados pela Rede

⁴ Merece destaque a evidência de que as famílias que se dedicaram ao trabalho de seleção de resíduos na Usina municipal, não participavam das oficinas porque estavam envolvidas diariamente nas atividades que lhes garantiam a subsistência imediata.

⁵ O quioske está localizado próximo ao Parque de Águas, espaço público de lazer, frequentado por turistas, portanto, torna-se espaço propício ao comércio.

Concerto Social⁶, participaram de eventos do Museu Antropológico Diretor Pestana, em Ijuí a fim de desenvolver oficinas. O grupo foi inscrito na ITECSOL – Incubadora de Tecnologia da Economia Solidária, para participar das feiras de economia solidária e contou com o auxílio dos acadêmicos indígenas durante a comercialização nas feiras. Essas participações foram enriquecendo a compreensão da produção e comércio solidário.

Finalmente, houve a integração entre dois grupos de indígenas – os do Salto do Jacuí e os do assentamento de Serrinha, através de oficina de formação, como contrapartida ao grupo que integra o INKA. Mulheres do grupo da *Borboleta* multiplicaram o curso de tecelagem junto ao grupo de Serrinha/RS o que deflagrou, junto a essa comunidade, a produção de peças de vestuário com o grafismo étnico e que nos Jogos Indígenas de Paragominas, no Pará, identificaram a representação Kaingang do RS.

6. Transformar a Realidade: Desafio de Muitos

A solidariedade invisível é aquela cavada pelo mapeamento das riquezas que a sociedade de um lugar possui. A riqueza de um lugar se veste de trajes nem sempre percebidos pelos que a possuem. São as habilidades, as competências, as estruturas, os excedentes de cada casa, de cada família ou empresa ou instituição. O desenvolvimento de um projeto social pode e deve estar alinhado a tudo aquilo com que pode contar a partir do olhar amplo sobre as riquezas de um lugar. Ainda que para todos os que habitam um lugar, a riqueza esteja, sob a lógica capitalista, centrada no poder de compra e portanto, à espera da circulação do dinheiro, um projeto social mobiliza a riqueza denominada capital social. O capital social, na maior parte do tempo está engessado pela lógica capitalista enquanto que, como riqueza que não depende de dinheiro, quanto mais posto em uso, em movimento, mais riqueza gera. Essa lógica está frutificando entre as pessoas que efetivamente se envolveram com o projeto Vãfy.

⁶ Rede Concerto Social – integra todos os projetos sociais do RS, apoiados pelo Instituto HSBC Solidariedade.

Aprofundar essa reflexão detalhando a longa história do projeto Vãfy, que não encerrou com o esgotamento da verba que o sustentou, é um novo capítulo. Como prova disso, encerramos esse relato acrescentando que o grupo de mulheres se redefiniu e está organizado produzindo os artesanatos que lhes agradam, indicio esse de que a semente da economia solidária está germinando. No afã de fortalecer a Associação, elas estão fazendo girar o capital social pois integraram os jovens constituindo um grupo de trabalho. Descobriram o talento de alguns homens no manuseio de bambus e com a conquista de pequenas doações, financiarão formação técnica para a qualificação e em breve produzirão cooperativamente pequenos móveis com esse material disponível na região.

Entendemos que a reflexão⁷ sobre o processo desencadeado pelo projeto não pode prescindir da percepção lúcida da mudança que inclusive revela a presença interveniente do ser humano no mundo. Sendo um processo a ele serão acrescentados sempre novos elementos redefinindo o movimento da vida e seu futuro.

Referências

- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos índios “misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Revista Mana: Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Abril 1998.
- SIMONIAN, Lígia T. L. Informação Técnica nº 171, A descendência dos índios da Borboleta e problemas de Terras Indígenas, 1987.
- VEIGA, Juracilda. O processo de privatização da posse da terra indígena. Portal Kaingang, 2006.
- BECKER, Ítala I. B. O índio Kaingang no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.

⁷ Ver artigo de Armgard Lutz “Um projeto social para e com indígenas: ecos éticos de compromisso com o mundo”, apresentado no XIII Fórum de Estudos: leitura de Paulo Freire. 2011

MATTE, Dulci C. Um estudo sobre as dinâmicas simbólicas, sociais, econômicas, políticas e identitárias entre os Kaingang de Guarita – RS – subsídios para programas de extensão desenvolvidos pela FIDENE/ IRDeR. Ijuí, 2005.

SCHMITZ, Pedro Inácio. O índio e a colonização no RS. In: O índio no Rio Grande do Sul – Perspectivas. Porto Alegre: Governo do Estado do RGS. 1975.

